

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

IVI DIAS FELIX FERREIRA

OURO PRETO, CIDADE PATRIMÔNIO:
Uma perspectiva a partir do Morro Santana

BELO HORIZONTE
2016

IVI DIAS FELIX FERREIRA

OURO PRETO, CIDADE PATRIMÔNIO:
Uma perspectiva a partir do Morro Santana

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Beatriz Vianna Mendes

Instituição financiadora: CAPES/CNPq

Prof^a. Dr^a. Ana Beatriz Vianna Mendes - PPGAN /UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Leonardo Hipolito Genaro Fígoli – PPGAN/UFMG (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Letícia Julião – ECI/UFMG (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Modesto – PPGS/UFMG (Suplente)

Prof. Dr. Andrés Zarankin - PPGAN/UFMG (Coordenador do programa)

BELO HORIZONTE
2016

Para meu pai, um amante da vida, dos desafios e do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação, pelo estímulo da escrita, da argumentação, da crítica, do estudo e por me apresentarem a mais de cem anos de literatura antropológica.

A todos meus colegas do mestrado e às suas críticas, dicas e apoio.

À Ana Beatriz Vianna Mendes, que me orientou por essa trajetória com delicadeza, sabedoria e estímulo.

À Elodia Lebourg, pela revisão e incentivo na reta final do trabalho.

À CAPES, por conceder bolsa por um ano durante o mestrado. Agradeço, especialmente, ao coordenador de curso, Andrés Zarankin, e à secretária Ana Lúcia Mercês, pelo empenho em conseguir a bolsa que financiou meus estudos por esse tempo.

À Escola Municipal Juventina Drummond, especialmente à Cristiane Nonato e monitores das oficinas do Mais Educação. Como também aos ex-integrantes do projeto Sou do Morro Eu Também Sou Patrimônio, Maxileia Romão, Fábio Junior, Alan Augusto e Karol Flor, pela entrevista elucidativa e inspiradora.

Aos amigos, Lucas Godoy e Fernanda Costa, fotógrafos-geógrafos que emprestaram o olhar apurado às fotos que ilustram o texto.

Às minhas queridas amigas, Zefa Mattos e Tânia Arcanjo, representando todo o povo ouro-pretano. Nessa cidade, em que fui tão bem acolhida, encontrei ouro na forma de gente.

À minha amada família, Isis, Ivan, Rosangela e Gelson, que me proporcionou todo tipo de suporte afetivo, moral e financeiro, e me ajudou a alcançar mais essa meta em minha vida.

“O passado é lição para se meditar, não para se reproduzir.”

Mário de Andrade

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender questões sobre patrimônio cultural, utilizando, como estudo de caso, a cidade de Ouro Preto-MG. O trabalho de campo consiste em pesquisa de cunho etnográfico realizada no Morro Santana, bairro periférico ao centro histórico tombado, em especial através do acompanhamento durante segundo semestre de 2015 das aulas de educação patrimonial, que são oferecidas desde 2009 na escola municipal Juventina Drummond. O objetivo principal da pesquisa consistiu em compreender as apropriações com relação à ideia de patrimônio por parte desses alunos, buscando também investigar as perspectivas do órgão responsável pela preservação e salvaguarda desses bens na cidade, e a história da própria política patrimonialista no Brasil. A partir, portanto, dessa experiência de observação participante do curso de educação patrimonial de uma escola pública de periferia de Ouro Preto, das entrevistas com gestores do órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural nacional, de análise bibliográfica sobre a história da política de preservação do patrimônio cultural do Brasil, e a partir de minha própria experiência como moradora e gestora cultural na cidade durante 11 anos, reflito sobre participação popular e patrimônio, e sobre as transformações que vêm ocorrendo com relação às práticas patrimoniais em Ouro Preto.

Palavras-chave: Ouro Preto; Patrimônio; Antropologia; Políticas Culturais; Educação Patrimonial; Morro Santana.

ABSTRACT

This work aims to understand questions about cultural heritage, using as a case study, the city of Ouro Preto. The field work consists of ethnographic research conducted in Morro Santana, suburb to the historic center, in particular through the follow-up during the second half of 2015 of heritage education classes, which are offered since 2009 at the public school Juventina Drummond. The main research objective was to understand the appropriations with respect to the idea of heritage by these students, seeking to also investigate the prospects of the body responsible for the preservation and safeguarding of such property in the city, and the history of their own patrimonial policy in Brazil. From this participant observation experience of heritage education program at a public school in the suburb of Ouro Preto, interviews with managers of the agency responsible for the national cultural heritage protection, literature review on the history of conservation policy cultural heritage of Brazil, and from my own experience as a resident and cultural manager in the city for 11 years, reflect on popular participation and equity, and on the changes that have occurred in relation to equity practices in Ouro Preto.

Key words: Ouro Preto; Heritage; Anthropology; Cultural Policies; Heritage Education; Morro Santana.

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco de Interamericano de Desenvolvimento

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial

CAEM – Centro Acadêmico da Escola de Minas

CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais

FAOP – Fundação de Artes Ouro Preto

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IEPHA – MG – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMOP – Prefeitura Municipal de Ouro Preto

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Liceu de Arte e Ofícios (1886-1946), transformado no Cine Vila Rica, em 1957

Figura 2 – Mercado Municipal, Largo do Coimbra, década de 1940

Figura 3 – Croquis atribuídos a Lúcio Costa, intitulado “Anteprojeto para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto - SPHAN”

Figura 4 – “Patrimônio na Fonte” (Largo do Rosário)

Figura 5 – “Patrimônio na Fonte” (Rua do Ouvidor)

Figura 6 – Igreja Nossa Senhora da Conceição em primeiro plano com o Morro Santana ao fundo. Ocupação superior da encosta (2004)

Figura 7 – Igreja Nossa Senhora da Conceição em primeiro plano com o Morro Santana ao fundo (1946)

Figura 8 – Rua Santana

Figura 9 – Capela de Santana

Figura 10 – Garagem adaptada em frente à Capela de Santana

Figura 11 – Logo criada por alunos e capa do projeto escrito

Figura 12 – Mapa confeccionado pelos alunos com os bens culturais identificados

Figura 13 – Da laje de casa, vejo Ouro Preto. Será que Ouro Preto me vê?

Figura 14 – Imagens de santos descartados junto à cruz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. DISCURSOS SOBRE O PATRIMÔNIO	18
1.1 Estudo antropológico do patrimônio	18
1.2 Cidade monumento. Produção colonial e início das práticas de preservação	21
1.3 Criação da identidade Brasil. Um projeto político do Estado Novo com influências modernistas	24
1.4 Os bens culturais e a gestão de Aloísio Magalhães	30
1.5 Sub-Regional do IPHAN em Ouro Preto	33
<i>1.5.1 Fiscalização</i>	<i>34</i>
<i>1.5.2 Patrimônio imaterial</i>	<i>37</i>
<i>1.5.4. Áreas de preservação</i>	<i>38</i>
<i>1.5.3 Participação popular</i>	<i>39</i>
2. A CIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL	44
2.1 Minha gente, salvemos Ouro Preto!	44
2.2 Programas de financiamento	49
2.3 O turismo e a cidade	51
2.4 Ouro Preto, cidade das artes	56
2.5 A cidade patrimônio da humanidade é também dos moradores?	60
3. ETNOGRAFIA NO MORRO SANTANA	64
3.1 Da gênese da cidade às mais recentes ocupações	64
3.2 Sou do Morro, eu também sou patrimônio	70
3.3 O convívio com as crianças	79
3.4 Observações sobre práticas culturais e consumo	83
3.5 Entrevista com participantes do projeto de educação patrimonial	92
3.6 Equipamentos de lazer	101
3.7 O momento atual da educação patrimonial na escola	103
CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS	109
SÍTIOS VISITADOS	113
APÊNDICE	115

INTRODUÇÃO

Ouro Preto, cidade patrimônio é uma perífrase, figura de linguagem na qual uma expressão designa um ser através de características, atributos ou fato que o tenha celebrado. O mesmo ocorre com *Rio de Janeiro, cidade maravilhosa*. A cidade patrimônio faz parte de um ideário coletivo e, não raro, as pessoas com quem converso sobre ela, mesmo nunca tendo estado fisicamente em Ouro Preto, evocam suas igrejas, ouro, ladeiras, a mineiridade dos hábitos e da comida, Aleijadinho, Tiradentes, repúblicas e Carnaval. Essa cidade imaginada, primeira a ser tombada como monumento no país, representativa da identidade brasileira parece pertencer a todos. Porém, a cidade patrimônio cultural da humanidade também pertence a seus moradores? Algumas pistas me apontaram para a hipótese de um distanciamento simbólico entre os moradores de um bairro da periferia em relação à cidade patrimônio, apesar da proximidade espacial. Do Centro¹ ouvia os estudantes se referirem aos “nativos” ouro-pretanos, pessoas “nascidas e criadas” no lugar. O Bairro Morro Santana, visto do Centro soa como elemento dissonante, com suas ocupações recentes e desordenadas das encostas compondo a paisagem que emoldura o centro histórico tombado. Em contrapartida, tomar conhecimento de títulos como: “Sou do Morro, eu também sou patrimônio” e “Da laje da minha casa eu vejo Ouro Preto, será que ela me vê?”² foram indícios significativos que me conduziram ao bairro e às oficinas de educação patrimonial ministradas na escola, para entendimento de uma perspectiva do Morro Santana.

As escolhas e a bagagem teórica impressas nesse trabalho são reflexo de minha trajetória acadêmica e profissional. Cheguei à cidade de Ouro Preto em março de 2004 para uma residência de um semestre, período em que realizei pesquisa sobre políticas culturais, base para meu trabalho de conclusão do curso de graduação em Produção Cultural, pela Universidade Federal Fluminense. Frequentava a cidade desde 2002, mas, naquele momento, me estabeleci. Apresentei trabalho com recorte de um período em que começou na cidade um embate entre dois candidatos políticos. Um deles, conforme relatos dos moradores, representaria os interesses dos turistas, seria voltado, sobretudo,

¹ Quando falar do Centro, com maiúscula, me refiro ao nome do bairro; e o centro, no sentido de localização central, é grafado com inicial minúscula.

² Nome de um projeto da Escola Municipal Juventina Drummond e de um ensaio fotográfico realizado por moradores do bairro.

para a preservação patrimonial, e era visto, como alheio aos interesses e problemáticas da população local. O outro seria comprometido com a qualidade de vida dos moradores e sentia-se desconfortável, assim como ela, com as medidas cerceadoras que a cidade monumento histórico impõe. O clima das eleições municipais que ocorriam em 2004 mobilizava a população e contagiava as falas de meus interlocutores. Certamente, isso fez com que a pesquisa se delineasse por esses meandros. O berço da Inconfidência Mineira mantinha viva a veia política e os discursos me pareciam polarizados entre dois tipos de agência que os candidatos, supostamente, tinham em relação ao patrimônio. A metodologia aplicada incluiu minha permanência na cidade, onde pude detectar o problema cultural na minha experiência e sensibilidade. Esse detalhe favoreceu muito a vivência e o contato com o problema, pois não só interroguei como me transformei em objeto reflexivo. O estudo foi fruto de observações pessoais, assim como das entrevistas realizadas com os principais candidatos à prefeitura, atores políticos e culturais, responsáveis por instituições, como IPHAN, Museu da Inconfidência e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Também conversei com artistas, jornalistas e moradores. Durante a pesquisa, deflagraram-se as complexas tramas que envolviam as questões do patrimônio em Ouro Preto e suas relações com a política, economia e moradores – assunto que retomo no presente trabalho.

Logo após a conclusão do curso, fui contratada por uma agência de cultura sediada em Ouro Preto e fixei moradia na cidade. Trabalhei com assistência de produção de eventos e gestão de projetos culturais. O trabalho como coordenadora do projeto Rota Cultural MBR incluía identificar dinâmicas culturais em nove municípios de atuação da empresa mineradora MBR, para propor ações de fomento através de oficinas artísticas, cursos de capacitação e eventos artísticos. Sem que tivesse me dado conta, naquele momento, o envolvimento com diferentes pessoas para identificação de aspectos culturais das localidades já me requeria e desenvolvia apuro etnográfico.

Outro trabalho anterior, que contribuiu para delinear e construir o objeto da presente pesquisa foi minha experiência como arte educadora do Museu da Inconfidência que me exigiu enxergar a cidade sob o enfoque do outro. O projeto Girassol tinha como público os usuários do sistema da saúde mental do município, em parceria com o CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), e, como principal objetivo, a “reinserção” dos pacientes na sociedade através da visita a locais públicos, centros culturais, teatros, distritos e museus. O projeto uniu objetivos afins das instituições que desejavam extrapolar as limitações de seus muros. O museu visava ampliar sua função

de colecionador do patrimônio e estreitar seu contato com a comunidade através de projetos sociais. Por sua vez, o serviço municipal de saúde mental procurava caminhos para a inclusão dos portadores de transtornos mentais na sociedade, um dos objetivos da luta antimanicomial que teve início no Brasil em 1987. Uma impressão que me marcou nesse período e o que me levou a buscar entendimento mais aprofundado, nesse estudo, foi o distanciamento dos moradores em relação à cidade. Muitos nunca haviam entrado no Museu da Inconfidência e consideravam o prédio muito imponente e, por isso, muito distante de suas realidades. Acreditavam que aquele espaço não era para eles, só para turistas. Assim como se sentiam em relação a outros espaços e prédios públicos da cidade, que não frequentavam. Realizamos visitas para “descoberta” da cidade e suas histórias. Visitamos equipamentos e locais no centro e na periferia. Muitos desconheciam as histórias de seus próprios bairros ou nunca haviam frequentado equipamentos com finalidades sociais, culturais ou de lazer, de sua vizinhança. A impressão causada por esse grupo, em relação às apropriações do patrimônio, foram confirmadas entre outros moradores e me levaram à intenção de realizar uma etnografia em um bairro da periferia da cidade. O Morro Santana, apesar da proximidade geográfica do centro histórico, mantinha um distanciamento simbólico entre seus moradores e a cidade considerada Patrimônio Cultural da Humanidade.

As razões que me levaram a escolher especificamente o Morro Santana e não outro bairro de periferia se justificam, primeiramente, pela interessante ocupação pelo qual o bairro passou. A encosta onde está situada o Morro Santana foi o primeiro local em que os bandeirantes se estabeleceram no século XVII. Após uma revolta contra a taxa da coroa portuguesa sobre a extração do ouro, as construções foram queimadas e a ocupação da cidade teve continuidade no sopé da encosta. Morro da Queimada nomeia um bairro contínuo ao Morro Santana, onde foi criado o Parque Arqueológico Morro da Queimada, onde se situam as ruínas de construções desse período. A Capela de Santana é uma das mais antigas construções com início anterior a 1720. Essa área ficou praticamente desocupada até a segunda metade do século XX, quando os setores da indústria, da mineração e dos serviços passaram a atrair grande contingente de pessoas em busca de trabalho. O bairro sofreu, a partir de então, crescimento exponencial e de forma desordenada. Estudar as relações dos moradores com o patrimônio nessa área que constitui a gênese da cidade e, ao mesmo tempo, local das mais recentes ocupações poderia conferir particularidades. Além disso, convivi por muito tempo com uma moradora do bairro o que me levou a frequentá-lo outras vezes.

Início o primeiro capítulo tentando explorar alguns dos significados atribuídos ao termo patrimônio sob perspectiva antropológica e percebo que as práticas para constituir, preservar e transmitir um patrimônio compartilham a motivação em demarcar um domínio subjetivo em relação ao outro. Patrimônio está intimamente ligado à identidade, como reitero ao longo do trabalho. Demonstro ainda como os conceitos empregados a meu objeto de estudo são frutos de escolhas e seleções que o compõe enquanto discurso e faço uma leitura diacrônica sobre os paradigmas que informaram o órgão responsável por resguardar o patrimônio brasileiro, o IPHAN. Tendo abordado algumas das correntes ideológicas que influenciaram as políticas patrimoniais no Brasil no século XX, ao final do capítulo, detenho-me às ações, estrutura e competências do escritório da Sub-Regional do IPHAN, em Ouro Preto. As informações foram obtidas através de entrevistas, material institucional sobre os programas em execução e legislação de preservação. Através da visão dos técnicos e diretores que convivem internamente na engrenagem da instituição de preservação, tomei conhecimento das limitações imputadas ao serviço público pela burocracia, falta de recursos financeiros e humanos. Não me abstive em confrontar meus interlocutores com o que recorrentemente ouço dos moradores: “o IPHAN só encarece a obra”, “quer mandar no que fazemos em nossa casa” ou “é um órgão cerceador”. Cientes da posição incômoda que a instituição ocupa entre alguns moradores, contra-argumentaram com as razões técnicas que justificam suas ações. As informações sobre a instituição abordam desde aspectos estruturais até seu posicionamento frente às políticas culturais municipais e federais e a relação com os moradores. Os técnicos do IPHAN ainda colaboraram para dirimir algumas dúvidas que confrontei durante a pesquisa. O atual diretor, arquiteto urbanístico, explicou-me, com detalhes técnicos, os movimentos estilísticos em Arquitetura e uma técnica, que ingressou no IPHAN em 1981, concedeu relatos sobre o CNRC (Centro Nacional de Referências Culturais) com dados que não obtive em nenhuma publicação.

No capítulo 2, procurei focar em assuntos pertinentes à contemporaneidade da cidade patrimônio, mesmo que tivesse que voltar a momentos passados para embasá-la. Relato alguns episódios quando os recursos financeiros para a preservação só foram liberados mediante a ampla divulgação midiática de tragédias ou a iminência de situações de risco envolvendo o conjunto tombado e a população. A cidade incrustada nas montanhas e com grande volume de chuvas no verão contabilizou frequentes acidentes por deslizamentos e retomo alguns desses momentos que ganharam amplo

destaque na mídia. Apresento indícios que ligam os motivos que levaram a pleitear o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela UNESCO com as fortes chuvas de 1979. A chancela obtida junto ao órgão internacional atua como um facilitador para a captação de recursos necessários naquele momento para a reconstrução da cidade. Como a mídia desempenhou importante papel na intermediação da preservação nos episódios apresentados no capítulo, fiz uso de matérias de jornais impressos e em vídeo, além de pesquisa em arquivos públicos e acervos históricos.

Dando continuidade às questões que influenciam as relações com o patrimônio, comento como o turismo e os recursos gerados por essa prática vieram ao encontro da necessidade de manutenção dos exemplares do patrimônio, ao mesmo tempo em que remodelaram seus usos e provocaram reordenamento urbano. Exemplifico com casos de ruas onde a rede de comércios e de serviços está cada vez mais voltada para o público de alto poder aquisitivo, caracterizando um processo de gentrificação. Também dedico um subcapítulo para os eventos de arte e cultura que estão intimamente ligados ao patrimônio por favorecerem uma nova percepção do espaço, divulgarem as manifestações artístico-culturais e fomentarem o setor turístico. Porém, a realização dos eventos e festivais concentra-se no centro da cidade e conta com baixa participação dos moradores da periferia nessas atividades. Entender as motivações desse aparente distanciamento foi um dos motivos propulsores dessa pesquisa. Analiso, ainda, dados de uma pesquisa quantitativa sobre a frequência dos moradores em equipamentos culturais, que confirmaram e elucidaram minha hipótese.

Minha convivência com moradores do Morro Santana contribuiu para o entendimento sob o ponto de vista do outro, sobre quais os conceitos empregavam a respeito do patrimônio. Esses resultados são apresentados no capítulo 3. Na tentativa de empreender essa pesquisa no Morro Santana, fiz, antes, algumas tentativas frustradas. Tinha ciência do projeto de criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada em conjunto com ações de um ecomuseu. Conheci, na graduação, uma experiência de ecomuseu em Santa Cruz, bairro da cidade do Rio de Janeiro, e me parecia muito interessante a concepção de patrimônio mais ampla do que praticada pelas políticas de preservação vigentes. O ecomuseu representa um fator de construção comunitária onde os testemunhos do passado e traços de identidade de um território são de responsabilidade coletiva (DE VARRINE, 1987). Entrevistei uma das idealizadoras do projeto em 2014 e descobri que as ações no Morro Santana haviam sido realizadas por um tempo e depois paralisadas. Meu próximo passo foi procurar o Grupo Assistencial

Auta de Souza. Ouvia dos moradores referências a esse espaço que, além de centro espírita de linha kardecista, mantém um trabalho de assistência social. O espaço tem quadra poliesportiva e oferece cursos gratuitos. Já foi um Ponto de Cultura, com financiamento Ministério da Cultura durante esse período, e, hoje, sobrevive de doações e do pouco incentivo do poder municipal. No momento em que os procurei, eram poucos os cursos ofertados, pois só podiam contar com professores/monitores voluntários. A responsável pelo grupo explicou-me que passavam por dificuldades financeiras. Lá, frequentei um curso voltado para a terceira idade, ministrado por uma fisioterapeuta. A turma tinha mais de trinta alunos, todos acima dos 55 anos. A professora ensinava exercícios de correção da postura e formas mais adequadas para fazer atividades corriqueiras, como varrer a casa, agachar ou se sentar com postura ereta. O que me interessou e levou a frequentar algumas aulas foram os exercícios para reavivar a memória que a professora fazia, estimulando que seus alunos contassem histórias de suas vidas. Gravei alguns depoimentos e fiz entrevistas, mas desisti dessa linha de pesquisa porque as histórias se repetiam. Em geral, contavam como saíram da roça e foram morar no Morro Santana e das dificuldades enfrentadas em um bairro sem infraestrutura. Mesmo assim, foi importante saber essas histórias, a partir dos próprios personagens, mas minha pesquisa não teria o desenvolvimento que esperava pelo acompanhamento daquele grupo.

Um importante aspecto da metodologia que desejava empregar nessa pesquisa era o acompanhamento frequente de um grupo, a partir de uma instituição. Isso garantiria minha familiaridade com os moradores e a constância no bairro, necessárias para o desenvolvimento da etnografia. Tentei fazer visitas esporádicas conversando com pessoas nas ruas, no comércio e na quadra de futebol, mas não obtive êxito. Diferenciava-me muito dos moradores (seja pelo sotaque de outro Estado ou forma de vestir) e, frequentemente, perguntavam se eu era turista. Duas vezes me pediram dinheiro na rua. Quando estabelecíamos uma conversa, tinha a impressão que me diziam o que achavam que uma pesquisadora queria ouvir.

Conheci o projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio” em 2011. Ele consistia em ações com livre inspiração na educação patrimonial, com objetivo de trabalhar com os alunos questões de pertencimento e as relações estabelecidas com o espaço urbano, no bairro e na cidade. O *também* do título ficou reverberando em minha mente. Deflagrava uma questão identitária de pessoas que reivindicavam pertencer a um patrimônio que os excluía. Comento o histórico do projeto e as motivações para esse

título escolhido pelos alunos. Procurei a Escola Municipal Juventina Drummond em 2015 e passei a acompanhar as oficinas desse projeto com o intuito de entender a metodologia da educação patrimonial e qual a visão propagada por uma instituição do patrimônio (o IPHAN é parceiro do programa) e da escola. Ao mesmo tempo, interessava-me a percepção desses alunos em relação ao patrimônio e quais concepções traziam de casa a esse respeito.

As informações desse capítulo foram obtidas através de entrevistas entre 2014 e 2015 e da observação participante decorrente do acompanhamento diário das oficinas, durante o segundo semestre de 2015. A convivência com as crianças me levou a refletir sobre assuntos que não se restringiam a essa faixa etária, como a influência da mídia e o papel da indústria cultural na contemporaneidade. O acompanhamento da rotina em uma escola trouxe questões das áreas da Psicologia e Pedagogia e precisei me policiar para não enveredar em elucubrações, mas focar no objetivo das relações dos moradores com o patrimônio. A partir dos professores da escola, fui apresentada a novos entrevistados e conheci os ex-alunos que estiveram na criação do projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”. Seus relatos foram tão importantes que resolvi incorporá-los na íntegra em meu texto.

Nesse capítulo, inclui algumas produções artísticas de moradores do Morro Santana que me pareceram a forma mais autêntica de apresentar o que pensavam e sentiam, como o ensaio fotográfico com uma moradora do Morro Santana a caminho de seu trabalho no Centro e trechos do rap Resistência do artista Tadeu, o Mago da Rima (MDR). Essa música também serviu de trilha sonora para o vídeo clipe produzido com imagens do caminho pelas escadarias, que levam ao Morro Santana. Complementam a descrição apresentada no início do capítulo e saciaram meu desejo de explorar outros meios para apresentação dos dados. Os registros fotográficos foram realizados por mim, mas como não tenho muitos recursos pessoais ou técnicos, contei também com a colaboração de dois fotógrafos e geógrafos, Fernanda Costa e Lucas Godoy. Ele, amigo e parceiro dos Fotógrafos em Ouro Preto, ainda foi responsável pelo vídeo clipe que será exibido na apresentação oral e complementa a descrição do início do capítulo 3.

1 OS DISCURSOS SOBRE O PATRIMÔNIO

1.1 Estudo antropológico do patrimônio

Ao longo da pesquisa, precisei justificar a pertinência do estudo do patrimônio em um Programa de Pós-graduação em Antropologia para colegas, mestres, curiosos e para mim mesma. Ao me aprofundar em teorias, relatos e observações, confirmava que as práticas que envolvem a noção de patrimônio podem ser observadas em diferentes sociedades, que podem estar relacionadas tanto a aspectos políticos, econômicos, sociais, religiosos ou culturais e que, portanto, patrimônio deveria ser entendido como categoria, tal qual na concepção de Durkheim (1973, p. 513), para quem as categorias

correspondem às propriedades mais universais das coisas. Elas são como quadros rígidos que encerram o pensamento; este parece não poder libertar-se delas sem se destruir, pois não parece que possamos pensar objetos que não estejam no tempo ou no espaço, que não sejam numeráveis etc. As outras noções são contingentes e móveis; nós concebemos que elas possam faltar a um homem, a uma sociedade, a uma época; aquelas nos parecem quase inseparáveis do funcionamento normal do espírito. São como a ossatura da inteligência.

Gonçalves (2003, p. 22) defende, no artigo *Patrimônio como categoria de pensamento*, que o termo patrimônio é verificado em diversas culturas e corresponde a um “pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” e que, por isso, deve ser considerado como categoria.

Outra importante pista de que estaria trilhando por caminhos antropológicos se deve ao fato do termo cultura, tema tão caro à Antropologia, estar intimamente ligado ao termo patrimônio e que, por vezes, pode mesmo se confundir com as diversas formas de autoconsciência cultural. Isso explica porque muitos recorrem à categoria patrimônio para diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades. Também me confrontei com o mesmo problema da vastidão de significados que possam estar associados à cultura nos estudos sobre patrimônio. Precisei adotar significados da palavra patrimônio de maneira mais ampla, com contornos mais flexíveis e com um pouco menos de rigor semântico. Prova de como é diversificado seu significado é a frequência com que

acessamos a palavra em nosso vocabulário cotidiano. Falamos em patrimônio cultural, ecológico, histórico, artístico, arquitetônico, intangível, dentre uma vasta lista. Podemos nos referir aos patrimônios de famílias, empresas, países ou assumir aspectos individualizados como quando nos referimos a patrimônio financeiro, genético ou imobiliário.

Práticas de colecionamento, restauração e preservação podem ser observadas em diferentes sociedades, apesar das sociedades ocidentais reivindicarem a invenção de patrimônio em meio à criação dos Estados, em fins do século XVIII (GONÇALVES, 2003). Se, entre elas, historicamente, o emprego da palavra se refere mais comumente a aspectos materiais, entre as sociedades orientais, a permanência no tempo das expressões materiais das tradições parece não ser o aspecto mais importante, e sim o conhecimento necessário para reproduzi-las, a exemplo do templo japonês de Ise, destruído e reconstruído no mesmo local mais de 60 vezes (FONSECA, 2003). A noção de patrimônio pode ser relacionada à propriedade e ao colecionismo de bens, não necessariamente utilitários, como em exemplos trazidos por estudos etnográficos de culturas para as quais os bens materiais não são considerados como partes separadas de seus proprietários e, ainda,

em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas carregam, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais. Configuram aquilo que Marcel Mauss (1974) denominou “fatos sociais totais”. Tais bens são, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos (GONÇALVES, 2003, p. 27).

Qual seria, então, a motivação primordial que levaria diferentes sociedades a constituírem patrimônios? Segundo Clifford (1985) e Pomian (1987), ambos citados por Gonçalves (2003, p. 26), “todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar domínio subjetivo em oposição ao outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio, o que corrobora com a visão de Canclini (1997, p. 164), para quem a motivação maior da prática que nos levaria a formar um patrimônio estaria relacionada à constituição de uma identidade que nos diferencia do outro, ao que acrescenta que “todo grupo que quer diferenciar-se e afirmar sua identidade faz uso tácito ou hermético de códigos de identificação fundamentais para a coesão interna e para proteger-se frente

a estranhos”. Quaisquer que sejam as motivações para a constituição do patrimônio ou de seus elementos constituintes, este processo envolve a construção de uma identidade.

Tal qual o objeto científico da Antropologia, a cultura, também o objeto científico desse estudo, o patrimônio cultural, é fruto de escolhas e seleções, é construído discursivamente e deve ser entendido como um artefato ou “invenção” (WAGNER, 2010), ao invés de uma entidade existente em si mesma. Veremos, a seguir, como a construção de nação e identidade brasileira, necessárias ao projeto político, econômico e cultural do Estado Novo, coincidiu com a valorização das práticas de preservação do patrimônio. Para Gonçalves (1996, p. 12),

a nação, enquanto uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989), pode vir a ser construída discursivamente, enquanto uma literatura (como é o caso das “literaturas nacionais”), enquanto língua nacional, enquanto uma “raça”, um folclore, uma religião, um conjunto de leis, enquanto uma política de Estado visando à independência política e econômica, ou, ainda, uma política cultural visando à recuperação, defesa e preservação de um “patrimônio cultural.

Em uma metalinguagem, ao selecionar as narrativas sobre o patrimônio que compõem o trabalho, também eu não consigo me abster de apresentar uma coerência narrativa ilusoriamente concebida. Sabendo que consistem, como em outros trabalhos da Antropologia, em “arranjos narrativos por meio dos quais uma certa realidade etnográfica vem a ser produzida ou inventada como uma totalidade coerente” (GONÇALVES, 1996, p. 17).

Um último fundamento da Antropologia que constitui base fundamental da presente pesquisa é o que preconiza a intenção de tomar como referência o ponto de vista do Outro. A partir dessa abordagem, reflito etnograficamente sobre a categoria patrimônio, levando em consideração não apenas perspectivas institucionais, de um ponto de vista diacrônico, mas também perspectivas centradas nos jovens que frequentam o curso de educação patrimonial numa escola estadual, no Morro Queimada. Ative-me a essa concepção ao longo do trabalho a fim de não enrijecer seus limites e, a todo tempo, contrastar minhas concepções enquanto observadora com as concepções nativas.

1.2 Cidade monumento. Produção colonial e início das práticas de preservação patrimonial

Voltemos nos tempos de Vila Rica que, enquanto sede da Capitania de Minas Gerais, foi, ao longo dos séculos XVIII e XIX, uma das mais efervescentes vilas coloniais. O desenho da paisagem urbana associado à riqueza proveniente da extração aurífera criou condições para o surgimento de uma sociedade diferenciada, formada por homens livres, com intensa expressão no universo das artes. Em especial a Arquitetura, influenciada pelos movimentos artísticos em voga na Europa, o Barroco, o Rococó e o Neoclássico, ganhou traços peculiares nas edificações locais, com utilização de elementos e materiais da região sendo trabalhados por artesãos e artífices (VASCONCELLOS, 1956). Construções foram erigidas no local como afirmações simbólicas do poder político e econômico do Estado e da Igreja.

Em fins do século XIX, com a transferência da capital para Belo Horizonte, espaço planejado de acordo com as modernas concepções de urbes, a cidade de Ouro Preto passaria a ser associada ao passado, ao antigo, ao que se pretendia superar. Vila Rica apresentava problemas de acesso tanto de pessoas quanto de produtos, devido a seus aspectos geográficos. Como muitos de seus habitantes faziam parte do quadro administrativo da capital do Estado, não havia mais razão para permanecerem na cidade, que caiu em situação de abandono. Moradores e guias turísticos contaram-me que “moradores deixaram suas casas com as chaves para o lado de fora da fechadura da porta”. A imagem dessa cena ficou atrelada à minha memória construída sobre a época. A ação, ou não ação, acabou por preservar exemplares do casario da Colônia e do Império.

Em *A retórica da perda*, Gonçalves (1996) faz referência ao binômio vida/morte, desaparecimento/reconstrução em vários momentos para tratar do patrimônio. Defende esse autor que, à medida que o presente é narrado como “uma situação de perda progressiva”, justificam-se as práticas de preservação de “patrimônios culturais”, que evoquem um passado autêntico, coeso e original. Gonçalves (1996) também utiliza a figura de linguagem da alegoria para sustentar seus argumentos sobre a perda. Uma alegoria “representa uma coisa com o propósito de significar uma outra”. E, enquanto gênero literário,

pode ser entendido como uma estória narrada sobre uma situação histórica presente, na qual existe um forte sentimento de perda, transitoriedade, ao mesmo tempo em que existe um desejo permanente e insaciável pelo resgate de um passado histórico ou mítico, além de uma permanente esperança de um futuro redimido (BENJAMIM, 1977 *apud* GONÇALVES, 2003, p. 27).

Sendo assim, o material análogo à alegoria seria as ruínas: “Alegorias são, no reino do pensamento, o que as ruínas são no reino das coisas” (BENJAMIN, 1984 *apud* GONÇALVES, 2003, p. 28). Objetos que, em processo de desaparecimento, provocam permanente reconstrução no plano imaginário. A cidade congelada no século XVIII e XIX evocava o passado brasileiro e ajudava a construir a memória de uma nação.

Ouro Preto é a primeira iniciativa de preservação em nível nacional, reconhecida por decreto presidencial como “monumento nacional” em 1933, mesmo antes da criação do SPHAN, que aconteceu em 1937³ (FONSECA, 1996, p. 121). Pode-se dizer que a cidade foi lugar das experimentações e berço das políticas de preservação patrimonial no Brasil. O SPHAN foi criado para ser o órgão responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro, e deveria organizar, através da fiscalização e proteção, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Brasil considerados exemplares da história com inestimável valor arqueológico, bibliográfico e artístico (MASSUCATE, 2007, p. 5). A criação da instituição reflete o contexto de formação da identidade nacional, através da elaboração de uma coleção nacional⁴ que representasse a história cultural brasileira.

A identificação de problemas e a formulação de conceitos e métodos relativos à preservação urbana tiveram Ouro Preto como laboratório prático das referências conceituais que o próprio SPHAN tentava construir e, nessa primeira fase de preservação institucionalizada, os exemplares alçados à categoria de patrimônio “referem-se à etnia branca, ao catolicismo, às classes dominantes e as edificações-símbolos do poder estatal: fortes, casarios, mosteiros, igrejas e quartéis” (LEITE, 2004, p. 51). Uma seleção com predomínio de monumentos representativos dos poderes da Igreja e do Estado que, além de reforçar uma visão oficial da cultura brasileira, exclui um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais. Por exemplo, ficou de fora dessa história oficial a contribuição dos escravos negros na construção da cidade monumento.

³ Ver foto da época em Apêndice 1.

⁴ Esse conjunto de elementos que compõem o patrimônio nacional é formado por: formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (ANDRADE, 1997, p. 2).

Histórias como a lenda de Chico Rei, que era rei na África e aqui comprou sua alforria e foi coroado rei congo novamente⁵. São priorizados objetos e construções, destituídos de seus usos e contextos, que aludem a heróis e batalhas de um passado distante, e que supostamente passam a evocar uma identidade original e autêntica. Para Canclini (1997, p. 160), “esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo”, e ainda acrescenta que essa narrativa construída “leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio”. Este recurso se configura como uma forma menos suspeita em garantir cumplicidade social e gerar a ideia de formação de um Brasil unificado e não mais das oligarquias regionais. O nacionalismo procurava superar o regionalismo e valorizar a industrialização, criando, assim, um país novo e dinâmico (LOPEZ, 1997, p. 51).

A primeira fase do SPHAN, dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade entre 1937 a 1969, é conhecida como fase heroica, pelo pioneirismo das ações. O diretor imprimiu muito de sua personalidade ao projeto de política pública de preservação e as pessoas chegavam a se referir ao “patrimônio de Rodrigo” (GONÇALVES, 1996, p. 47). Sua narrativa preservacionista era a de dar continuidade à obra de civilização e à tradição herdadas que deveriam ser resgatas, defendidas e preservadas, o que demonstrava um maior alinhamento com o passado. Rodrigo era um intelectual mineiro, católico e com raízes ouro-pretanas⁶, dados que podem ter influenciado o fato de 70% do patrimônio cultural brasileiro (monumentos e obras de arte) estarem situados em Minas Gerais, de acordo com um relatório do SPHAN/Pró-Memória de 1982 (GONÇALVES, 1996, p. 71). Em entrevista concedida por uma técnica do IPHAN,

⁵ “Aqui em Ouro Preto, a gente tem uma lenda, que é uma das mais bonitas, que é a lenda do Chico Rei. Por exemplo, que segundo conta, ele veio da África, ele era um rei africano. Aí ele chega aqui e faz pra si mesmo a promessa de que ele compraria a sua liberdade e a de todos que ele conseguisse. Então ele chega e compra a mina. Ali na Encardideira, que é uma mina que já tava esgotada, que ninguém dava nada por ela. Dentro dessa mina, ele sonha com Santa Ifigênia e ela diz pra ele que ele podia continuar a escavação que ele encontraria ouro e conseguiria realizar o sonho de ter a sua liberdade. Realmente, a mina volta a dar muita produção de ouro, ele consegue não só comprar a liberdade dele e a de vários negros, de várias etnias. Ele cria, então, ele manda erguer um templo em honra a Santa Ifigênia e cria o primeiro grupo de congo de Minas Gerais, que ainda hoje a gente preserva essa festa. Ela acontece no dia 6 de janeiro que é o Reinado de Chico Rei ou Festa de Nossa Senhora do Rosário, Santa Ifigênia do Alto da Cruz.” Sidnea Santos, historiadora, relato concedido em 06/01/2016.

⁶ Seus ascendentes paternos originam-se da região de Ouro Preto-MG e seu bisavô paterno, Rodrigo José Ferreira Bretas, foi o primeiro biógrafo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481/vida-e-obra-rodrigo-melo-franco-de-andrade-1898-%E2%80%931969>. (Acesso em: em 14/01/2016.)

surpreendeu-me a deferência de tratamento em relação ao Doutor Rodrigo, diferentemente de como se referia a Renato Soeiro, Aloísio Magalhães ou a Jurema Machado (outros diretores da instituição). Explicou-me que considerava seu papel fundamental por implementar e consolidar as políticas de patrimônio no Brasil.

1.3 Criação da identidade Brasil. Um projeto político do Estado Novo com influências modernistas

O Estado Novo pretendia realizar a procura pelas raízes brasileiras no intuito de promover a integração nacional, eliminando, desta forma, a fragmentação dos Estados brasileiros dominados pelo latifúndio e pelas oligarquias. A escolha de Ouro Preto foi significativa para o projeto de criação de identidade nacional e, para Arantes (2004 *apud* LEITE, 2004, p. 50), “esta cidade é um dos principais territórios onde se funda, oficialmente, a nacionalidade brasileira”. Preservar o patrimônio implica em preservar a nação, suas memórias e identidade. Aproveitando-se da figura de linguagem utilizada por Gonçalves (1996, p. 32), “enquanto alegorias, as narrativas nacionais sobre o patrimônio cultural expressam uma mensagem moral e política: se a nação é apresentada no processo de perda de seu patrimônio cultural, conseqüentemente sua própria existência está ameaçada”. Interessante observar que, nesse período político, a cultura é posta, no que diz respeito ao órgão de preservação do patrimônio cultura, como questão de Estado e a partir dele. É o que permite, segundo Villaschi (2014, p. 93),

a intensa participação da intelectualidade modernista progressista na construção da política nacional de preservação do patrimônio. E o primeiro produto daquela coalizão entre o movimento cultural e a política do Estado Novo é a elevação de Ouro Preto a Cidade Patrimônio Nacional, em 1933, marco inicial do seu processo de patrimonialização de bens isolados.

A fase inicial de preservação do patrimônio foi um projeto político nacionalista do Estado Novo e, igualmente, um projeto modernista. Em 1924, uma comitiva composta por intelectuais e artistas integrantes do Movimento Modernista Brasileiro desembarcou em uma cidade colonial congelada no tempo devido ao seu esquecimento e em meio a rituais católicos seculares executados durante a Semana Santa. Todo o

conjunto cultural lhes parecia ser o mais representativo de uma autêntica e original brasilidade. As construções coloniais, com feições abasileiradas das origens portuguesas, eram “as únicas que tinham valor de patrimônio, construindo, além de uma representação de Brasil, uma imagem socialmente incorporada de patrimônio histórico e cultural urbano” (MOTTA, 2002 *apud* VILLASCHI, 2014, p. 126). O Barroco mineiro foi considerado o primeiro movimento estilístico tipicamente brasileiro e possui características peculiares, principalmente devido à técnica e materiais empregados. Em função da dificuldade de importação de materiais e técnicas construtivas, muitos artistas tiveram que utilizar recursos da própria região para desenvolver seus trabalhos, a exemplo da pedra-sabão, amplamente utilizada nas esculturas (MASSUCATE, 2007, p. 7). Essa releitura tipicamente brasileira de um estilo europeu estava em consonância com os ideais do Movimento Antropofágico defendido pelos modernistas. O Barroco foi “redescoberto” pelos modernistas e utilizado como signo totêmico da expressão estética da identidade nacional brasileira (GONÇALVES, 1996). Dessa forma, o patrimônio, mais uma vez, teve sua concepção moldada por um grupo de intelectuais que partilhavam desses ideais, o que justifica que “entre 1937 a 1979, a maioria dos monumentos e obras de arte tombados como patrimônio cultural era considerada como representativa do chamado Barroco brasileiro” (GONÇALVES, 1996, p. 69). Outros estilos, como o Neoclássico, foram praticamente descartados do discurso oficial e na política de preservação. O rigor estilístico foi manifestado pelo SPHAN em relação às fachadas de prédios que sofreram alteração ao longo dos tempos. Os prédios onde, atualmente, funcionam o Cine Vila Rica e o Ministério Público tiveram que readequar suas fachadas para resgatar a autenticidade da construção colonial (Figura 1).

Figura 1 – Liceu de Arte e Ofícios (1886-1946), transformado no Cine Vila Rica, em 1957



Fonte: (a) Luiz Fontana, s.d. (Acervo IFAC/UFOP) (b) Eduardo Tropa, s.d. Os vãos e elementos ecléticos da fachada foram alterados e/ou retirados e, no lugar da platibanda ornada com frontões, pináculos e estatuetas, novo telhado aparente, com cimalha e cachorrada. Nos terrenos vizinhos, inicialmente vazios, surgiram dois novos exemplares “coloniais” que obstruem suas aberturas laterais. O ponto de táxi, na calçada de 0,80 metros, desvia o fluxo de pedestres para a via pública. (Retirado de VILLASCHI, 2014, p. 93)

Da mesma forma, o antigo Mercado Municipal, construído em estilo neoclássico, foi demolido porque impactava o entorno paisagístico onde o monumento de destaque é a Igreja São Francisco de Assis. Para esse espaço foi concebido um projeto de autoria atribuída a Lúcio Costa (Figuras 2 e 3), mas que nunca chegou a ser executado. Cavalcanti (1995 *apud* VILLASCHI, 2014, p. 75) comenta essas ações como sendo um:

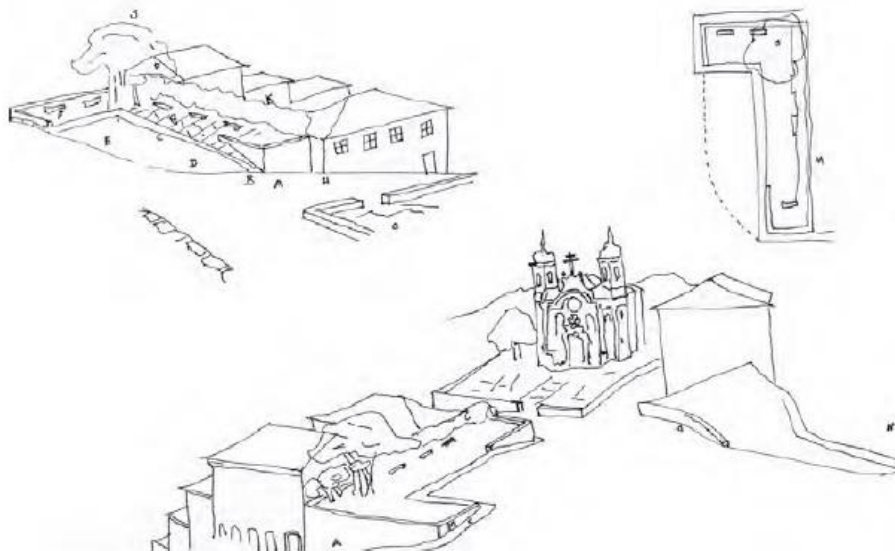
Repúdio a importantes expressões locais, posteriores ao Barroco mineiro, particularmente os estilos Neoclássico e Eclético. Aquela demolição (prédio neoclássico que funcionava como Mercado Municipal) corresponde ao ideário estilístico unificado defendido pelos intelectuais modernistas, bem como à importância que atribuíram aos monumentos e seu entorno, o que os destacou como aqueles que “projetaram a capital do futuro, ao mesmo tempo em que remodelaram a face da capital simbólica do passado colonial”.

Figura 2 – Mercado Municipal, Largo do Coimbra, década de 1940



Fonte: Luiz Fontana, s.d. (Acervo IFAC/UFOP, retirado de VILLASCHI, 2014, p. 74)

Figura 3 – Croquis atribuídos a Lúcio Costa, intitulado “Anteprojeto para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto - SPHAN”



Fonte: Acervo do IPHAN, Belo Horizonte (Retirado de VILLASCHI, 2014, p. 76)

Sempre achei paradoxal essa relação entre os movimentos modernista e barroco. O grupo que mantinha estreito contato com as vanguardas europeias, ao mesmo tempo

“desenvolve uma peculiar relação com a tradição” (VILLASCHI, 2014 *apud* CASTRIOTA, 2009, p. 138). Talvez porque tenho a tendência em pensar em Belo Horizonte, cidade que sintetizou o padrão arquitetônico considerado “moderno”, como antítese da “obsoleta” cidade imperial de Ouro Preto, exemplar representativo da autêntica cultura nacional pelos modernistas, a que veio substituir.

A afinidade entre esses estilos artísticos é explicada, por alguns autores, pelo fato de empregarem, na Arquitetura (civil), princípios universais⁷, com linhas retas e funcionais. Alguns arquitetos modernistas julgam o Barroco mineiro como estilo predecessor ao modernismo desenvolvido no Brasil. O SPHAN esteve muito atrelado aos discursos modernistas em Arte e Arquitetura e, à instituição, estiveram associados arquitetos como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Carlos Leão e Afonso Reidy, a partir de onde obtiveram reconhecimento público e oficial para suas propostas arquitetônicas. Gonçalves (1996, p. 69) comenta essa disputa pelo estilo artístico que representaria o Brasil:

A luta “modernistas (ou “racionalistas”, como se chamavam a si mesmos) e o estilo “neo-colonial” teve um importante papel na formação da ideologia do SPHAN. Para alguns intérpretes, essa luta estava associada à disputa política a respeito do estilo arquitetônico que seria oficialmente usado para representar simbolicamente a nação. Os modernistas venceram a batalha.

Um dos sinais visíveis de sua vitória estética e política foi a criação do prédio do Ministério da Educação e Saúde, projeto de Lúcio Costa e de outros modernistas, com o apoio de Le Corbusier. O Edifício Gustavo Capanema, que fica no Rio de Janeiro, foi tombado como monumento nacional.

Ressalto ainda a importante participação de outro modernista nessa fase histórica. O escritor e folclorista Mário de Andrade foi também diretor fundador do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo e responsável por ações inovadoras de reconhecimento de manifestações artísticas no país, como as viagens etnográficas pelas regiões Norte e Nordeste para mapear ritmos brasileiros. Participou na equipe de criação do SPHAN junto ao ministro Gustavo Capanema e elaborou um anteprojeto para a criação do órgão com concepções antropológicas da cultura e patrimônio, o qual não foi incorporado pela instituição⁸, como comenta Leite (2004, p. 51):

⁷ “Lúcio Costa compara o estilo de Aleijadinho ao de Oscar Niemeyer” (GONÇALVES, 1996, p. 70).

⁸ “O próprio Decreto nº. 25, que institui o SPHAN, não incorpora todas as especificidades sugeridas por Mário de Andrade em seu projeto original (Ministério da Educação e Cultura, 1980)” (LEITE, 2007, p. 93).

Embora o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936, contemplasse uma visão abrangente de “obras de arte patrimonial”, a política de preservação do SPHAN (atualmente IPHAN) inclinou-se, predominantemente, para a restauração arquitetônica de cunho fachadista dos bens imóveis de pedra e cal, cujos monumentos (em sua maioria, representativos do estilo barroco colonial mineiro) expressavam uma versão oficial do patrimônio.

Aloísio Magalhães (diretor do IPHAN entre 1979 e 1982) também acusou a política implementada pelo SPHAN de não ter seguido o projeto original de criação proposto por Mário de Andrade que contemplava a diversidade do patrimônio cultural brasileiro (GONÇALVES, 1996). O diretor incorporou os ideais do modernista em sua gestão, como comentarei adiante.

O discurso construído pelos principais agentes⁹ que influenciaram a consolidação da noção de patrimônio e políticas públicas praticadas nessa fase adotou critérios de tombamento que privilegiaram bens imóveis, que se referem à classe dominante, branca e católica, em detrimento de bens representativos de outras classes sociais, raças e religiões. Outra característica do período, exemplificada pelo episódio da demolição do prédio do Mercado Municipal, demonstra como houve seleção estilística que levou a apagar marcas da história local, que foram se sedimentando ao longo dos anos. Exemplos de como a seleção dos bens demarcam uma parcialidade e constituem o que Castriota (2003 *apud* VILLASCHI, 2014, p. 186) chama de dialética do lembrar e esquecer, na qual se “privilegiam certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade”.

⁹ Considero como os principais agentes dessa fase (anos 1920 aos 1970): Estado Novo com projeto político de uma nação coesa e da identidade brasileira; SPHAN e a figura do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade; e movimento modernista, com destaque para Mário de Andrade e Manuel Bandeira, do grupo dos escritores e do grupo dos arquitetos, já citados.

1.4 Os bens culturais e a gestão de Aloísio Magalhães

A cidade é mais que espaço físico; é mais que materialidade. Ela é *locus continuum* de cultura, onde natureza, construção material, símbolos, significados e representações se constroem em diversidade e em harmonia. Separar, portanto, patrimônio material e imaterial é ficar desatento a essa compreensão histórica do espaço urbano, a essa visão global da cidade (MENESES, 2006, p. 87).

A gestão do IPHAN¹⁰, a cargo de Aloísio Magalhães entre 1979 e 1982, ficou marcada por uma abordagem patrimonial de cunho mais antropológico, com ênfase nas relações simbólicas e não apenas nos objetos e nas técnicas. Esses conceitos já haviam sido propostos por Mário de Andrade, como comentamos, quando a ele foi encomendado um estudo de projeto para criação do SPHAN. Aloísio não só referenciou as ideias propostas pelo modernista como tentou empregá-las praticamente dali em diante. Em sua gestão, vários trabalhos de registro de manifestações culturais foram realizados pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e na Fundação Nacional Pró Memória. A principal herança desse período foi a introdução, na Constituição Federal de 1988, de um conceito mais amplo de patrimônio, que inclui os bens de natureza material e imaterial “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (SANT’ANNA, 2003, p. 55).

No ano seguinte, a UNESCO, por meio da recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, recomendou, aos países membros, “identificação, salvaguarda, conservação, difusão e proteção da cultura tradicional e popular, por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução de seu conhecimento no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais” (SANT’ANNA, 2003, p. 53). Essas diretrizes, consolidadas em instâncias nacionais e internacionais, contribuíram para ampliar a patrimonialização aos “bens patrimoniais intangíveis”¹¹ e para melhorar a

¹⁰ Em 1946, o SPHAN passou a se denominar DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, em 1970, tornou-se IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹¹ No sentido do que não se pode tanger, tocar, pegar, intocável. Relativo apenas ao sentido do tato.

instrumentalização técnica para sua salvaguarda e preservação, diferente da necessária para os bens materiais.

Houve, então, uma compartimentação dos bens em: materiais, formados pelo “conjunto das construções físicas do homem na sua relação com o meio ambiente para o atendimento de suas necessidades práticas”, e imateriais, constituídos por “construções mentais e os valores culturais configurados em signos e significados diversos” (MENESES, 2006, p. 24). Por um lado, cria-se uma separação que pode servir a fins práticos de preservação, mas, por outro, essa estratégia distancia-se da própria vivência, posto que não há sentido para interpretação de um bem cultural se todos os aspectos não forem compreendidos em conjunto. Ou, como observa Meneses (2006, p. 24), “o universo material media sentidos, valores, significados. Separá-los em sua compreensão, buscando uma compartimentação irreal da vida, seria destruir a possibilidade de apreensão da construção de uma cultura”.

Com as mudanças conceituais estimuladas por Aloísio Magalhães, a questão patrimonial passou a ser mais focada na manutenção dos usos e fazeres contextualizados do que nos bens estanques como relíquias do passado. Visto que é ilegítimo esse resgate pelo autêntico, deve-se preocupar mais com os processos do que com objetos e sua representatividade sociocultural. Os usuários desse patrimônio são encarados como agentes. A cultura pensada em um sentido de termo alemão *kultur*¹², que incorpora toda a construção coletiva e diversificada que cada povo edifica em sua vivência particular.

Aloísio sucedeu Renato Soeiro (1969 e 1979) e assumiu direção em 1979, período de Ditadura Militar. Com atuação profissional na área do *Design*, a ele foi atribuída uma mudança na concepção de patrimônio que passou a empregar o termo “bens culturais” ao invés de “patrimônio histórico e artístico”. Dos bens culturais, fazem parte os bens patrimoniais e passaram a ser incluídos: artesanato, religiões populares, culturas étnicas, esportes e festas, como bens da cultura popular. Uma visão mais pluralista e diversificada e que visavam garantir também a igual representatividade dos segmentos dos índios, negros e europeus. Os bens culturais deveriam ser considerados como instrumentos de um processo de desenvolvimento em uma “cultura pensada como um processo de transformação histórica e não em termos de uma clássica exemplaridade do passado” (GONÇALVES, 1996, p. 55). Diferentemente de Rodrigo, Aloísio operou

¹² Ver Meneses (2006, p. 43) e Elias (1990).

mais no presente do que no passado. Estimulou o contato direto dos técnicos com a população e defendia que a cultura deveria ser narrada pelo ponto de vista do nativo

Sem dúvida, é um grande desafio encontrar soluções que mantenham o equilíbrio entre a manutenção do patrimônio a fim de não descaracterizá-lo, mas operando as mudanças necessárias e condizentes com situações mutáveis, aprendizagens autônomas e a produção de inovações, em um mundo contemporâneo que se caracteriza por sua heterogeneidade, mobilidade e desterritorialização (CANCLINI, 1997, p. 166). Percebemos, através do discurso dos moradores dessa “cidade híbrida”, a dificuldade em conciliar o passado e o presente, para quem o patrimônio é considerado importante, porém conviver em seu cotidiano com as limitações impostas por essa carga histórica é um grande problema, como comento a seguir.

O tempo também opera mudança de usos de um espaço e, para isso, são necessárias políticas culturais que não somente listem os bens a serem tombados, mas registrem essas práticas e representações e as acompanhem para verificar sua permanência e suas transformações, observando que:

as nuances de um processo recente de reapropriação do patrimônio parecem uma perspectiva não apenas oportuna como indispensáveis para se entender como as políticas contemporâneas de revitalização reinventam lugares, recriam tradições, estabelecem centralidades: aspectos a partir dos quais outros lugares são criados e outras tradições são reapropriadas, reflexivamente, a partir dos usos diferenciados que se faz do espaço público (LEITE, 2004, p. 159).

Aloísio Magalhães defendia que as políticas públicas para o patrimônio incluíssem os moradores como agentes do processo porque acreditava que os moradores são os melhores guardiões do patrimônio. Bem diferente do conceito de patrimônio que englobava apenas os monumentos, hoje se admite um processo, resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos ao largo do tempo. Pressupõe que se transforma, sobrepõe, é plural e acompanha o desenvolvimento social, econômico e cultural com participação dos atores locais. E se preservação patrimonial deve ser feita de modo a permitir e contribuir para alimentar o tecido social onde se localiza, pressupõe que os moradores devem estar diretamente ligados ao processo, participando da ampliação do seu planejamento e extrapolando, para além de sua concretude objetiva, a valorização dos seus aspectos simbólicos, poéticos e vivenciais.

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos, sobretudo, para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos a ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma pessoas (GONÇALVES, 2003, p. 31).

Após esse percurso histórico ao longo do século XX, no qual retomei as principais concepções relacionadas ao entendimento e à gestão do patrimônio no Brasil, e a centralidade do caso de Ouro Preto nesse percurso, na próxima seção, irei abordar o contexto atual que envolve as políticas de patrimônio na cidade de Ouro Preto.

1.5 Sub-Regional do IPHAN em Ouro Preto

Nessa seção, comento a atual estrutura do IPHAN que, desde 1937, continua sendo a instituição de maior referência na área do patrimônio em nosso país. Ele é baseado nos relatos concedidos por: Simone Fernandes, historiadora, técnica responsável pela Casa do Patrimônio e idealizadora do programa “Sentidos Urbanos” (duas entrevistas); Lidiane Andrade, bolsista do Mestrado Profissional do IPHAN e monitora da oficina de Educação Patrimonial (além das entrevistas, acompanhei, por quatro meses, sua oficina); três diretores da Sub-Regional do IPHAN em Ouro Preto: o atual, André Souza, o anterior, João Carlos Oliveira em entrevista concedida em 2014, e Benedito Tadeu, diretor em 2004, no cargo durante a época em que eu realizava pesquisa sobre políticas públicas no município. Surpreendeu-me o fato de serem bastantes críticos em avaliar as ações desempenhadas pelo órgão. Confrontei meus entrevistados com o que escuto das pessoas, de que “eles não deixam mudar o que é seu”, que “é um órgão repressor”, que “diz sempre não, burocrático, que faz com que a obra encareça” e etc., o que criava uma ideia geral de que a preservação cerceia, impede e atrapalha a população. A partir de todas essas versões e baseada também em análise da mudança de paradigma que historicamente veio se operando no órgão ao longo de sua existência, esta seção apresenta uma aproximação um pouco mais detida sobre as visões internas de um dos atores-foco da presente pesquisa: o IPHAN.

1.5.1 Fiscalização

Entrevistei André Souza, atual diretor da Sub-Regional, no escritório da Casa da Baronesa, Praça Tiradentes, Ouro Preto, no dia 19 de janeiro de 2016. Há dez dias chovia ininterruptamente no verão ouro-pretano. Ora uma chuva grossa que encharca tudo, dos nossos pés às encostas, ora uma chuva fina, daquelas que pairam no ar por horas. No centro da praça, a estátua do Tiradentes toda envolta em névoa. O relógio do Museu da Inconfidência badalou duas vezes. Sob esse ângulo, a Praça Tiradentes até parecia uma paisagem bucólica, como em um poema árcade de Tomás Antônio Gonzaga. Mas não era bem assim. Carros, ônibus, pequenos e grandes caminhões, moto entregas, circulavam sem cessar em torno do Tiradentes, o que dificultava a travessia dos pedestres. Esse é o ponto central da cidade, elo entre os dois antigos arraiais de Ouro Preto e Antônio Dias, hoje, importante acesso entre bairros. Recentemente, foi proibido o estacionamento no local, mas há um ponto de táxis com vários carros estacionados e pontos de táxi lotação, ônibus e caminhões para carga e descarga de materiais que suprem o comércio e a rede hoteleira da região. “Guias turísticos” abordam os visitantes que circulam a pé ou em seus veículos, oferecendo serviços de guia, restaurantes e hotéis. Um ir e vir de gente sob os guarda-chuvas: estudantes em direção ao Centro Acadêmico da Escola de Minas, servidores da Câmara dos Vereadores chegando para as audiências, casais fazendo *selfie* com a Escola de Minas ao fundo. Ao entrar no casarão oitocentista, parecia-me que o século XXI tinha ficado para trás. Já havia trocado e-mails com André e enviado previamente as perguntas da entrevista. Faltava coligir, para o meu trabalho, aspectos mais técnicos envolvidos na operacionalização da instituição de preservação, que o diretor poderia esclarecer. Também gostaria de saber mais a respeito das atuais ações desenvolvidas, políticas de preservação, relação do órgão com moradores e poder executivo municipal, entre outros assuntos.

Em sua sala no IPHAN, eu e André nos cumprimentamos e comentamos sobre o clima, cumplicidade criada entre pessoas que não se conhecem. Indicou-me uma cadeira e me pediu: “*Não repara na mesa*”. Não havia como não reparar. Sobre uma mesa colonial em madeira maciça, pilhas de papéis, pastas, livros, arquivos e cadernos chegavam a comprometer a visibilidade do meu entrevistado, do outro lado. Em tom de brincadeira lhe disse que corria o risco dele se afogar em papéis. A brincadeira

“quebrou o gelo”, demos início à entrevista, mas a semiologia desse espaço ajudou a compor minha avaliação sobre a instituição.

O mesmo motivo que fazia a mesa de André transbordar de papéis e projetos arquitetônicos foi apontado pelo seu antecessor, João, como o responsável para o atraso de 40 minutos para nossa entrevista, em 2014: *“Por que eu me atrasei? Fiscalização. Você pega um carro para notificar. Mas não é só esse nosso trabalho”*. Comum na fala dos dois diretores é a constatação que as ações de avaliação e fiscalização de projetos de construção consumiam a maior parte do tempo da instituição. João defendeu que deveriam ter uma postura de *“olhar a cidade como um organismo”*, mas que a função que desempenhavam era muito mais burocrática que desejava. Falar no IPHAN como instrumento de controle não é errado. O órgão tem poder de fiscalização, poder de polícia, que cerceia um pouco o direito individual. André comenta que *“tombamento não exclui a propriedade”*, porém impõe condições de uso na propriedade porque aquele bem é de interesse coletivo. O Decreto-Lei nº. 25 (de 1937), que legisla sobre o tombamento, diz que a ação não depende, necessariamente, da anuência do proprietário. Ele só precisa ser comunicado, ainda que discorde, e pode apresentar recurso que é analisado pela própria instituição que propõe o tombamento. As pessoas que chegam ao escritório para aprovar seus projetos arquitetônicos de construção ou reforma de modo geral ficam insatisfeitas porque acreditam que tombamento é um ônus. *“E se a gente fizer análise rasa, é. Porque construir novo é mais barato do que restaurar”*, complementa André. É contraditório perceber que, da mesma forma que a instituição é cobrada pelo excesso nas ações que cerceiam o direito individual, também o é pela omissão da gestão do patrimônio coletivo, como no caso do episódio do quase desmoronamento do teto da Igreja Nossa Senhora da Conceição, como irei comentar adiante. A visão de Simone diz bastante a respeito dos agentes (poder público, proprietários e órgãos de preservação) e os papéis que devem (ou deveriam) desempenhar na manutenção dos bens imóveis:

Uma coisa que precisa ficar claro é que proprietário é proprietário. Se ele tem um apartamento na zona sul do Rio de Janeiro, ele não tem que cuidar dele? Por que em uma casa aqui ele tem que esperar recursos da União? Acho que somos responsáveis por uma política muito clientelista. O próprio Decreto-Lei [nº. 25] diz que se ele não comprovar que tem dinheiro a União paga. Isso não ocorre, nunca ocorreu. Dentro

desse Caminho Tronco¹³, você tem pouquíssimas pessoas que não têm recurso pra fazer uma manutenção da sua casa. Ela é mais cara. Podia ter políticas de fomento do município? Sim, se o município fosse interessado nisso. [...] Nas cidades que possuem núcleo tombado, o município só vai legislar sobre esse solo urbano, quase que todos, depois do Estatuto das Cidades, que obriga as cidades, a partir de tantos mil habitantes, a ter plano diretor. É recente, tanto que a nossa legislação é aprovada em 2006. Até então quem falava que sim ou que não era o IPHAN. Por isso, as pessoas têm horror ao IPHAN. O IPHAN vai tratar as questões de preservação, quem deve controlar demais aspectos é o município (Entrevista concedida por Simone Fernandes, em 13/01/2016).

As ações do Escritório Técnico são voltadas, em sua maioria, para a preservação da materialidade dos conjuntos protegidos. Desde a criação do SPHAN, aliás, como já mencionado. Ainda que o conceito de representatividade do patrimônio tenha sido muito ampliado e que todo bem material seja dotado de significados, os investimentos em cultura, de modo geral, são empregados na restauração de bens arquitetônicos, quando já estão sobremaneira deteriorados. Os programas de amplos investimentos, como Monumenta e PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), comprovam essa aplicação. O PAC, em curso no presente momento, não tem nenhuma destinação para o patrimônio imaterial.

Para André, *“a situação de emergência da cultura, da preservação do patrimônio cultural ainda está muito ligada à materialidade pela insuficiência de recursos: humanos, materiais e de infraestrutura da instituição”*. O escritório de Ouro Preto, hoje, conta com uma historiadora (Simone), um arquiteto urbanista responsável pela preservação material do conjunto de cidade (André), uma arquiteta temporariamente contratada, um estagiário, um administrador, um arquivista e uma bolsista do Mestrado Profissional do IPHAN (Lidiane). Essa é a equipe técnica e ainda trabalham no escritório, como contratados, auxiliares de limpeza e vigias. Questionei o histórico de contratações do IPHAN, que, desde sua criação, possui maioria de arquitetos em seus quadros. Sem dúvida, é um reflexo de como a instituição está voltada para a materialidade dos bens e André defendeu que o *“arquiteto urbanístico talvez seja o profissional que tenha conhecimento mais holístico para cuidar dessas questões”*.

¹³ O Caminho Tronco delimita a mais importante área do patrimônio tombado. Eixo que vai do Bairro Cabeças ao Padre Faria.

Entre os contratados ou concursados também existem historiadores, jornalistas, antropólogos, arqueólogos e museólogos, em minoria. Em 2004, o escritório contava com quatro funcionários para fiscalização das obras em andamento da Zona de Proteção Especial. “*A cidade de Nápoles, na Itália, possui cerca de seis mil funcionários para desempenhar igual função*”, como comparou Benedito, diretor à época, e ainda, “*pode-se afirmar, até mesmo, que o IPHAN não faz um trabalho de preservação na cidade, mas sim, apenas, um trabalho de resistência à sua destruição*”. Em 2016, não encontrei uma situação muito diferente.

1.5.2 Patrimônio imaterial

Depois de mais de uma década de trabalho na área de gestão cultural e fascinada pelo assunto, consigo identificar, como integrantes do patrimônio imaterial da região, grupos seculares de Congado, festas, como as Cavalhadas, para celebrar São Gonçalo, técnicas próprias de artesanato e lapidação de pedras, grupos de dança de Pau de Fita, Marujada, Folias de Reis, quadrilhas de festa junina, bandas, lendas, cantigas, brincadeiras e culinária próprias da região, para ser sucinta. Apenas dois bens imateriais são registrados no IPHAN, no Estado de Minas Gerais: o modo de fazer queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre, e o toque dos sinos de Minas Gerais e o ofício de sineiros. Atualmente, a superintendência de Minas Gerais realiza um inventário dos grupos de Congado. Segundo André, as primeiras cartas patrimoniais existentes em Veneza e Atenas, na década de 1960, já sinalizavam uma preocupação com o contexto, conjuntos, representatividade e imaterialidade. Na década de 1980, esses conceitos amadurecem, como vimos na seção anterior. Apesar disso, só em 2000 foi criada, institucionalmente, uma ferramenta de preservação de bens intangíveis com o decreto de registro do patrimônio imaterial¹⁴, mas, até hoje, o órgão não conseguiu avançar muito na área. Como avaliou o atual diretor “*tem uma equipe muito maior para atender os bens materiais, sendo que o universo do imaterial é muito maior*”.

¹⁴ Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000

1.5.3 Áreas de preservação

Dentro desta seção, acho necessário comentar, ainda que brevemente, sobre as áreas de proteção dentro do município. Isso ajudará a entender as competências da instituição em relação à preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico e situar as regiões a que faço mais referência (Caminho Tronco, com bairros centrais e dentro da Área de Preservação Especial, e Morro Santana, em uma Área de Preservação). A legislação que regulamenta esses critérios é a Portaria 312/2010¹⁵, que deve ser interpretada em conjunto com o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. “A Portaria funciona como um Plano Diretor, definindo parâmetros de construção e de intervenção que são mais ou menos restritivos dependendo da área onde o imóvel se localiza, mas toda setorização toma como base a relação de visibilidade da cidade com o Caminho Tronco preservado, mais íntegro”, de forma a criar uma ambiência, como me explicou André. No município, são 22 km² de área tombada, sendo 80% na área urbana. Incluídas nessa área estão desde ocupações de alta renda dos bairros centrais a ocupações de risco de baixa renda, como o Morro Santana. São divididas em três zonas com diferentes indicações para preservação:

Art. 16. Ficam estabelecidas no SÍTIO TOMBADO três áreas de preservação assim denominadas, delimitadas no Anexo I:

I - ÁREA DE PRESERVAÇÃO ESPECIAL - APE;

II - ÁREA DE PRESERVAÇÃO - AP;

III - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PAISAGÍSTICA, ARQUEOLÓGICA E AMBIENTAL - APARQ.

Art. 17. A Área de Preservação Especial - APE corresponde ao núcleo de maior concentração de bens de interesse cultural, compreendida pelo arruamento de origem setecentista ou que guarda relação com este, áreas verdes de interesse paisagístico, bens e obras de arte tombados isoladamente, com edificações de construção de diferentes períodos.

Art. 18. A Área de Preservação - AP corresponde às áreas com menor incidência de bens arquitetônicos de interesse cultural. Corresponde a áreas limítrofes à APE, de urbanização consolidada ou em consolidação, com bens de interesse cultural dispersos ou ausentes.

Quando situadas nas regiões da Serra de Ouro Preto ou da Serra do Itacolomi, destacam-se pelo papel histórico no processo de formação urbana, observando-se a incidência de bens de interesse paisagístico e arqueológico.

¹⁵ Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf
(Acesso em: 26/01/2016.)

Art. 19. A Área de Preservação Paisagística, Arqueológica e Ambiental - APARQ corresponde às áreas pouco urbanizadas e de baixa densidade construtiva, com relevante formação geológica, interesse arqueológico, histórico, paisagístico e/ou ambiental (Portaria 312/2010).

As intervenções arquitetônicas que devem respeitar diretrizes mais rígidas são as situadas em APE. Em geral, os técnicos do IPHAN, para aprovação de projetos construtivos, tomam como base as características predominantes no local e usam como instrumento de análise a “face de quadra”, devendo o imóvel manter volume e acabamento externos compatíveis com as características predominantes desses locais. No Caminho Tronco, ainda há cuidado em preservar as características de uma paisagem que guardam elementos do processo de ocupação barroca, formada por um caminho delineado e contraposto com massas verdes, que a própria topografia proporciona.

O IPHAN ainda atua no controle de sistemas construtivos e compartimentação interna, que podem ser flexibilizados, no caso de edificações de uso de interesse público ou para melhorias das condições de habitação residencial, como adaptações para acessibilidade ou construção de banheiros.

1.5.4 Participação popular

Minha percepção, baseada nos relatos, tanto dos técnicos do IPHAN quanto dos moradores, é que as ações da instituição permanecem muito focadas no objeto, negligenciando aspectos imateriais e as relações com o entorno e moradores. João, diretor do escritório Ouro Preto em 2014, queixou-se do “nó” da instituição, uma vez que faltavam políticas públicas que pensassem a cidade como um todo e não só como objetos pontuais. Ele se via muito mais na função de fiscalizador do que de proponente de soluções para mobilidade urbana, espaços públicos ou para melhorar a relação dos moradores com os objetos restaurados.

As Casas do Patrimônio foram criadas para atenuar essa deficiência da instituição e para abordar as questões relativas ao patrimônio de “uma forma mais antropológica e atual de cultura”, como explicou Simone, responsável pelas ações locais. A Casa do Patrimônio de Ouro Preto é a única em Minas Gerais, funcionando desde 2009 e, de acordo com seu *blog* oficial, tem “objetivo de sensibilizar e despertar

nos moradores novos olhares sobre a cidade”. Trabalham essencialmente com projetos pedagógicos e de educação patrimonial e a proposta se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento do IPHAN com a sociedade e com o poder público. Como divulgado no *blog* oficial:

Atualmente, essa iniciativa é uma parceria do IPHAN, com a Universidade Federal de Ouro Preto – Departamento de Turismo, Departamento de Artes Cênicas e Departamento de Jornalismo, com Fundação de Arte de Ouro Preto e com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto – Secretaria de Educação e Secretaria de Planejamento.

De acordo com este *blog*, o programa “Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania” é o fio condutor das ações da Casa e é composto pelas seguintes ações:

Roteiros sensoriais – roteiros de visitação por percursos inusitados do núcleo histórico, com ênfase na percepção sensorial e nas qualidades ambientais dos lugares de memória, instrumentalizando os cidadãos para atuarem como guardiões de seu patrimônio.

Projeto Comunica Morro – O tema patrimônio é norte para a criação de produtos da comunicação (rádio, jornal, fotografia).

Projeto “Eu também sou patrimônio” – utiliza a educação patrimonial como meio de sensibilizar e transformar a comunidade no qual se insere, utilizando o bem cultural como ferramenta para a pedagogia social da inclusão. Trabalha-se identidade, pertencimento, buscando-se reconstruir papéis e construir desejos.

Este último projeto será abordado detalhadamente no capítulo 3. A Casa também desenvolve ações em conjunto com outros projetos, como Festival de Inverno e Fotógrafos em Ouro Preto, com quem firmou parceria para a ação “Patrimônio na Fonte” (Figuras 4 e 5¹⁶), em exposição atualmente. Os tapumes que cercam os chafarizes em obra de restauro, via PAC Cidades Históricas, serviram de suporte para a exposição fotográfica “Identidade e cultura negra”, que comemora os 300 anos da Irmandade do Rosário. A instalação artística chama atenção para as obras, cria um museu de território e ainda referencia o patrimônio imaterial que a Irmandade do Rosário representa. Combina imagens de práticas, fazeres cotidianos, manifestações artísticas, folclóricas e religiosas afrodescendentes. Para André, “*as atividades ainda são pequenas em relação ao montante do material a ser preservado. A diversidade deve ser preservada. Ainda é um início de um trabalho. E só o escritório que tem essas ações efetivas, mas poucas*”.

¹⁶ Retirado da página dos Fotógrafos em Ouro Preto no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/FotografosemOuroPreto/?fref=ts> (Acesso em: 26/01/2016.)

Figura 4 – “Patrimônio na Fonte” (Largo do Rosário)



Fonte: Página Fotógrafos em Ouro Preto (Facebook)

Figura 5 – “Patrimônio na Fonte” (Rua do Ouvidor)



Fonte: Página Fotógrafos em Ouro Preto (Facebook)

A maior participação popular nas ações do IPHAN teve início na gestão de Aloísio Magalhães com o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), como comentado na seção anterior. A partir do CNRC, foi pensado o projeto de “interação entre a Educação Básica e contextos culturais existentes no Brasil”, que nasce em Ouro Preto, como comentou Simone:

Quando ele [Aloísio Magalhães] assume a presidência do IPHAN, em março de 1979, é justamente quando tem as chuvas e ele promove um seminário em Ouro Preto para tratar o assunto com a comunidade. Aí ele inicia sua linha de postura política onde o diálogo é a palavra de ordem, onde quem decidiria os rumos das cidades seria a própria comunidade. E aí ele tinha representantes dos vários ministérios, representantes da política municipal e a sociedade civil. Nesse seminário, eles traçam algumas diretrizes e uma delas é trazer um grupo para trabalhar com a questão cultural. Chama o Felipe Serpa, que era coordenador de projetos do CNRC para vir, era braço direito dele. Achava que se essa política desse certo aqui, ela daria certo em qualquer lugar do Brasil (Entrevista concedida por Simone Fernandes, em 13/01/2016).

O projeto estabeleceu parcerias com a UFOP e a prefeitura municipal e tinha caráter interdisciplinar. A proposta era trabalhar a cidade e a universidade em um contexto. A proposta, com uma boa intenção e com equipe empenhada em fazê-la funcionar, não teve continuidade, pois

[...] você teve estranhamento da gestão municipal que não assume seu lugar nessa discussão e fica muito incomodada porque começa a ter pessoas reivindicando coisas que não eram interessantes para eles [...] Dá muito trabalho sentar e conversar com a comunidade e escutar todo mundo. Ser o cara que faz a mediação. Então isso nunca foi assumido conceitualmente depois da morte do Aloísio. Até hoje (Entrevista concedida por Simone Fernandes, em 13/01/2016).

Apesar de ter sido extinto na cidade (de certa forma, seus conceitos tiveram continuidade na Pró-Reitoria de Extensão da UFOP), as referências nascem aqui e a continuação do projeto educativo foi absorvida em conjunto pelo MEC e espalhada nacionalmente. Segundo Simone, esse eixo conceitual que vem do CNRC é, de certa forma, inspiração para as ações das Casas de Patrimônio, onde “*não pode ter uma*

cartilha, coisas prontas, porque as referências culturais são construídas com quem convive com o lugar”.

Retomando o que foi discutido ao longo deste primeiro capítulo, vimos que, historicamente, as decisões a respeito do patrimônio foram sempre tomadas por uma elite intelectual que fazia a seleção dos bens, não necessariamente representativos dos diversos grupos sociais. Agora, a política se pretende mais inclusiva, promovendo audiências públicas, com conversa ampla com a sociedade sobre o que deve ser considerado patrimônio. Mas é uma linha de ação ainda muito recente e com dificuldades para implementação. Mas, como Aloísio já pregava e constato, a população é fundamental para a criação de um processo permanente de preservação do patrimônio.

2. OURO PRETO: CONTEXTO ATUAL

2.1 Minha gente, salvemos Ouro Preto!

Só são considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, os bens inscritos separados ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, conforme prevê o Decreto-Lei n.º. 25:

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. (p.1)

Para MENESES essa “é a ação justificadora da responsabilidade do poder público em salvaguardar a memória coletiva. Tombar, mais especificamente, é a ação de inventariar, registrar e tomar sob guarda, para conservar e proteger, bens de valor público” (2006, p. 81). O tombamento da cidade de Ouro Preto aconteceu em 1938. Em 1980, a cidade foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Essa chancela é concedida pela Organização das Nações Unidas desde a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972) e é o reconhecimento de que alguns lugares são de “valor universal excepcional” e que devem fazer parte do patrimônio comum da humanidade.

O título se deu em um momento difícil para a cidade. Ainda é presente na memória dos moradores e frequente em suas falas, as referências às fortes chuvas de 1979. Jornais noticiaram que “Minas Gerais teve a pior enchente de sua história. Após mais de 35 dias de chuva, em janeiro e fevereiro, 246 pessoas morreram e 37 cidades ficaram ilhadas, deixando milhares de desabrigados”¹⁷. As pessoas contam que “a cidade dissolvia” e moradores de todos os bairros foram prejudicados, mas, ainda mais os que habitavam as encostas dos morros. A pressão da população foi grande para que os poderes públicos reconstruíssem a cidade. Em entrevista concedida por uma técnica do IPHAN, ela relacionou a catástrofe natural com o processo de pedido de

¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/01/relembra-outras-tragedias-causadas-pela-chuva-no-brasil.html> (Acesso em: 25/01/2016.)

reconhecimento de patrimônio enviado para a UNESCO. Praticamente, como vieram a me confirmar diferentes técnicos da instituição, a chancela significa o maior reconhecimento e facilidade na obtenção de recursos para financiamento das práticas de preservação de patrimônio. Naquele momento, com a cidade destruída, o título aumentaria as chances de obtenção de patrocínio para sua reconstrução. O dossiê de candidatura fez menção à recente tragédia:

Assentada em um terreno de relevo irregular e de formação geológica problemática, a cidade sofre periodicamente as consequências de deslizamentos que, ao longo dos dois últimos anos, aumentaram a tal ponto que, recentemente, após chuvas torrenciais, exigiram trabalhos urgentes de escoramento dos taludes e uma ação conjunta do governo federal, estadual, da municipalidade e do setor privado para completar as medidas tomadas e fornecer melhor assistência à cidade e sua população (Dossiê Ouro Preto UNESCO, 1979, p. 13).

Durante a entrevista, ela também relacionou o fato do dossiê de candidatura ter sido extremamente simples e curto, o que dava aspecto de ter sido feito em caráter de urgência. Atualmente, o processo que envolve a obtenção de título da UNESCO é mais complexo, demorado e requer a confecção de um dossiê que mobiliza especialistas de diferentes áreas, por meses. Assim explicou, em um seminário promovido pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) o técnico do IPHAN responsável pela candidatura do Rio de Janeiro, “primeira área urbana no mundo a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem urbana”¹⁸, em 2012. Retomei o assunto em entrevista com outra técnica do IPHAN que me deu diferente versão dos fatos. Disse-me que era pública (teve conhecimento através de discursos publicados) a posição de Aloísio Magalhães de que o reconhecimento da UNESCO iria contribuir na captação de recursos para a cidade, porém não via relação direta com a tragédia das chuvas. Segundo ela, o processo da candidatura teve início na gestão de Renato Soeiro, em momento anterior ao citado, e o processo era curto, pois era um dos primeiros criados pela instituição, sem muita experiência nisso. Porém, o dossiê foi assinado por Aloísio Magalhães e, por ter feito menção às chuvas, isso me leva a crer que há fortes indícios de uma relação entre os fatos. Essa história ilustra o binômio vida/morte e desaparecimento/reconstrução comentado no primeiro capítulo. Apenas quando o presente é narrado como “uma situação de perda progressiva”, justificam-se as práticas de preservação de “patrimônios culturais”. A cidade contabiliza vários

¹⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/>. (Acesso em: 25/01/2016.)

episódios de problemas com as chuvas e deslizamento de encostas¹⁹. O último foi em 2012, com deslizamento de encosta à frente da rodoviária que matou dois taxistas e fechou a principal via de acesso ao Centro. Em 1949, Manuel Bandeira fez um apelo contundente, motivado pelos mesmos problemas que recorrentemente assolam a cidade:

Minha gente, salvemos Ouro Preto!

As chuvas de verão ameaçaram derruir Ouro Preto.

Ouro Preto, a avozinha, vacila.

Meus amigos, meus inimigos,

Salvemos Ouro Preto.

Bem sei que os monumentos veneráveis

Não correm perigo.

Mas Ouro Preto não é só o Palácio dos Governadores,

A Casa dos Contos,

A Casa da Câmara,

Os templos,

Os chafarizes,

Os nobres sobrados da Rua Direita.

Ouro Preto são também os casebres de taipa de sopapo

Aguentando-se uns aos outros ladeira abaixo,

O casario do Vira-Saia,

Que está vira-não-vira enxurro,

E é a isso que precisamos acudir urgentemente!

Meus amigos, meus inimigos,

Salvemos Ouro Preto.

Homens ricos do Brasil

Que dais quinhentos contos por um puro-sangue de corridas,

Está certo,

¹⁹ Ver Apêndices 2 e 3.

Mas dai também dinheiro para Ouro Preto.

Grã-finas cariocas e paulistas

Que pagais dez contos por um modelo de Christian Dior,

E meio conto por uma permanente no Baldini,

Está tudo muito certo,

*Mas mandai também dez contos para consolidar umas quatro casinhas
de Ouro Preto.*

(Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto vos acrescentará...)

Gentes da minha terra!

*Em Ouro Preto alvoreceu a nossa vontade de autonomia nos sonhos frustrados
dos inconfidentes.*

Em Ouro Preto alvoreceu a nossa arte nas igrejas e esculturas do Aleijadinho.

Em Ouro Preto alvoreceu a nossa poesia nos versinhos do Desembargador.

Minha gente,

Salvemos Ouro Preto.

Meus amigos, meus inimigos,

Salvemos Ouro Preto.

Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1949²⁰

Nos anos 2000, outros dois episódios fizeram com que a população conclamasse novamente: “Minha gente, salvemos Ouro Preto!”. Em novembro de 2002, um caminhão desgovernado destruiu um chafariz secular e, em abril de 2003, um incêndio consumiu por inteiro o casarão do século XVIII onde funcionava o Hotel Pilão, na Praça Tiradentes²¹. A cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, sob o risco de perder seu título, foi amplamente noticiada:

²⁰ BANDEIRA, Manuel. “Minha gente, Salvemos Ouro Preto!”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 11/9/1949. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Série Inventário. M024/Cx. 0213.

²¹ Ver Apêndice 4.

Descaso ameaça um tesouro do Brasil. Ouro Preto, em Minas, pode perder o título de Patrimônio da Humanidade. As construções irregulares e o trânsito pesado no centro histórico estão destruindo o maior conjunto arquitetônico barroco do país. [...] É tanto problema que a UNESCO decidiu formar uma comissão internacional para visitar Ouro Preto até o fim do ano. Técnicos de vários países deverão impor uma série de condições e exigir mais preservação se a cidade quiser manter o título de Patrimônio da Humanidade. A ocupação desordenada das encostas e as construções irregulares também vão ser incluídas no relatório da comissão (O Globo, 15/11/2002).

O incêndio que destruiu ontem construções históricas em Ouro Preto é mais um revés no anunciado processo de degradação do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade mineira, que corre o risco de perder o título de patrimônio cultural da humanidade, concedido pela UNESCO em 1980 (Folha de São Paulo, 15/04/2003).

Foi preciso chegar a uma situação alarmante para mobilização em prol de ações efetivas de preservação. Dentre elas, algumas de simples resolução. No episódio do incêndio, dentre os seis hidrantes instalados no centro histórico, apenas um funcionava, mas estava localizado a quase um quilômetro do local, conforme relatado pelo Corpo de Bombeiros, à ocasião. Se a carta de Manuel Bandeira, publicada no Correio da Manhã em 1949, teve grande repercussão, os eventos noticiados pela grande mídia tiveram abrangência ainda maior. O *site* da UNESCO explica os trâmites no caso de situações como a ocorrida em Ouro Preto:

Caso haja alguma catástrofe natural sobre o bem ou sítio do Patrimônio Mundial, como um terremoto, inundação ou mesmo um dano causado por conflito armado, o Fundo do Patrimônio Mundial poderá ser acionado. Cria-se, então, uma Campanha Internacional de suporte técnico e financeiro para resgate do bem atingido. Este bem é incluído na Lista do Patrimônio Cultural ou Natural em Perigo.²²

Um representante do Comitê do Patrimônio Mundial, com sede em Paris, visitou Ouro Preto na ocasião para avaliar seu estado de conservação. Apesar das péssimas condições de preservação do patrimônio apontadas no relatório, a cidade não entrou na lista de patrimônio cultural em perigo, tampouco perdeu o título.

²² Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/world-heritage-in-danger/> (Acesso em: 25/01/2016.)

2.2 Programas de financiamento

Entre 2002 e 2003, quando ocorreram esses episódios, já vigorava o Programa Monumenta/BID, desenvolvido pelo Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O montante total de investimento era composto por convênio, onde 70% era via Governo Federal e 30% de contrapartida da prefeitura. Dentre os principais objetivos do programa estavam:

Conscientizar a população, estimulando-a a respeitar e cuidar do seu patrimônio histórico como um bem comum a todos os brasileiros;
Aumentar a utilização econômica, social e cultural dos bens tombados e de seus arredores (RIBEIRO, 2004, p. 1).

Conheci o programa em 2004 quando realizava pesquisa sobre políticas culturais e estavam em curso projetos de restauro e conservação de monumentos e sítios históricos, sinalização interpretativa, estudo de tráfego, revitalização do Vale dos Contos, financiamento para restauro de imóveis particulares, construção de mobiliário urbano e atualização do Plano Diretor. Pretendia-se criar um Fundo para que o projeto continuasse mesmo depois de acabada a verba do financiamento, o que não se concretizou. Em entrevista concedida a mim, Benedito Oliveira, então chefe da Sub-Regional do IPHAN em Ouro Preto, disse-me: *“O programa, até o momento, tem seu efeito restrito a intervenções físicas pontuais e não atingiu o seu objetivo primordial que é a capacitação da estrutura da administração pública municipal e o reforço institucional do IPHAN”* (Entrevista concedida em 25/07/2004). O programa tinha, como novidade, o financiamento para restauro de imóveis particulares, mas, segundo relato de Simone, técnica do IPHAN, não funcionou como esperado:

O Monumenta teve uma política de restauração de imóveis privados com juros zero e foram poucos que procuraram. Porque não tem documentação das casas aqui. Você tem empréstimo e tem que ter toda documentação correta e ninguém aqui tem. O gerente da Caixa [Econômica Federal] dizia que eles nunca conseguiam manter a meta estipulada pelo banco de empréstimos para compra e manutenção de imóveis porque não tinham documentação exigida pela burocracia da Caixa. Reduziram o que era

solicitado e nem assim. Teve gente que pegou empréstimo e não pagou (Entrevista concedida por Simone Fernandes, em 19/01/2016.)

Não foi o único problema do programa. O relatório emitido pela Controladoria Geral da União (CGU), em 2015, apurou graves infrações, como noticiado:

Foram dez anos ao longo de três mandatos presidenciais, R\$ 149,3 milhões investidos e a promessa de que prédios, praças e outros equipamentos de valor histórico no Brasil seriam preservados. Lançado em 1999, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, e encerrado em outubro de 2010, no fim da segunda gestão de Lula, o Programa Monumenta foi elaborado como o maior projeto já criado no país para a recuperação de patrimônio histórico. O resultado, porém, envolveu obras superfaturadas, estruturas danificadas e até intervenções que sequer haviam começado antes do término oficial do projeto (O Globo, 23/10/2015).

Várias ações foram realizadas em Ouro Preto, que firmou convênio de 15 milhões de reais²³ com o Governo Federal. A Igreja Nossa Senhora das Dores teve obra de restauro executada durante o Programa Monumenta, mas, ao final da vigência do programa, em 2010, já precisava de novos reparos. Dados reforçados na entrevista com Simone, técnica do IPHAN, para quem as “obras que foram feitas pelo Monumenta já estão péssimas porque foram feitas sem manutenção correta”.

A história se repetiu em 2013 quando a “cidade Patrimônio Cultural da Humanidade” apareceu nos telejornais de todo o Brasil. Dessa vez, o que virou notícia foi o teto da Igreja Nossa Senhora da Conceição, onde estão depositados “os restos mortais de Aleijadinho, considerado um dos maiores artistas do barroco, no Brasil”, conforme a fala do repórter²⁴, que ameaçava desabar. O IPHAN já havia recomendado, desde 2000, o restauro do santuário, previsto no PAC Cidades Históricas, mas aguardava liberação. O alarde da notícia pressionou os órgãos envolvidos e, em 2014, tiveram início as obras que, no momento, estão praticamente concluídas.

O PAC Cidades Históricas foi lançado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009. O montante de recursos destinados ao PAC Cidades Históricas é da ordem de R\$ 1,3 bilhão. Ouro Preto é uma das cidades contempladas com 15 obras listadas, no

²³ Dados do relatório do Programa, disponíveis no *site* oficial do Inter – American Development Bank: <http://www.iadb.org/developmentimpactionors/Monumenta/Documents/CatalogoMonumenta.pdf> (Acesso em: 26/01/2016.)

²⁴ Matéria exibida em 19/04/2013, no Bom dia Brasil, da Rede Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/ameaca-de-desabamento-de-teto-fecha-igreja-em-ouro-preto/2525734/> (Acesso em: 26/01/2016.)

valor de R\$ 36,46 milhões²⁵. Este, como ressaltou o atual diretor da Sub-Regional, André Souza, é o “*maior recurso que a instituição já teve destinado para preservação de bens*”. Diferentemente do Monumenta/BID, o PAC é composto por recursos da própria União. Sobre isso, Simone, técnica do IPHAN, comentou: “*Diz que vai sair para imóveis privados [como acontecia no Monumenta]. Mas do jeito que está não se sabe nem se será executado na íntegra o montante de recursos*”. Refere-se à atual fase econômica do país e aos recursos destinados, ainda mais minguados nesse momento, à pasta da Cultura. Seja por investimento direto dos poderes públicos ou patrocinados por empresas privadas, via leis de incentivo. O PAC é um dos poucos programas de investimento na área cultural, ainda em execução. A indicação das obras a serem restauradas foi feita pela prefeitura municipal em conjunto com IPHAN, como me explicou Simone, e os bens em maior risco têm prioridade, como a Igreja Nossa Senhora da Conceição. O programa priorizou as cidades patrimônio da humanidade. Comentando sobre os valores destinados (localizei variações entre as fontes), a entrevistada comentou: “*Era muito mais grana, mas reduziu e as cidades também foram reduzidas. Mas não sabemos como irá ficar. Já sabemos que, por determinação da presidência, não corta nada em Mariana*²⁶. *Se dos outros vão, eu não sei*”.

2.3 O turismo e a cidade

A falta dos meios de comunicação torna as viagens no interior quase impossíveis, sendo o obstáculo mais sério ao progresso e à prosperidade em geral. É bastante extraordinário que os governos das províncias, pelo menos daquelas que, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais, são as mais populosas, não tenham ainda organizado um sistema de boas estradas de montanha para a maior facilidade do comércio. O atual modo de transporte, no lombo dos burros, é lento e incômodo em supremo grau, e parece que, aí onde os produtos do interior têm grande valor, os bons caminhos ficariam logo pago. AGASSIZ (1865-1866, apud Meneses, 1975, p. 79)²⁷

²⁵ Informações obtidas na Sub-Regional IPHAN, em Ouro Preto.

²⁶ Devido ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco, ocorrido em novembro de 2015, em Mariana. E, seguindo a linha de pensamento desse capítulo, porque todas as atenções estão voltadas para cidade, pressionando a aplicação das verbas.

²⁷ Depoimento de Elizabeth C. Agassiz participou da expedição Tyler, nome em homenagem a seu patrocinador, liderada por seu marido, o naturalista Louis Agassiz. O ineditismo desses comentários se deve a terem sido escritos por uma mulher, que destacou questões cotidianas das sociedades observadas. As expedições exploratórias aconteceram entre os séculos XVI e XIX encomendadas pelas academias de ciências ou entidades similares, norte-americanas e europeias. Os viajantes, na maioria cientistas, de várias especialidades, fizeram importantes relatos, sobretudo sobre a fauna e flora, mas também com

Da mesma forma que correntes ideológicas e projetos políticos influenciam a significação e ações referentes à preservação do patrimônio, ações de iniciativa privada, com destaque, nesta seção, para atividades com motivações turísticas, provocam reordenamento urbano e remodelam as ações entre pessoas e patrimônio.

Em 1966, o Brasil solicitou à UNESCO a realização de uma visita técnica a fim de avaliar o real estado de conservação do seu patrimônio, principalmente dos sítios históricos, e, nesse momento, foi levantada pela Organização a questão do potencial turístico dos centros históricos, até então pouco considerada. As condições encontradas pelos turistas talvez se aproximassem dos relatos dos “viajantes históricos”, como o da citação supracitada, no século XIX. Talvez tenham sido os primeiros turistas a desbravar cidades como Ouro Preto, atividade que passou a ser mais desenvolvida em todo mundo após Revolução Industrial (MENESES, 2006). A UNESCO, que desenvolvia trabalhos para fomento do turismo cultural em países em desenvolvimento, enviou ao Brasil um consultor que definiu diretrizes para a criação de um programa sobre o tema, como pedido pelo governo brasileiro. Nesse documento, elencou as “cidades de arte” para o recebimento de investimentos e guiou missões seguintes para atender aos projetos prioritários em Salvador-BA, Paraty-RJ e Ouro Preto, cidade que ficou a cargo do consultor português Alfredo Viana de Lima (PEREIRA, 2012, p. 116).

Nessa perspectiva, o interesse pelo patrimônio é renovado e “a atividade turística deixou de ser uma usuária passiva dos territórios para se tornar um agente condicionador de seu reordenamento” (CRUZ, 2001b, p. 7). Teve início uma fase na qual o patrimônio é utilizado economicamente como estratégia para o desenvolvimento urbano e como gerador de recursos econômicos a serem utilizados na sua própria manutenção. Os critérios de preservação, antes meramente estilísticos, passam a abranger critérios econômicos e a cidade ganha nova configuração com a maior demanda de hotéis, restaurantes e atrações de entretenimento, entre outras novas demandas de serviços.

A atividade turística permitiu estender, a um maior número de pessoas, a apreensão e interpretação acerca do período histórico materializado pelas edificações coloniais. Elas rememoram aos intérpretes de seu patrimônio momentos políticos como

interpretação do patrimônio e da sociedade. Auguste de Saint-Hilaire, Richard Burton, Charles Darwin, Rugendas, Spix e Von Martius foram alguns desses viajantes que merecem destaque (PASSIM MENESES, 2006, p. 112).

a Inconfidência Mineira, aspectos econômicos relativos ao Ciclo do Ouro, evocam as práticas religiosas e a fruição artística de obras de Aleijadinho ou de poemas de Tomás Antônio Gonzaga. O turismo cultural e histórico, na “cidade monumento”, descortina esse passado “em comum” de uma nação, ensinado nos livros das escolas. Mais uma vez fazendo referência às alegorias, no sentido de algo que quer representar, também o

monumento é aquilo que memoriza, traz à lembrança algo que se quer guardar. Algo que é digno de memória e de co-memorar memorizar com; no coletivo. Ele é “edificação” que dá sentido a um processo educativo e revela as intenções da instituição educadora; apresenta informação essencial para que acontecimentos, ritos, crenças, saberes não sejam esquecidos (MENESES, 2006, p. 20).

Conhecer as diferenças culturais, tentar compreender significados para as vidas de outros grupos sociais, visitar lugares que não são os seus para compreendê-los em sua especialização histórica e cultural própria, talvez sejam motivações universais para propulsionar esse tipo de modalidade turística.

Mas se o turismo, por um lado, permitiu maior visibilidade dos bens culturais “no entanto, essa aparente abertura das possibilidades de visitação não implica necessariamente uma maior amplitude simbólica do patrimônio, haja vista sua possível condição alienada de relíquia” (LEITE, 2004, p. 41). Relíquia no sentido de um vestígio da memória, ícone do passado despojado de suas estruturas coletivas e relação afetiva com o lugar. Como no caso das excursões que incluem a visita à Ouro Preto, no “pacotão” das “cidades históricas”²⁸. Centenas de turistas diariamente desembarcam na cidade e, depois de cumprirem um intenso cronograma de visitação que inclui quatro igrejas, uma mina de ouro desativada, o Museu da Inconfidência, a Casa dos Contos, o restaurante de comida mineira, mais uma hora de compras nas lojas de artesanato e feira de pedra-sabão, transitando pelo árduo trajeto das íngremes ladeiras, embarcam em seus ônibus a caminho da próxima cidade que pode ser Mariana, São João del-Rei, Congonhas ou Tiradentes²⁹. Práticas que valorizam os aspectos mercadológicos, desconsiderando aspectos como a participação dos usuários mais diretos do patrimônio edificado. No “consumo massificado”, segundo Leite (2004, p. 60), “reforçam[-se] exatamente os aspectos mais monumentais desses bens, alienando-se dos seus

²⁸ O termo correto, já que todas as cidades são históricas, são cidades coloniais mineiras (MENESES, 2006).

²⁹ Outras cidades coloniais mineiras.

significados históricos locais, construídos pelas práticas cotidianas daqueles que com ele convivem”.

Ao dizer que patrimônio cultural é tratado sob uma lógica mercadológica, admitimos que ele também possa assumir valores de mercadoria cultural³⁰. Digo também porque pode não ser excludente e os bens culturais não deixam de ser valorados por seus aspectos simbólicos ou artísticos. Muitas vezes é feito um recorte induzido da tradição que, sob uma nova roupagem, pode ser vendido como uma mercadoria cultural. Canclini (1997) utiliza os termos *Glocal* ou *Glocalize* para descrever essas tradições que são reelaboradas e dialogam em estado alterado com os processos e/ou produtos da globalização. Outro exemplo comumente verificado nas cidades coloniais são os “típicos” produtos do artesanato mineiro. Por um andar rápido pelas lojas dessas cidades verificamos um padrão de mercadorias que mais se aproximam da indústria, por sua repetição, do que da artesanaria, por sua peculiaridade e originalidade. Transformar os bens culturais em *souvenirs* “torna o patrimônio passível de ser reapropriado por alguns segmentos da população e por seus visitantes” (LEITE, 2004, p. 20), sob o risco de achatá-la toda uma identidade interna plural e multiescalar dentro de uma embalagem onde caiba, para fins de mercantilização, uma identidade homogeneizada, imagética e midiaticamente construída.

Em 1980, com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, o turismo ganhou novo impulso com a projeção da cidade no cenário mundial. A atividade contribuiu para a manutenção financeira do patrimônio ao mesmo tempo em que subverteu a lógica dos bens a serem preservados, já que a escolha da indústria do turismo obedece à lógica mercadológica e seleciona bens e áreas com boas condições de retorno financeiro. Respondendo ao que é interessante para se manter e ter visibilidade, a prática de *gentrification*³¹ passa a provocar uma “alteração da paisagem urbana, com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural” (LEITE, 2004, p. 19). Murta (2002), citada por Meneses (2006, p. 28) chama a atenção para o reordenamento urbano ocasionado por essa indústria.

As forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos de práticas patrimoniais, convertendo-as num pastiche irrelevante de si mesmas, com poucas ou nenhuma ligação com seu presente,

³⁰ “Fetichismo da cultura”, termo cunhado por T.W. Adorno para explicar a relação do homem com o objeto, em situações onde há a redução do valor cultural ao valor econômico.

³¹ Palavra inglesa que significa enobrecimento. Utilizarei no texto o neologismo gentrificação.

num parque de diversões para o deleite de visitantes, que aí deixam seu dinheiro.

As cidades de Tiradentes-MG e Paraty-RJ são citadas por Meneses (2006) em *História & Turismo Cultural* como exemplos de “cidades cenário” transformadas em “produtos de consumo massificado tem provocado problemas sérios na apreensão, interpretação e comunicação de seu patrimônio histórico, além da exclusão social de parcela de sua população” (p. 27). Em Tiradentes, a maioria das casas do Centro é utilizada com finalidade turística e pertencem a comerciantes e empresários do Rio de Janeiro ou São Paulo, sem muita identificação com as tradições locais. Na visão do autor, “o planejamento turístico dessas municipalidades ainda não atendeu às questões infraestruturais que podem preservar a cidade e incluir a sua população no usufruto do bem patrimonial que elas são e no bem de consumo em que elas se transformaram” (2006, p. 27). Em *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Leite (2004) apresenta uma pesquisa empírica realizada no histórico Bairro do Recife, e aponta, por um lado, para as políticas de enobrecimento urbano (*gentrification*), que transformam o patrimônio cultural em mercadoria e moldam as cidades históricas para práticas de consumo globais, e, por outro, os contra-usos, novas formas cotidianas de apropriação política desses lugares.

A Rua São José, em Ouro Preto, conhecida como a “rua dos bancos”, possui sobrados que mesclavam funções residenciais e comerciais, mas que, atualmente, são predominantemente de usos comerciais e de serviços. Uma moradora nomeou e contabilizou as pouquíssimas famílias que ainda permanecem residindo no local em uma conversa informal. Essa rua, hoje, é composta por bancos, restaurantes, lanchonetes, lojas de roupa e aviamentos, cursos de especialização e clínica de estética, entre outros. Apesar de ter o uso residencial diminuído frente às demandas por serviços e da maior circulação de pessoas, essa rua ainda consegue mesclar usos de diferentes categorias sociais, moradores e turistas. Reúne restaurantes, *boutiques* e lojas “para turistas”, mas também possui açougue, mercearia, padaria e a única banca de jornal da cidade.

Outro exemplo, a Rua Conde de Bobadela, mais conhecida como Rua Direita, é composta, em sua maioria, por pousadas, lojas, restaurantes e bares. Nessa rua, temos um exemplo elucidativo da gentrificação e de como “as novas barricadas urbanas reeditam política e espacialmente formas históricas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida cotidiana pública aos moradores e

frequentadores dessas áreas” (LEITE, 2004, p. 19). O Bar Barroco, ou Bar das Coxinhas, é um tradicional boteco da cidade que esteve instalado há anos no mesmo local, bem no meio da Rua Direita. Atraía muitas pessoas, do centro e das periferias, estudantes e turistas, estrangeiros e locais, por sua cerveja barata, pinga com mel, coxinhas e possibilidade de ver e ser visto. Em dias de pico, o público invadia as ruas atrapalhando o trânsito e os hotéis vizinhos frequentemente faziam denúncias de barulho e desordem. Em 2014, a Pousada Clássica, vizinha ao bar, comprou o imóvel alugado pelo Bar Barroco e elevou o aluguel de modo que foi inviável ao dono do bar, permanecer no local. Antônio, proprietário do Barroco, ainda tentou alugar outro imóvel na rua, mas houve uma pressão dos empresários que se uniram para impedir que o bar permanecesse na Rua Direita.

É perceptível a mudança das pessoas que frequentam essa rua com cada vez mais estabelecimentos voltados para o público de maior poder aquisitivo. Coincide com o que denuncia Leite (2004, p. 20) sobre “intervenções urbanas das áreas centrais de cidades históricas que muitas vezes segmentam política e economicamente ruas e bairros, através dos processos de *gentrification* que têm transformado em mercadoria o patrimônio cultural”. O Barroco foi reaberto no Bairro Barra levando grande parte de seu público. É significativa a mudança operada no novo local, antes, um bairro de passagem, porque é acesso a um dos *campi* da UFOP, agora, é destino preferencial para estudantes, turistas informados sobre as atividades locais e moradores de todos os bairros da cidade. Aos fins de semana, o público do bar invade as ruas, o que causa congestionamento na região e o bar do Glácio, próximo ao Barroco, que antes contava com movimento tímido dos moradores do bairro, tem uma procura muito maior e passou a realizar shows de chorinho e forró. Em julho de 2015, foi realizado o evento Arte na Barra, com shows musicais gratuitos e mais um bar e uma escola de música foram abertos no bairro, desde a chegada do Barroco.

2.4 Ouro Preto, cidade das artes

Durante a década de 1990, a lógica de participação dos setores públicos e privados nas políticas de cultura sofreu influência da Lei de Incentivo à Cultura. Os mecanismos de incentivo à cultura foram criados através de leis federais, estaduais e

municipais, e permitem que investidores privados (pessoas físicas ou jurídicas) tenham descontos em pagamento de impostos mediante a aplicação desses recursos em projetos culturais. Ao mesmo tempo em que criam novas formas de financiamento de práticas culturais e preservação do patrimônio, alteram os critérios de seleção, já que precisam atender às estratégias de venda da cidade, repassando às empresas maior poder de escolha dos bens a serem incentivados e preservados. A Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei Rouanet³², movimentou maior montante de recursos e foi instituída em 1991 no país. O Artigo 1º, abaixo, relaciona quais práticas devem ser contempladas com os incentivos fiscais, muitas das quais são abordadas nesse estudo:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX - priorizar o produto cultural originário do País (Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991).

A Lei de Incentivo admite desde projetos de reformas de imóveis à realização de festivais de arte e cultura. É a principal política de cultura federal e representa 80% do que o governo aplica em fomento de cultura. O mecanismo incorreu em distorções³³ como o fato de 80% dos projetos liberados para captação serem dos Estados de São

³² Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

³³ O ProCultura é o novo projeto de lei que pretende corrigir essas distorções. Atualmente, tramita no Congresso Nacional.

Paulo e Rio de Janeiro e com o agravante de estarem centralizados em poucas empresas. Há discrepância nos segmentos contemplados e as áreas de Música e de Artes Cênicas possuem esmagadora maioria de projetos aprovados. Os segmentos Patrimônio, Arqueologia, Cultura Afro-Brasileira, Cultura Indígena, Acervos e Mímica são alguns dos trinta segmentos que, somados, são apoiados com apenas 14% do total dos recursos da lei³⁴.

Formas de financiamento que tiveram maior impacto direto na área de preservação do patrimônio já foram brevemente abordadas nesse capítulo. Atenho-me aqui ao crescimento provocado pela adoção desses mecanismos na realização de eventos artísticos e como isso está relacionado com o patrimônio. O Festival de Inverno, projeto de extensão da UFMG, foi pioneiro na realização de eventos artísticos e oficinas na década de 1960 e, a partir de então, os festivais e eventos foram gradativamente se intensificando. Para dimensionar a diversidade da oferta atual, seguem relacionados os principais eventos culturais realizados em 2015: Festa de Chico Rei (Encontro de Congados), Festival Diversão Arte Verão, Carnaval, Semana Santa, 21 de Abril (Dia da Inconfidência Mineira), Semana dos Museus, Semana das Artes UFOP, Fórum das Letras (Encontro Literário de Ouro Preto), Cineop (Mostra de Cinema de Ouro Preto), Festival de Inverno de Ouro Preto, MIMO (Mostra de Música Instrumental), Fotógrafos em Ouro Preto, Festival Internacional de Corais, Tudo é Jazz (Mostra Internacional de Jazz), Festival Pra Gostar de Teatro, Primavera dos Museus, Encontro Internacional de Palhaços, Mostra de Teatro de Bonecos, Festa da Escola de Minas de Ouro Preto e Semana do Aleijadinho. A grande maioria dos eventos é patrocinada via leis de incentivo à cultura.

As práticas artísticas permitem ressignificação do espaço e exploram novas relações das pessoas com patrimônio. O Festival MIMO, por exemplo, realiza, há três anos, concertos de música dentro das igrejas³⁵. Iluminadores, músicos, técnicos e produção adéquam o local para receber o público, preparado excepcionalmente para uma prática diferente da vivenciada usualmente por seus frequentadores. Além dos concertos, são realizadas exposições de documentários de temática musical no adro das igrejas e oficinas. Aos eventos que fazem parte do calendário oficial da cidade somam-se apresentações de artistas e companhias nacionais que incluíram Ouro Preto em suas

³⁴ Informações disponíveis no *site* do Ministério da Cultura: www.cultura.gov.br. (Acesso em: 10/02/2016.)

³⁵ Ver Apêndice 5.

turnês. Há grupos artísticos radicados na cidade que se apresentam regularmente: Orquestra Ouro Preto, Projeto Candonguêro, ID Investiga Dança, companhias de teatro e grupos musicais. Entre os equipamentos culturais, destacam-se o Teatro Municipal Casa da Ópera, o Centro de Convenções, o GLTA (Grêmio Literário Tristão de Ataíde) e o CAEM (Centro Acadêmico Escola de Minas) que possuem infraestruturas fixas para apresentações de espetáculos, além dos espaços de igrejas, praças, parques e ruas. Entre as principais instituições com calendário fixo de ações culturais (eventos, palestras, oficinas), incluem-se a UFOP, Museu da Inconfidência, FAOP (Fundação de Artes de Ouro Preto), Fundação Aleijadinho, Prefeitura Municipal de Ouro Preto e a Comissão Ouro-pretana de Folclore. Importantes congressos, simpósios e seminários são realizados periodicamente envolvendo temáticas culturais e é ainda importante destacar que, na área de formação artístico-cultural, são oferecidos cursos de graduação em Artes Cênicas, Música, Turismo, Arquitetura, pela UFOP, e curso técnico em Conservação e Restauração de Bens Culturais, pela FAOP.

Público e produção movimentam extensa estrutura ligada aos transportes, hotelaria, restaurantes, redes de comércio e serviços locais. Vasta rede social e econômica é impulsionada por essas práticas culturais com fins mercadológicos que possuem indiscutíveis desdobramentos no turismo e na economia local. Porém, ao delegar o papel de implementação de políticas públicas de cultura apenas a cargo das empresas, que selecionam quais projetos patrocinarem e em determinados locais, o poder público é omissivo e não consegue envolver a população de forma homogênea. Os moradores da periferia têm baixa participação nos eventos (como busco argumentar no próximo capítulo através de pesquisas e depoimentos) que contam, invariavelmente, com mesmo público de turistas e moradores das regiões centrais. Há pouca contrapartida dos projetos incentivados que sejam realizadas nos bairros periféricos e pouco estímulo a sua participação seja como espectadores ou trabalhadores. Em um contexto excludente dentro de sua própria cidade, o morador da periferia se vê alijado, com práticas muito diferentes do seu cotidiano. É o que retrata o depoimento do então secretário municipal de Cultura e Turismo, Chiquinho de Assis, em entrevista concedida para Villaschi (2014, p. 205):

Sua discrepante diferença de qualidade de vida e conservação do casario, com relação às condições precárias de vida em suas franjas, faz com que muitos ouro-pretanos ali [no centro histórico] não se sintam integrados, pertencentes ou merecedores. Preconceitos e constrangimentos relacionados ao vestuário adequado e ao desnivelamento social e cultural – ter ou não ter

cultura –, se associam à baixa autoestima do ouro-pretano, inibindo em diferentes graus sua apropriação. Esse é um dos inúmeros fatores que justificam a baixa frequência do ouro-pretano na ampla oferta de programação cultural, mesmo as gratuitas.

A cidade possui vocação natural para consolidação de uma economia criativa³⁶ que envolvam ações culturais, turísticas ou patrimoniais, porém as atuais políticas implementadas não conseguem a adesão abrangente da população. Esse assunto será retomado ao longo do estudo. Veremos, a seguir, de que forma a população é considerada nas políticas de preservação vigentes.

2.5 A cidade patrimônio da humanidade é também dos moradores?

Durante a pesquisa, me deparei com uma tese defendida por Juca Villaschi, no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP. Conhecemo-nos em uma aula de Patrimônio Histórico e Cultural, do curso de Turismo da UFOP, onde o mesmo leciona. É parceiro e idealizador do “Sentidos Urbanos” (ação da Casa do Patrimônio que será melhor abordada no capítulo 3). Na crença de que uma pesquisa qualitativa e quantitativa pudesse trazer esse distanciamento para “observar o familiar” e também me instigasse a refletir, comentar ou confrontar esses dados, reproduzo algumas informações, pertinentes às reflexões deste trabalho. Sua pesquisa abordou a relação das pessoas com o centro histórico de Ouro Preto e a metodologia incluiu entrevistas e a aplicação de 200 questionários entre os meses de janeiro a julho de 2013. Metade dos questionários foi realizada com trabalhadores de estabelecimentos comerciais e serviços no centro histórico e a outra metade com demais usuários em fluxo no centro histórico.

Ambos os questionários, ligeiramente diferenciados entre si, foram aplicados aleatoriamente, observando garantir: 1) A representatividade da distribuição espacial da amostragem no centro histórico. 2) A observação do tempo e dos ritmos cotidianos da cidade, minimizando a interferência de eventos sazonais sobre os dados coletados (VILLASCHI, 2014, p. 42).

³⁶ Economia criativa, segundo o autor inglês John Howkins, em *The Creative Economy* (2001), são atividades que resultam em indivíduos exercitando a sua imaginação e explorando seu valor econômico. Pode ser definida como processos que envolvam criação, produção e distribuição de produtos e serviços, usando o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos.

Quanto ao consumo cultural, a pesquisa trouxe à tona a relação dos moradores com os equipamentos culturais e com o patrimônio. Revela que, dentre os entrevistados que residem em Ouro Preto, 52% nunca frequentaram o Centro Cultural da FIEMG, instalado no local do finado Hotel do Pilão, e 30% nunca entraram no Museu da Inconfidência ou na Casa dos Contos, dois dos mais importantes museus da cidade, localizados em áreas centrais e de entrada franca. Para o autor, esse distanciamento entre população e patrimônio em geral se justifica

porque efetivamente não os conhece em sua essência, seja porque não se identifica com o legado histórico relacionado à soberania do poder colonial, seja ainda porque sequer participou de qualquer dos processos de patrimonialização, de caráter mais exógeno e institucional do que comunitário (VILLASCHI, 2014, p. 29).

Apesar disso, dentre os moradores entrevistados, a maioria afirmava que considerava o patrimônio de grande importância histórica e artística, que seu valor deveria ser reconhecido e seus bens preservados, apesar de confessarem não saber muito das histórias relacionadas ou não frequentarem os locais. Demonstravam respeito, mas não interesse. Para Bourdieu (1982, p. 297), “os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los”. Como tentei demonstrar nos capítulos 1 e 2, as instituições de preservação tiveram conduta de distanciamento com relação às concepções locais por muito tempo, negligenciando o papel de intercâmbio e diálogo que pudesse promover maior apropriação da questão patrimonial pelos moradores. A começar pela participação nas decisões sobre patrimonialização, sempre de caráter mais institucional do que comunitário, com processo de seleção dado verticalmente, provocando alienação e distanciamentos progressivos. E se há um aumento do interesse nos meios virtuais e acadêmicos pelo tema do patrimônio isso não se reflete no interesse por parte dos moradores e o assunto ainda é pouco abordado no currículo escolar no município. O autor emprega o termo “analfabetismo patrimonial” que não tem a ver com letramento, nível social ou educativo, mas para descrever o não “domínio dos elementos simbólicos estruturadores de sua cultura, história e lugar” (BOURDIEU, 2014, p. 178). Acho o termo “analfabetismo” um pouco pesado porque carrega uma imagem de que ele deve ser ensinado, como nas cartilhas de educação patrimonial, quando acredito que deve haver uma combinação de elementos. Tão importante quanto munir o interlocutor de

informações históricas e artísticas sobre seu entorno, dotando-os de significados, o é também a escuta dos saberes e fazeres, objetos e construções estimados pelo outro e que, por isso, devem ser valorizados.

Para esse autor, nem a projeção nacional e internacional da cidade tombada, nem sua refuncionalização econômica encontram eco no morador atual que vive a cidade cotidianamente sem apropriação do patrimônio. Para uma apropriação seria necessário somar o uso cotidiano à compreensão básica da simbologia impressa no espaço, além de demonstrar atitude social para com o território e o legado cultural. A maioria dos moradores de periferia frequenta o centro histórico regularmente, afinal, é ali que ele operacionaliza práticas específicas do seu dia a dia, boa parte indisponível no cotidiano de seus bairros. Serviços bancários, comércio variado e prestação de serviços estão mais concentrados no Centro.

O aparente distanciamento dos moradores da periferia em relação à cidade patrimônio foi uma das instigações propulsoras dessa pesquisa. Deu-se pela percepção da pouca participação dessa população em atividades culturais no Centro e pelo convívio com uma moradora do Morro Santana. Tânia Arcanjo, trabalha em minha casa há 10 anos como empregada doméstica e babá. Tânia sai todos os dias de sua casa e pega um ônibus rumo ao Centro para trabalhar, como tantos outros moradores que prestam serviços, grande parte relacionados à atividade turística. Da janela, ela vê a paisagem do bairro que se altera conforme o veículo desce a Rua XV de Agosto³⁷. Tânia nasceu em Ouro Preto, em 1975, e seus pais haviam se mudado recentemente para o Morro Santana. Seu Osvaldo Arcanjo João, o pai, trabalhava na roça, mas veio procurar serviço na região. Sua história representa a expansão populacional que ocorreu a partir da década de 1950, mencionada na Introdução. O Morro Santana duplicou sua população entre 1955 e 1965, o que alterou as características dessa região de encostas, pouco habitada desde século XVII. Esses morros no entorno do Caminho Tronco compunham a “ambiência”³⁸ do conjunto arquitetônico colonial tombado, como observação de Sylvio de Vasconcellos (1977, p. 172), onde “construções casam-se perfeitamente com a topografia local, lhe acentuado os contornos, as cores e as formas dos telhados, confundindo-se com o próprio solo, suas cumeeiras, afeiçoando-se a espigões ou alteando os naturais outeiros”. A ocupação desordenada dos morros criou

³⁷ Ver fotografias 9 e 10 do Apêndice.

³⁸ Termo utilizado pelos técnicos do IPHAN.

um processo sistemático e permanente que combina expansão urbana com descaracterização da sua paisagem histórica, me dizem os técnicos no assunto.

Uma periferia que parece só existir em função do centro, seja para atrapalhar a ambiência do conjunto arquitetônico ou para prestar serviços para cidade turística. Para entender as relações dos moradores do Morro Santana com seu entorno e com a cidade patrimônio precisei fazer o mesmo trajeto diário que Tânia faz até minha casa, em sentido inverso. Até agora busquei criar o contexto, resgatando aspectos históricos, apresentando personagens que compõem essa narrativa, esmiuçando aspectos técnicos. Na perspectiva assumida ao início do trabalho, de ter como referência o ponto de vista do outro, quero entender o patrimônio em função do significado que possui para a população, tomando como foco de análise, os alunos da escola municipal Juventina Drummond, que participam do curso de Educação Patrimonial, oferecido no contra-turno das aulas regulares. Afinal, “qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIN, 1996 *apud* VILLASCHI, 2014, p. 242).

3. ETNOGRAFIA NO MORRO SANTANA

3.1 Da gênese da cidade às mais recentes ocupações

O Morro Santana é um bairro cravado nas íngremes encostas de Ouro Preto. A Rua XV de Agosto, ponto de partida da subida para o bairro, dista aproximadamente 1 quilômetro do Centro, de onde é possível ver o aglomerado de casas com tijolos aparentes e telhas de amianto, construídas “desordenadamente” e dando a impressão de estarem umas sobre as outras. O impacto visual entre o conjunto arquitetônico do Bairro Morro Santana e a arquitetura colonial portuguesa dos casarios tombados é a imagem imediata de uma relação de contrastes, que se estende para as respectivas histórias, aspectos econômicos, educacionais e relações dos moradores com o patrimônio cultural.

Figura 6 – Igreja Nossa Senhora da Conceição em primeiro plano com o Morro Santana ao fundo. Ocupação superior da encosta (2004)

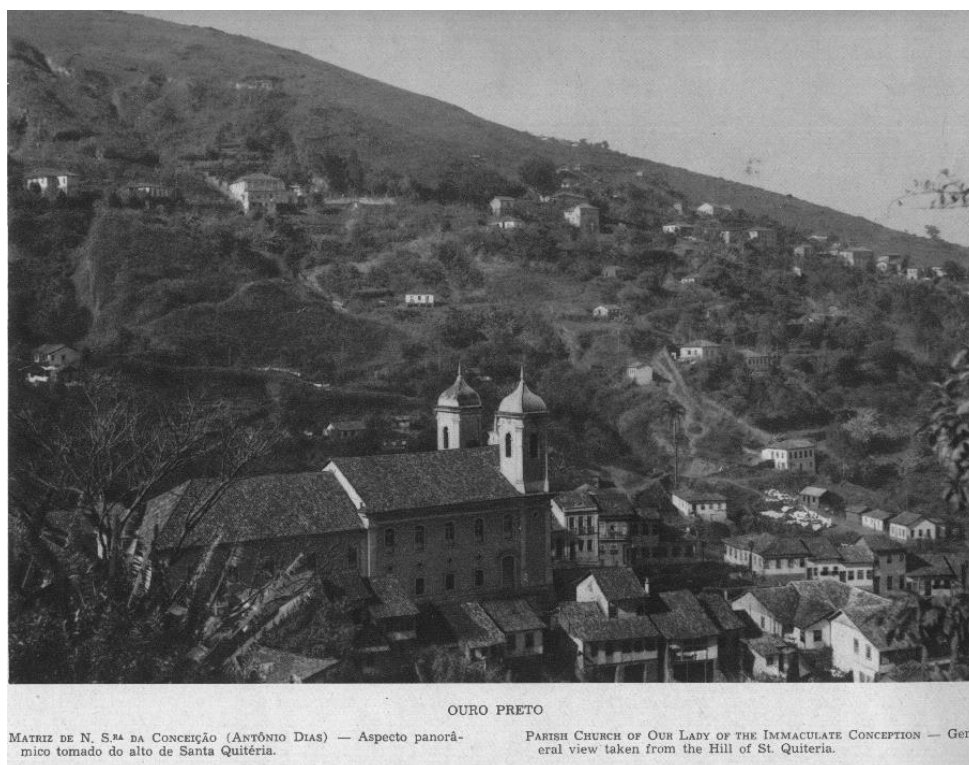


Fonte: Autora (2004)

O Morro da Queimada, contínuo ao Morro Santana, constitui a gênese da cidade. Lá, os primeiros bandeirantes chegaram ao final do século XVII em busca de metais e pedras preciosas (HOLANDA, 1960). Originalmente chamado de Arraial de Ouro Podre ou Morro do Paschoal, tem história trágica por ter sido destruído em 1720, após a revolta em oposição aos aumentos dos impostos e à criação das Casas de Fundição pela Coroa Portuguesa. Depois de incendiado a mando do governador Conde de Assumar, o antigo arraial passou a ser chamado de Morro da Queimada e a população transferiu-se para os outros arraiais (OLIVEIRA, 2009).

A área permaneceu praticamente desocupada até segunda metade do século XX, quando teve início uma fase industrial com a instalação de empresas de mineração e indústrias, como a Aluminium Limited (Alcan), Samarco, Samitri e a Companhia Vale do Rio Doce, em Ouro Preto e Mariana. A tendência nacional de concentração da população nos centros urbanos e a expansão das atividades dessas empresas estimularam a vinda de outros moradores e a demanda por residências na sede de Ouro Preto (MOURÃO *et al.*, 2000). Segundo o Boletim de Cadastro Imobiliário da sede de Ouro Preto, do Arquivo Público Municipal, entre 1950 e 2007, houve um crescimento dos habitantes na sede acima de 400%, o que configurou um adensamento demográfico. O número de moradores tributados entre 1955 e 1965 triplicou no Morro da Queimada e duplicou no Morro Santana.

Figura 7 – Igreja Nossa Senhora da Conceição em primeiro plano com o Morro Santana ao fundo (1946)



Fonte: Foto de Luiz Fontana (Acervo IFAC/UFOP)

Esse contingente expressivo de imigrantes era constituído, em sua maioria, por pessoas vindas de zonas rurais atraídas pelas oportunidades de emprego geradas pelas indústrias, mineradoras e setor de serviços. Novos bairros com manchas de exclusão foram criados desordenadamente, aos olhos da administração pública que não nada fez frente à ocupação sem critérios das encostas, a exemplo do Morro Santana.

O impacto desse intenso crescimento expôs a importância de um planejamento urbano e a fragilidade do pensamento pontual que havia guiado as políticas de preservação do patrimônio cultural até então. Como resultado, foram criados o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento (1975) e o Plano Diretor (1996). Neste último ainda é prevista a criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, em uma Zona de Proteção, onde são listadas áreas de “interesse paisagístico, ambiental, arqueológico, histórico e proteção de mananciais de abastecimento de água” (Plano Diretor, 1996). O projeto de implantação do Parque desencadeou a implementação do Ecomuseu³⁹ que, no momento, é realizado parcialmente no Morro de São Sebastião.

³⁹ Segundo Varrine (1987), o termo foi criado durante uma experiência comunitária francesa, entre os anos 1971-1982. Nasceu sob noções de ecologia humana e representa um fator de construção comunitária, apresentando uma inovação: a relação entre patrimônio e sociedade demonstrada pelo

Uma das propostas iniciais de meu projeto era o acompanhamento das ações do Ecomuseu, inclusive por sua proposta compatível com o entendimento contemporâneo do conceito de patrimônio, para além da pedra e cal (FONSECA, 2003). Em entrevista com a idealizadora do projeto, Yara Mattos, em outubro de 2014, descobri que as ações estavam parcialmente paralisadas. No Morro Santana, já foram realizadas oficinas e aplicado um questionário por uma turma de Turismo da UFOP. Questionei a diferença entre o questionário e um inventário participativo. Yara comentou, embasada por Hugue de Varrine, que esteve presente na concepção do Ecomuseu, que o inventário implicaria que as pessoas tivessem participado ativamente da seleção dos bens, não só terem respondido às perguntas. Os dados coletados pelo Departamento de Turismo não chegaram à Yara Mattos, do Departamento de Museologia, que também relatou que as ações não tiveram continuidade no Morro Santana, devido à mudança de algumas lideranças locais do bairro. O guia turístico Ponte Nova e outro morador comentaram que foi uma ação “mais acadêmica do que prática” e, por isso, não mobilizou a comunidade. “*Muita solucionática da problemática*”, como me disseram. Pela impossibilidade de acompanhar as ações do Ecomuseu, me aproximei das oficinas de educação patrimonial realizadas na escola municipal do Bairro Morro Santana.

Essa região da cidade, que pode ser chamada de Serra de Ouro Preto, é composta pelos bairros Morro da Queimada, Morro São Sebastião, Morro São João e Morro Santana. Frequentemente, os ouro-pretanos falam “*moro no Morro*” ou “vou para o Morro” sem especificar qual dos bairros. Apesar de estarem na mesma encosta e não possuírem limites bem definidos, os bairros possuem características particulares. A fala cotidiana também revela o distanciamento do morador do Morro Santana em relação à cidade. Quando dizem “*eu vou lá em Ouro Preto*” estão se referindo a ir ao Centro, bairro que concentra rede de comércio e serviços que atende a moradores de todos os bairros e distritos.

Para realizar minha etnografia, optei por fazer o trajeto do Centro ao Morro Santana na maioria das vezes a pé. Acho que minha percepção seria outra se chegasse de carro ou ônibus, pois a transição entre os bairros era fator importante para a pesquisa. Os contrastes entre arquitetura, transeuntes, conversas, entorno paisagístico dos dois bairros eram fatores a serem observados e considerados. Para ilustrar a paisagem utilizo

sentimento e pela ação. No Ecomuseu, os testemunhos do passado, traços de identidade de um território, são de responsabilidade coletiva servindo de instrumento de educação popular para a invenção criadora do futuro.

fotos produzidas para esse trabalho e servem como aportes da descrição. Os registros foram feitos por mim e dois fotógrafos, o que imprimiu uma diversidade de olhares em relação a esses lugares. A subida para o Morro é bastante íngreme e a maior parte do meu trajeto é de escadas. São, em média, 45 minutos de subida incessante e, percorrendo os becos recortados por essas escadarias, vejo os quintais das casas com crianças brincando e mulheres catando feijão. A água que lava as áreas externas é escoada por canos que a despejam direto no caminho por onde passo. Janelas coladas ao caminho revelam camas ainda desarrumadas de pessoas se preparando para o trabalho. As escadarias são uma espécie de atalho que tem início no Bairro Antônio Dias, passando pelos bairros Padre Faria, Piedade até a chegada ao Morro Santana, áreas das mais antigas ocupações da cidade. Passo pela Mina de Ouro Jeje, agora local de visitação turística, e contabilizei dois salões de beleza, uma oficina, uma igreja evangélica e todo o restante de residências por essa parte do trajeto.⁴⁰

A circulação por esse caminho não é muito intensa, mas sempre encontro pessoas a caminho do trabalho ou escola, entregadores de mercados e alguns casais que aproveitam do pouco fluxo para namorar. Os degraus são irregulares e estes caminhos não têm corrimão. As escadas levam até a Rua XV de Agosto, principal acesso ao bairro para veículos. Essa é uma via asfaltada de mão dupla, com muitas curvas e a maior parte do trecho não possui calçadas para pedestres⁴¹. É perigoso passar por essa parte da rua com veículos muito próximos dos pedestres e em alta velocidade, mesmo em curvas fechadas. Essa via beira um barranco e não é raro o fechamento do acesso por risco de deslizamento⁴². Depois de um tempo, adotei o caminho que seguia pela XV de Agosto desde o início porque fui alertada por moradores de assaltos frequentes nas escadarias. Na subida, vemos o conjunto arquitetônico tombado do centro histórico, o Pico do Itacolomy e bairros de periferia. É grande o contraste paisagístico. Lá embaixo, imponentes construções de arquitetura colonial e um mar de telhados do mesmo estilo. Lá em cima, casas com esquadrias de alumínio, telhas de amianto e fachadas sem reboco denunciam autoconstruções. A taxa de ocupação é muito alta, com casas coladas umas às outras, sem afastamento da rua. Isso dá um aspecto favelizado ao bairro, apesar das casas serem de alvenaria e grandes, o que não se aproxima dos barracos que vemos

⁴⁰ Ver Apêndices 6, 7 e 8.

⁴¹ Esse é, aliás, um grande problema em toda cidade. Muito se fala, principalmente em relação ao centro histórico, em ações que priorizem os pedestres em detrimento dos veículos, mas é exatamente o inverso que ocorre.

⁴² Ver Apêndices 11 e 12.

em favelas mais empobrecidas⁴³. Passo pela Capela de Santana, construção que teve início anterior a 1720 e que fica bem próxima ao meu destino, a Escola Municipal Juventina Drummond, onde realizei parte da minha pesquisa.

Figura 8 – Rua Santana



Fonte: Fernanda Costa (06/06/2015)

Figura 9 – Capela de Santana



Fonte: Fernanda Costa (06/06/2015)

⁴³ Ver Apêndices 13 e 14.

Figura 10 – Garagem adaptada em frente à Capela de Santana



Fonte: Fernanda Costa (06/06/2015)

3.2 Sou do Morro, eu também sou patrimônio

Acompanhei, durante o 2º semestre de 2015, as oficinas oferecidas para alunos de 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Juventina Drummond. Essas oficinas acontecem no período da manhã, como atividades extracurriculares do Mais Educação, projeto federal que contempla escolas com baixo índice no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e se constitui como estratégia do Ministério da Educação para a indução de educação integral nas redes estaduais e municipais. As escolas possuem autonomia para escolher as oficinas a serem oferecidas dentro dos macrocampos: “acompanhamento pedagógico, educação ambiental esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica”⁴⁴. A escola JD oferece quatro modalidades: educação patrimonial, ateliê de pintura, oficina de rádio e leitura/produção de textos. São oito professores e monitores, sendo que seis são estudantes da UFOP das áreas de

⁴⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1113 (Acesso em: 01/09/2015.)

Jornalismo, Artes Cênicas e Arquitetura, uma técnica em patrimônio do IPHAN e uma professora do Ensino Fundamental. Durante o período em que acompanhei o projeto, as oficinas tiveram, como temática em comum, as tradicionais brincadeiras. As crianças trouxeram relatos do que os pais gostavam de brincar e em quais locais, contaram histórias para a Rádio JD, confeccionaram brinquedos, pintaram sobre o assunto e brincaram.⁴⁵ A única oficina obrigatória a todas as escolas beneficiadas pelo programa do MEC é leitura e produção de texto. Na escola JD era a oficina que eu julgava ser mais deficiente. A professora, funcionária do quadro da escola, oferecia apenas recreação para a turma. Exibia filmes, conversava com as crianças sobre brinquedos e brincadeiras e promovia algumas. A produção de texto e a leitura só estavam presentes, quando se instaurava uma desordem descontrolada em sala, e ela dizia em tom de ameaça: “se não brincarem direito eu vou parar tudo e vocês vão fazer uma redação”. Erro grave da associação com um desprazer quando essa atividade poderia ser oferecida de forma muito mais estimulante. A monitora da oficina de rádio o fazia. As crianças precisavam produzir e editar os textos das suas falas, a serem gravadas para o programa da Rádio JD. Acompanhei a monitora corrigindo individualmente os textos trazidos de casa quanto aos erros ortográficos e a coerência textual. Na oficina de pintura, o monitor distribuía imagens impressas para que as crianças colorissem com tinta, lápis de cor ou giz de cera. Não oferecia muitos estímulos e as crianças encaravam como “passar o tempo”. A oficina de educação patrimonial, ao lado da oficina de rádio, eram as únicas com projeto pedagógico delineados. Identifiquei que as ações propostas pela monitora, técnica do IPHAN, buscavam mesclar a transmissão de informação e a construção de conhecimento. Era acompanhada por uma atriz e recriadora que utilizava recursos das artes cênicas para estimular artisticamente e sensorialmente os alunos. Fazia jogos teatrais, declamava poemas, contava histórias dentro do contexto programático.

A escola começou a trabalhar com projetos de educação patrimonial em 2009, conforme relato de Cristiane Nonato, professora e atual coordenadora do Mais Educação, mas o embrião desse trabalho teve início um pouco antes, com as ações de um projeto educacional patrocinado pela Coca-Cola. Cristiane participa das ações desde o início e indica que, a partir delas, houve uma mudança na escola, com alunos mais envolvidos no projeto educacional e maior integração entre turmas. Alunos mais velhos davam monitoria para alunos mais novos como reforço escolar e recebiam bolsa

⁴⁵ Ver Apêndice 15.

financeira pelos serviços, cerca de R\$ 60,00 por mês⁴⁶, um estímulo a mais para os estudos e que ainda contribuía na receita doméstica. Segundo Cristiane, “*teve menino que pegou dinheiro e montou um salão. Comprou presente para mãe. Presenciei como os meninos mudaram. Manter um menino na escola é difícil. Tiveram alguns que se perderam*”. Os que “se perderam” eram aqueles que estavam envolvidos nas práticas de roubo, uso e/ou venda de drogas. Nessa mesma conversa, perguntei se o bairro convivia com violência e tráfico de drogas ou se a fama era mais fruto do preconceito das pessoas em relação ao bairro. Cristiane deu seu depoimento:

Quando eu vim trabalhar aqui [2001], nunca tinha ouvido falar do bairro, mas as pessoas diziam que era perigoso. Fui muito bem recebida. Não senti essa coisa que o bairro é perigoso. Se você for ver todos os bairros têm esse problema de drogas. Há o problema da educação não ser valorizada e a educação perde esses alunos para a droga. Há um problema familiar e de que as famílias permitem porque o dinheiro que entra das drogas é conveniente para elas. E isso acontece muito aqui. E isso acontece em todos os bairros. Vi o Morro e a comunidade como qualquer outro bairro. Moro em Passagem de Mariana⁴⁷ e tem esse problema também. Amo a escola e o bairro e não gostaria de sair daqui. Venho para cá com o maior prazer. Sempre vi esse problema social por um ângulo muito maior.

Subi ao Morro, pela primeira vez, em 2003 para fazer uma pesquisa pela UFF e colegas da UFOP, depois, me alertaram que aquele era um bairro perigoso e que eu não deveria ter ido sozinha. Nunca dei muito ouvidos a esses alertas e já fui ou passei pelo bairro em diferentes horários e jamais presenciei episódio de violência ou situação em que me sentisse ameaçada. Antes da pesquisa do mestrado, me informei se existiam e quais seriam os locais que eu deveria evitar. Especialmente uma das ruas foi apontada como local de tráfico de drogas e mais outros três locais deveriam ser evitados por serem perigosos. Não quis comprovar a veracidade dessas informações e nunca entrei nessa rua. Em algum dos outros lugares fui acompanhada por amigos do bairro.

Na mesma época do projeto Coca-Cola, a escola participou de um passeio oferecido pela Turim, empresa de ônibus da cidade, por pontos turísticos de Ouro Preto e acompanhados de monitores que complementavam o passeio com explicações

⁴⁶ Em 2009.

⁴⁷ Distrito de Mariana, próximo a Ouro Preto.

históricas e artísticas. No retorno à escola, os alunos relataram que um dos colegas questionou o porquê do *tour* não passar pelo Bairro Morro Santana, já que foi por lá que “a cidade tinha começado”. Foi respondido, por um responsável pelo projeto, que era devido ao bairro ser perigoso e eles correrem o risco de serem assaltados. O episódio é relatado como um marco e desencadeou ações na escola com intuito de valorização da história do local e dos moradores. O comentário trouxe à tona o preconceito⁴⁸ em relação ao bairro, incômodo relatado repetidamente por pessoas de diferentes faixas etárias e que os faz omitir o local de moradia para outras pessoas. Em trecho da justificativa do projeto escrito consta que “os professores manifestavam a impotência que sentiam em relação à vergonha manifestada por muitos alunos em morar no Morro”. A partir de demanda dos alunos e com o apoio da escola, foi criado o projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”, em 2009.

Figura 11 – Logo criada por alunos e capa do projeto escrito



Fonte: Projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”

O projeto, patrocinado pela Coca-Cola, que, a princípio tinha como objetivo apenas o reforço pedagógico, foi incrementado com ações com temáticas artísticas

⁴⁸ Ver Apêndice 16.

tendo a educação patrimonial como base. A empresa manteve o patrocínio por mais um ano e as ações tiveram continuidade com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação, que incluiu encontros para capacitação de professores com a psicóloga Cláudia Itaborahy, responsável por integrar as ações a outro projeto, o “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania”, uma das ações da Casa do Patrimônio citada no capítulo 2, uma parceria do IPHAN, FAOP⁴⁹ e UFOP.

Conheci o projeto em 2011, quando fazia a produção executiva da Mostra de Educação Patrimonial realizada pelo Trem da Vale e patrocinada por essa mineradora. O evento reunia projetos na área de educação patrimonial, desenvolvidos por escolas públicas de Ouro Preto e Mariana, com premiação para as melhores iniciativas. A escola Juventina Drummond ficou em terceiro lugar e ganhou uma máquina fotográfica. Ainda não passava pela minha cabeça fazer uma pesquisa no bairro, mas recorro o impacto que me causou o “também” do título acompanhado das justificativas de seu emprego. O “também” pedia por uma inclusão, adição, comparação, um olhar mais atento. Escancarava as relações dos estudantes com a cidade e o patrimônio institucionalizado, vendido para seus visitantes de um jeito, vivido por seus moradores de outro. A palavra carrega a reivindicação de suas histórias, vivências e espaços para que também estejam inseridos na cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, de forma a se sentirem importantes e valorizados pela história contida no bairro onde moram.

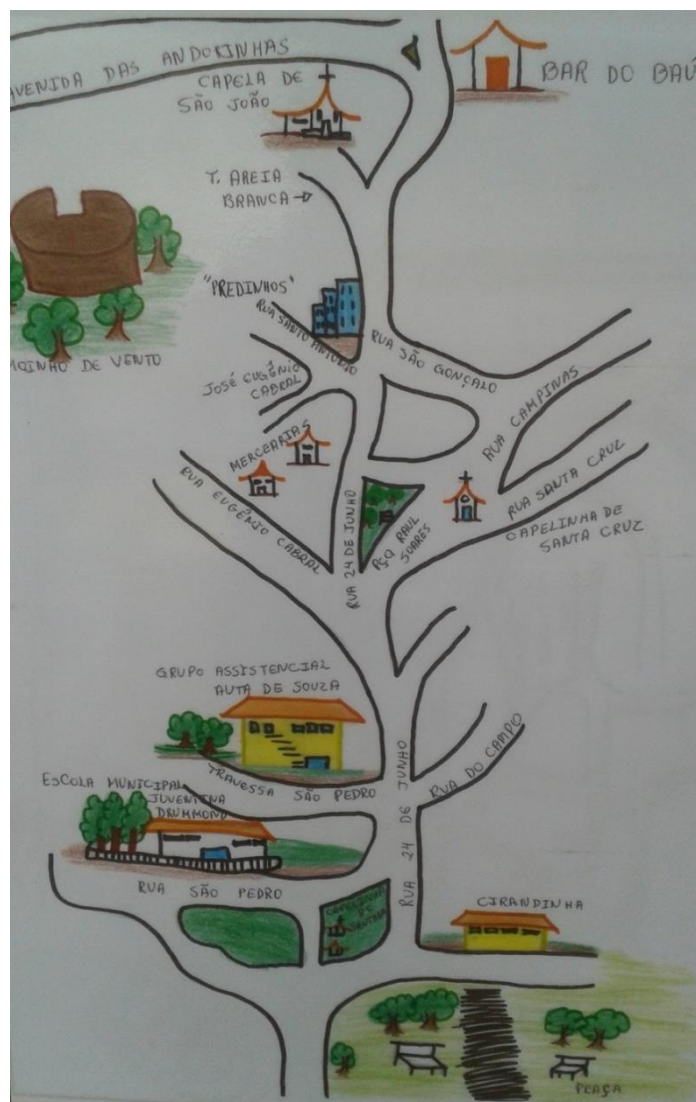
Em parceria com o “Sentidos Urbanos” foram realizadas oficinas com professores e alunos, “onde foi utilizada a educação patrimonial como instrumento para a sensibilização e para transformação dos sujeitos nela envolvidos”⁵⁰. Nesse trabalho, vieram à tona as “referências culturais identificadas pelos moradores/participantes, onde, além dos bens culturais consagrados, mostram a riqueza e a diversidade cultural existente no Bairro Morro Santana”⁵¹. Alguns dos bens patrimoniais pesquisados foram: Bica do Córrego Seco, artesanato local, bar do Baú, capelas de São João e de Santana, conforme ilustração a seguir:

⁴⁹ Oferece cursos de restauração, artes plásticas e capacitação técnica.

⁵⁰ Projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio” (2011).

⁵¹ Projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio” (2011).

Figura 12 – Mapa confeccionado pelos alunos com os bens culturais identificados



Fonte: Acervo da Escola Municipal Juventina Drummond

A parceria da escola Juventina Drummond com o projeto “Sentidos Urbanos” permanece até hoje no Mais Educação, apesar de algumas interrupções devido à falta de verba para custeio das oficinas. Hoje, o projeto atende quatro turmas, com cerca de 10 a 15 alunos em cada turma. Não são todos os alunos matriculados no ensino regular que participam das oficinas e os critérios de seleção são: renda familiar baixa, famílias atendidas pelo Bolsa Família, crianças com dificuldade de socialização, incluindo os mais agitados e agressivos e os mais tímidos e envergonhados, conforme me explicou a coordenadora do projeto na escola. Acompanhei as oficinas porque me interessava entender a metodologia da educação patrimonial e qual a visão propagada por uma

instituição do patrimônio, o IPHAN, e da escola. Ao mesmo tempo, interessava-me a percepção desses alunos em relação ao patrimônio e quais concepções traziam de casa a esse respeito. A entrada no bairro via instituição escolar foi uma estratégia metodológica que possibilitou o acesso frequente e contato por mais tempo com moradores. Primeiramente com alunos e professores, mas via contato da escola, com ex-alunos e moradores antigos do bairro.

No início, as crianças mostravam muita curiosidade em relação a mim. Não era monitora, nem professora e estranhavam quando eu dizia que era aluna. Quando perguntavam o que estava fazendo, respondia que observava. Quando, em uma conversa com uma menina, eu disse que à tarde ficava em casa, ela perguntou “*Você fica arrumando casa, essas coisas?*” e achou estranho eu responder que estudava: “*Mas nessa idade?*”. Conversei com crianças cujas mães são donas de casa, trabalham como faxineira de pousada, cozinheira de restaurante e da cantina da escola, e pais que trabalham em serralheria, em bar e na obra de reforma da Santa Casa. É um “*bairro de prestadores de serviços*”, como disseram Chiquinho de Assis, ouro-pretano, vereador e ex-Secretário de Cultura e Turismo, e Simone, moradora do Morro São Sebastião e técnica do IPHAN. São os braços e pernas dos moradores do Morro que movimentam a engrenagem da cidade turística. O setor de serviços deve atrair ainda maior contingente devido ao declínio da atividade industrial no município⁵², a mesma que atraiu tantos moradores para o bairro a partir da década de 1960. Ser prestador de serviços também foi uma justificativa para o aparente distanciamento entre os moradores do Morro e o restante da cidade, porque ocupam o papel de coadjuvantes, sempre nos bastidores, não se posicionam como agentes e, como complementou Simone, sobre o papel do projeto no Morro: “*Queremos os meninos conscientes do seu papel dentro da comunidade e que sejam protagonistas dessa cena. Porque é um bairro de serviços. São serviços sempre. São criados para serem serviços*”. Para Ponte Nova, guia turístico há mais de 30 anos e morador da Piedade, a visão dos moradores é uma continuidade de um pensamento colonial escravocrata:

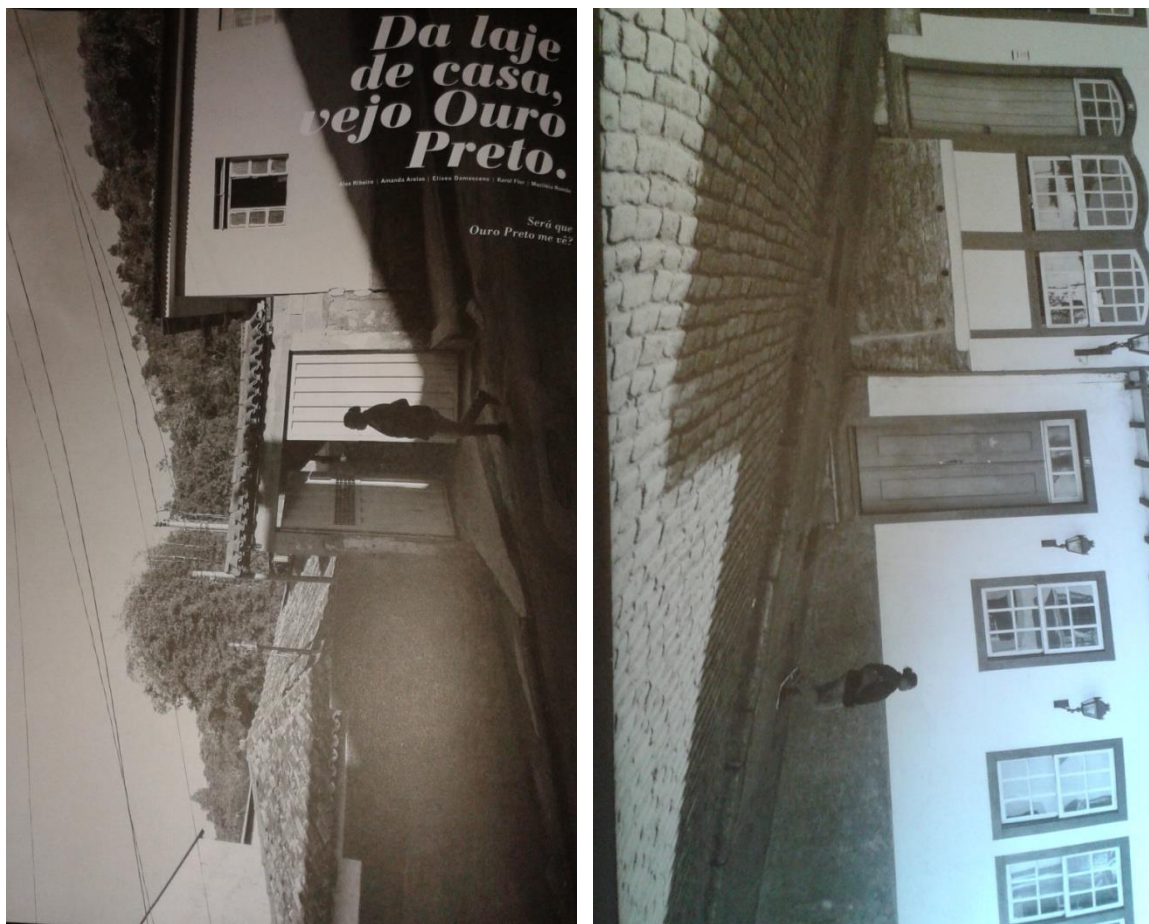
⁵² A multinacional Novelis, que comprou a Alcan, fábrica de alumínio primário, fechou a unidade em Ouro Preto em 2014. A indústria, que, na década de 1980, chegou a ter 3 mil funcionários em seu quadro, dispensou, com seu fechamento, 350 postos diretos e 400 terceirizados e os impactos na economia local ainda não podem ser mensurados. Fonte: Agência Reuters
Disponível em: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0I522C20141016>
(Acesso em 26/01/2016.)

São pessoas com visão colonial que reproduzem socialmente a escravidão que foi abolida. São pessoas que trabalham como cumadres⁵³ em casas de família, como funcionários de hotéis e restaurantes em geral. Essas pessoas se sentem menos, cordatas, subservientes. Não se sentem familiarizadas e pertencentes ao centro histórico (Entrevista concedida por Ponte Nova, em 19/03/2015).

O próprio Ponte Nova acompanhou muitas vezes sua mãe, cumadre de uma casa de família por toda vida, e guarda, como lembrança, a espera para comer, que só acontecia após os donos da casa e com cardápio diferente. Durante uma oficina para a criação de uma revista do projeto Fotógrafos em Ouro Preto, Karol Flor e Maxileia Rocha, ex-integrantes do “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”, propuseram, como pauta, o tema dos prestadores de serviços do bairro. Para elas, são os responsáveis por “movimentar” a cidade, embora também sejam invisíveis. *Da laje de casa, vejo Ouro Preto. Será que Ouro Preto me vê?* é o título de uma das matérias, um ensaio fotográfico que acompanhou a mãe de uma delas em seu trajeto do Morro, onde mora, até o hotel em que trabalha, no Centro (Figura 13).

⁵³ Como são chamadas as pessoas empregadas em casas de família e repúblicas estudantis que cuidam das tarefas domésticas. Antigamente, dormiam nos locais de trabalho.

Figura 13 – Da laje de casa, vejo Ouro Preto. Será que Ouro Preto me vê?



Fonte: Matéria Revista Nitro 01, Fotógrafos em Ouro Preto (2014)

A revista também incluiu um poema de autoria dos participantes da oficina, sobre Helena, lavadeira e moradora do Morro São Sebastião, e Mirim, artista da cidade que cria, expõe e vende seus trabalhos no adro da Igreja São Francisco de Assis. A matéria tinha como título:

*Cabe tudo. Cabe o artista, cabe a lavadeira*⁵⁴

Helena

Marcas do tempo.

No corpo,

Na palavra e nos olhos.

Mirim

Uma voz e um pincel.

Pintando e contando

⁵⁴ Revista ND, n.º. 4, agosto de 2014. Tiragem limitada durante o evento Fotógrafos em Ouro Preto.

O velho e o novo.

*Pelos caminhos do morro,
Aquele, o de São Sebastião,
Helena desce, busca roupa.
Roupa com alma, roupa com peso, roupa com ouro.
Roupa que sobe o morro, que vai pra bica.*

*Dos negros ouros de Ouro Preto
Mirim preserva olhar atento, diário.
Franciscano,
pinta o espírito dessa cidade
e conta a história negra dessa gente.*

*Prosseguem pelas tortuosas ruas
Ela, de All Star, lavando mais que roupas,
lavando almas.
Ele, de branco,
pintando o que é reto e o que é torto*

*Ambos nessa cidade.
Onde cabe o centro.
Onde cabe o morro.*

3.3 O convívio com as crianças

As crianças me convidavam para participar das atividades, o que fiz em muitas ocasiões. Quando era pedido, auxiliava os monitores e criei algumas poucas atividades. Na medida do possível, tentei me manter isenta das questões em sala e tinha a preocupação de não misturar as competências e não agir ou ser vista como monitora. As crianças me pediam permissão para beber água, ir ao banheiro ou sair de sala e eu dizia que teriam que pedir para a monitora. Pediam minha ajuda para fazer as atividades e eu

os ajudava e os ensinava a fazerem sozinhos. Quando me pediam para interceder nas brigas corriqueiras, como empréstimos de material escolar ou “*ela me chamou de burra!*”, eu tentava minimizar e lhes dizia que teriam que se resolver. Impunha meus limites, mas, às vezes, eles tomavam algumas liberdades comigo que talvez não tivessem com seus superiores, no caso, os monitores ou a coordenadora. Certa vez, Bruna, do 4º ano, tomou o caderno de campo das minhas mãos e saiu pela sala lendo. Eu disse-lhe secamente que me devolvesse e que, se quisesse, que me pedisse com gentileza. A monitora, técnica do IPHAN, a que mais cobrava bom comportamento das turmas, viu a situação e chamou a atenção da aluna rispidamente, exigindo que se desculpasse. Depois da aula, Bruna veio até mim muito triste, arrependida pelo episódio e preocupada “*se eu não iria mais gostar dela*”. Expliquei que não tinha sido tão grave, que nossa situação já estava resolvida quando se desculpou e que ela não repetisse o gesto com ninguém. Cobrava dos alunos que empregassem “as duas palavrinhas mágicas”, o “por favor”, sempre que me pediam as coisas. Em outro episódio, que me obrigou ser mais participante do que observadora, duas meninas de 9 anos subiram em cadeiras e estavam com mais da metade do corpo para fora de uma janela, sem nenhuma proteção, do segundo andar do prédio. Exigi que descessem assim que vi a cena e alertei os dois monitores, que estavam em sala no momento, para os riscos daquela situação e que não permitissem que aquilo se repetisse.

Com o tempo, passei a ser desinteressante para eles. Não tinha a autoridade do monitor/professor, mas não era igual a eles porque mais velha. Porém, eu não fazia “nada de mais”. Conversava com eles sobre assuntos corriqueiros, observava as atividades e anotava em um caderno pelo qual eles tinham muita curiosidade. Passei a mostrar os fichamentos de textos, omitindo os comentários mais pessoais e eles logo se desinteressavam. Quando passei a ser invisível, presenciei comentários mais pessoais, desde zombarias a respeito da diretora e professores a revelações amorosas. Esse momento da pesquisa etnográfica me fez lembrar o episódio que Clifford Geertz narra em *A interpretação das culturas* (2013), quando estava com sua mulher assistindo a uma rinha de galos na Indonésia, uma atividade ilegal, e houve uma batida policial. Todos saíram correndo, fugidos do local, e o casal foi acolhido por um morador em seu galpão. Nesse momento, Geertz relata que o mundo que os separava daquelas pessoas se descortinou e ele se sentiu um deles, e a pesquisa passou a fluir de forma mais fácil dali em diante.

Vivenciei um pouco da rotina dos professores do Ensino Fundamental que, agora, possuem meu maior respeito e distinção. Depois de uma manhã inteira com alunos entre 8 a 10 anos, a sensação mencionada por alguns professores é que “tinham participado de uma batalha”. Havia turmas mais tranquilas, mas alguns alunos bastante barulhentos, agressivos, agitados e dispersos. Crianças que se insultavam com xingamentos e palavras ríspidas e chegavam a se socar. Presenciei situações de agressão dentro da sala, aos olhos dos monitores, que nada fizeram. Achava alguns monitores impotentes perante essas situações e percebia como os alunos os manipulavam. Não intercedia nessas questões disciplinares porque não trabalhava na escola e, quando foi preciso, chamava os monitores/professores para resolverem. Em uma ocasião, precisei intervir e denunciei dois meninos para a monitora que trocavam promessas de agressão para depois da aula. Naquele dia, as ameaças de um dos meninos me pareceram sérias e me surpreendeu a crueldade, para tão pouca idade, com que um acuava o outro menino. Criar o alarde para a situação fez com que a monitora tivesse que tomar uma atitude. Ela os levou para a direção e, no caminho, a criança teve uma crise nervosa deferindo socos e pontapés na monitora. O menino ficou sob supervisão da coordenadora do projeto e não sei se os pais foram chamados, avisados ou se aplicaram algum tipo de punição. Contaram-me que o aluno já tinha histórico de violência contra outras crianças. Algumas relataram episódios de agressão doméstica durante as oficinas. Professores e moradores citaram casos específicos de famílias onde isso ocorria com frequência, o que me fez entender, com maior complacência, o comportamento agressivo dessas crianças. Não me inteirei a fundo sobre os procedimentos que a escola adotava perante essas situações. Por alguns moradores fiquei sabendo de casos nos quais o Conselho Tutelar foi acionado por vizinhos.

Uma professora de Geografia do 7º ano queixou-se que perdia tanto tempo em aula para chamar a atenção dos alunos, resolver desentendimentos entre eles e pedir maior concentração, que sobrava pouco tempo para ensinar a matéria. Disse ser uma questão da “clientela”, como se referia ao perfil dos estudantes da escola Juventina Drumond. Segundo ela, alunos do Morro Santana e Piedade (vizinho ao Morro) davam mais trabalho que os de outros bairros. Comentário imbuído da mesma lente de preconceito em relação a moradores do bairro ou constatação de quem vivencia a rotina de trabalho em diferentes escolas da cidade? Curiosamente, entre as turmas que mais me impactaram negativamente no início, pude fazer as observações mais pertinentes. Mas também havia muitas crianças que eram doces e receptivas comigo. Elogiavam minhas

roupas e objetos pessoais e havia uma disputa para decidir quem ia se sentar próximo a mim ou me dar a mão nas atividades em roda. Tinham muita curiosidade a respeito do meu sotaque carioca que, apesar de mais de uma década de Minas Gerais, ainda persiste. E isso era motivo para darmos início a conversas que também me fizeram confirmar o quanto a cidade do Rio de Janeiro faz parte de um imaginário nacional, em geral ligado à violência e às belezas naturais. Em uma conversa com Luis, de 9 anos, o menino comentou sobre a prisão do traficante Playboy⁵⁵ e concluiu: “*Você veio para cá porque lá tem muito tiro, não é?*”.

Uma das ações propostas pela oficina de rádio foi a criação de um programa com histórias, causos e lendas do bairro, narradas pelos alunos. A maioria dos causos tinha um forte cunho religioso e falava sobre procissões, padres, capetas e almas penadas. Numa delas, uma mulher foi sozinha a uma procissão na Rua Direita onde todos carregavam velas. Ela recebeu uma, de uma das pessoas, mas, na verdade, era um osso de criança. Jefferson, de 8 anos, complementou, ao final da narração: “*Moral da história: as mulheres só podem ir para a rua acompanhadas do pai ou do marido*”. Em outra história, um forasteiro passa por cima das recomendações locais e dá uma festa em pleno período de Quaresma, momento da tradição católica de resguardo e penitências. Os convidados que apareceram destruíram toda a propriedade, tinham forte cheiro de enxofre e mal conseguiam esconder seus rabos e chifres. A religiosidade⁵⁶ é marcante e presente no bairro, que possui as mais antigas capelas da cidade: a Capela de São João, onde foi celebrada a primeira missa, e Capela Santana. As festas em homenagem aos santos (São João, Santana e São Sebastião) são realizadas pela paróquia e atraem grande público, e foram citadas, por vários moradores, como as manifestações culturais que mais envolvem os moradores do bairro. Também me chamaram a atenção os santos quebrados jogados aos pés das cruzes em diferentes pontos do bairro. A justificativa é a de que, por terem forma divina, não poderiam ser descartados em lixo normal.

⁵⁵ Esse traficante foi preso em 8/8/15. Sua prisão foi amplamente divulgada pela TV porque além de ser um dos mais procurados pela polícia carioca havia ficado famoso por sua ousadia em postar fotos dele e sua gangue, no Parque Maria Lenke, onde serão realizadas as provas aquáticas das Olimpíadas de 2016.

⁵⁶ Predomínio da religião católica, mas existem igrejas evangélicas e o Auto de Sousa também é local de encontros espíritas da linha kardecista.

Figura 14 – Imagens de santos descartados junto à cruz



Fonte: Fernanda Costa (06/06/2015)

3.4 Observações sobre práticas culturais e consumo

Fui apresentada, por essas crianças, a causos antigos da tradição católica, quando as mulheres só saíam de casa para a missa, e também a músicas sobre mulheres que saem para um rolé na carruagem (trecho da música abaixo). Em uma das aulas de pintura, uma aluna teve a permissão do monitor para ouvir músicas no seu celular enquanto fazia a atividade. Tocava um rap, preferência de estilo musical entre a maioria da turma, e teve quem citou o funk (alguns reforçaram que “só funk sem palavrão”), o sertanejo e o forró. As meninas cantavam em coro o refrão que dizia:

*A gente vai andar de carruagem
 Vou guardar segredo se rolar a sacanagem
 A gente vai andar de carruagem
 Se alguém perguntar foi só um rolé na cidade
 (...)*

*É mulher de postura, a verdadeira dama
De mão dada na rua, pede tapa na cama
E se rolar a sacanagem ninguém vai saber
Vai ser um trio, você e eu, e o puro prazer*⁵⁷

Em outro episódio com turma diferente, a atividade era fazer mímica de tradicionais brincadeiras. Começou com jogar queimada, pular corda, soltar papagaio. No desenrolar da brincadeira, as crianças começaram a propor fazer a mímica de músicas ou artistas, que os demais deveriam adivinhar pelos trejeitos e coreografias. A seleção incluiu músicas e artistas de funk e sertanejo, reconhecidos nacionalmente, com recorde de visualizações no YouTube, como Os Mulekes, Quadrado de 8 e Cristiano Araújo. Não vou me ater a um juízo estético sobre os estilos musicais ou sobre o conteúdo das letras, apesar de refletir muito sobre o erotismo, a misoginia e a agressividade que aquelas crianças estavam ouvindo e reproduzindo através dessas músicas. Muito menos irei reforçar um preconceito que propaga que existam estilos musicais melhores que outros ou que os gostos musicais estejam restritos ao bairro e à classe social. O que me instigou nesses episódios, e é a isso que me ateno aqui, é contrapor as práticas culturais locais, que constituem o patrimônio cultural, frente à indústria cultural⁵⁸, a qual os alunos têm maior acesso e que parece despertar maior interesse e envolvimento. Nas aulas de educação patrimonial, os monitores estimulavam os alunos na identificação de bens locais, como no caso das brincadeiras, e também deveriam empreender pesquisa entre familiares e vizinhos. Essas práticas, como aprendiam as crianças, faziam parte do patrimônio cultural e tinham continuidade, muitas vezes, através da reprodutibilidade pessoal, pela transmissão oral, dentro de casa, na rua ou na escola. Não havia como não considerar o quanto o rap da aula de pintura, as coreografias do funk e os *mega stars* do sertanejo invadiam as oficinas de educação patrimonial e mobilizavam as crianças de forma muito mais efetiva. Todos compartilhavam as informações a respeito dos bens ampliados da indústria cultural, reproduzidos tecnicamente por meio do *mass media*, da TV, rádio e internet. Pareciam-me estar mais conectados ao global do que ao local.

⁵⁷ Título da música: Carruagem. Artista: Hungria.

⁵⁸ Esse trabalho concentra mais exemplos da indústria musical. Talvez porque a música seja o estilo artístico mais democrático, heterogêneo e de maior assimilação e acesso entre as pessoas.

No artigo *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em vias de extinção* (1997), Sahlins critica a tese do capitalismo como força inquestionável de hegemonização das culturais locais. No artigo, Sahlins cita Latour (1996), que, a respeito das culturas supostamente em desaparecimento devido à pasteurização causada pelo capitalismo, diz que estão “ao contrário, muito presentes, ativas, vibrantes, inventivas, proliferando em todas as direções, reinventando seu passado, subvertendo seu próprio exotismo” (LATOURE, 1996 *apud* SAHLINS, 1997, p. 52). O episódio dos alunos reivindicando que “também” são patrimônio confirma isso. Bem diferente do conceito de patrimônio que englobava apenas os monumentos (fase inicial de criação do SPHAN, na década de 1930) hoje se admite um processo, resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos ao largo do tempo. Pressupõe que se transforma, sobrepõe, é plural e acompanha o desenvolvimento social, econômico e cultural com participação dos atores locais. Em conformidade com essas novas demandas e muito diferente dos monumentos tombados pelo IPHAN, os alunos deram início, em 2010, a ações de revitalização da Bica do Córrego Seco, local que os moradores utilizavam para pegar água para as casas quando não havia água encanada⁵⁹ e onde trabalhavam muitas lavadeiras. Moradores relataram que essa era uma atividade econômica comum entre mulheres do bairro, com grande demanda de serviço das repúblicas, casas de família e pousadas. Em reconhecimento à história do local e de mulheres que criaram famílias e ajudaram a construir o bairro, os alunos fizeram um mutirão de limpeza na Bica e colheram relatos de antigos moradores. Os depoimentos geraram um documentário produzido na oficina de audiovisual. Os alunos fizeram pesquisa, criaram roteiro, colheram depoimentos, captaram as imagens, fizeram a edição. A ideia de valorização do local e suas histórias desencadearam a criação de um projeto criado por arquitetos do IPHAN para a revitalização do local e criação de espaço de lazer que foi entregue ao município, mas até o momento não foi executado.

No mesmo artigo, Sahlins também cita Lévi-Strauss, para quem “existem sempre tendências operando em direções contrárias – por um lado, em direção à homogeneização e, por outro, em direções a novas distinções” (LÉVI-STRAUSS, 1978

⁵⁹ O abastecimento de água é um dos grandes problemas enfrentados pelo bairro até hoje. No dia 14 de outubro de 2015, moradores colocaram fogo em pneus e lixo, fechando a rua XV de Agosto, principal acesso ao bairro. O protesto foi motivado pela falta de água a seis dias no bairro e por denúncias apuradas pelo Ministério Público de Minas Gerais de desvios de 46 milhões de reais da atual prefeitura. Disponível em: <http://www.jornalvozaativa.com/manifestacao-na-rua-xv-de-agosto-populacao-se-revolta-contrafalta-de-agua-e-ma-situacao-politica-em-ouro-preto-mg/> (Acesso em 10/11/2015.) Ver Apêndices 17, 18 e 19.

apud SAHLINS, 1997, p. 57). Em direção a “novas distinções” ainda ressaltam Gupta e Ferguson (1992, p. 19), que:

registram sua preocupação com a atual tendência a desinflar a Grande Narrativa sobre a dominação capitalista do mundo pela celebração da inventividade daqueles **consumidores da indústria cultural (sobretudo na periferia)** que, a partir dos produtos que lhes são impostos pelo mercado, saem-se com algo bem diferente, às vezes de um modo **que induz à resistência mais do que à conformidade** (Grifo meu).

Por outro lado, em direção à homogeneização, as pesquisas realizadas nas periferias da cidade de São Paulo, por Durham (1988, p. 1), a levaram a constatar uma grande uniformidade no que diz respeito aos valores fundamentais, hábitos, gostos e aspirações que parecem caracterizar o conjunto dessa população. E mais,

podemos, com efeito, supor que as forças sociais que modelam a transformação da sociedade brasileira tendem a produzir, para os setores mais pobres da população urbana, condições de existência muito semelhantes. **A uniformização do consumo criada pelo nível salarial**, a existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho deve promover, nessa população, o **desenvolvimento de tipos de sociabilidade, modos de consumo e lazer**, padrões de avaliação do mercado de trabalho e formas de percepção da sociedade **que lhe são próprias**. Em outras palavras, podemos supor que condições de vida semelhante dêem origem a características culturais próprias (Grifo meu).

Na situação pesquisada, como estariam essas tendências, citadas por Lévi-Strauss, operando seja em direção à homogeneização e, por outro lado, em direções a novas distinções?

A Escola de Frankfurt⁶⁰ foi responsável por cunhar o termo indústria cultural utilizado para designar, entre as sociedades de consumo, a fabricação ou consumo da cultura enquanto mercadoria. Dessa forma, a cultura é tratada como qualquer outro objeto, estando sujeita às leis de oferta e procura do mercado. Acho importante ponderar, com uma ressalva de Ortiz (1987, p. 146), para quem, mesmo industrializada, a cultura nunca é exclusivamente mercadoria, já que “ela encerra um valor de uso que é intrínseco à sua manifestação”. Fala aqui da fruição provocada pelas práticas culturais e de um consumo que envolve mais do que aspectos materiais, acionando também esferas

⁶⁰ Os principais integrantes dessa Escola foram Max Horkheimer (filósofo, sociólogo e psicólogo social), que se tornou diretor do instituto em 1930 e recrutou muitos dos mais talentosos teóricos da escola, incluindo Theodor Adorno (filósofo, sociólogo, musicólogo), Erich Fromm (psicanalista), Herbert Marcuse (filósofo) e, como membro do “círculo de fora” do instituto, Walter Benjamin (ensaísta e crítico literário).

do simbólico, sensorial, ritualístico e etc., mesmo que despertados pelas músicas de um CD comprado. Evocando Foucault, Ortiz (1987, p. 148) ainda afirma que a indústria cultural age como uma instituição disciplinadora que enrijece a cultura, e, ainda, que “o advento de uma sociedade moderna reestrutura a relação entre a esfera de bens restritos [patrimônio cultural] e a de bens ampliados [indústria cultural], a lógica comercial sendo agora dominante, e determinando o espaço a ser conferido às outras formas de manifestação cultural”. Isso aponta para um direcionamento sobre o campo de disputa entre tendências homogeneizantes e novas distinções que proponho investigar.

Uma das instigações fundantes desse trabalho foi a percepção da baixa participação dos moradores da periferia de Ouro Preto nos eventos culturais realizados no centro da cidade, nos quais eu trabalhava e frequentava. Depois de muitos anos residindo na cidade, já sou capaz de identificar a constância de público composto por moradores das áreas centrais, estudantes das áreas de Artes, Comunicação e Humanas, e turistas. Como relacionado no capítulo anterior, os eventos cobrem uma vasta gama de segmentos artísticos (música, artes cênicas, literatura, cultura popular, artes visuais e plásticas) e de diversos estilos. Para me restringir ao segmento música, posso citar eventos de rock, jazz, música regional, MPB, sertanejo, samba, hip hop, entre outros. Mas nem a pluralidade de segmentos ofertados, nem a variedade de estilos, que poderiam atender a gostos diferentes, garantem presença diversificada de público. Na maioria gratuitos, já que financiados por meio de leis de incentivo à cultura, o fator financeiro não era impedimento à participação. Dentre as causas apontadas por moradores, constavam a deficiência no sistema de transporte e a pouca divulgação dos eventos em bairros periféricos. Porém, o mesmo não acontece com as apresentações de artistas da indústria cultural com público recorde, capazes de atrair os moradores do Morro Santana mais que outros eventos realizados. A mesma instigação que me levou a tentar relacionar categorias sociais com o consumo cultural foi empreendida por Bourdieu (1982) para entender determinantes econômicos e sociais dos gostos e o capital cultural transmitido. Tal como a investigação que o sociólogo francês emprega em *A distinção: crítica social do julgamento* (2007), sobre o consumo cultural de classes, Canclini foi a campo em um misto de trabalho antropológico e sociológico em *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização* (1999). Nesse trabalho, identifica reproduções de “segmentações e segregações da população engendradas pela desigualdade de acesso ao capital, à educação e a distribuição residencial dos habitantes” (CANCLINI, 1999, p. 105), a partir de pesquisas realizadas

no Festival da Cidade, grande evento cultural realizado na Cidade do México. Canclini repensa a cidade a partir de reflexões sobre algumas relações sociais e de consumo cultural, que auxiliam a elucidar questões também encontradas no Morro Santana. Tal como Ouro Preto e tantas outras cidades, a capital do México teve grande crescimento devido à industrialização e às migrações⁶¹. O autor vê, como consequência desse processo,

o desequilíbrio gerado pela urbanização irracional e especulativa [que] é compensado pela eficácia comunicativa das redes tecnológicas. A expansão territorial e a massificação da cidade, que reduziram as interações entre bairros, ocorreram junto com a reinvenção de laços sociais e culturais que passam através do rádio e da televisão (CANCLINI, 1999, p. 102).

Atualizaria a fala de Canclini para incluir a internet como principal meio de divulgação dos nossos tempos. O sucesso dos artistas da indústria cultural, antes medido por álbuns vendidos, foi substituído por visualizações no YouTube. Essa “reinvenção de laços sociais e culturais” esclarece esse distanciamento em relação às práticas culturais do Morro Santana e em relação a outros bairros da cidade. É fato que vivemos, na contemporaneidade, um estreitamento das distâncias permitidas pelos meios de comunicação e isso esclarece como há maior proximidade da cultura massivamente veiculada pela mídia do que das práticas realizadas em seu bairro ou vizinhos.

De volta à oficina de pintura com fundo musical do rap do MC Hungria, minhas reflexões sobre dinâmicas culturais que envolvem a cultura de massa, ora tenderam para confirmar as tendências homogeneizantes de uma Sociedade do Espetáculo (DEBORD, 1997), que opera perante a lógica capitalista clássica de “separação generalizada entre o trabalho e o que ele produz” (p. 19), no qual “a atitude que por princípio ele [espetáculo] exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência” (p. 17). Em outro sentido, ora tenderam para confirmar que a indústria cultural não representa toda essa força pasteurizadora de novas práticas culturais e de concordar com Durham (2004, p. 234), para quem, “em primeiro lugar, há que se eliminar a concepção simplista que opõe os consumidores aos produtores de cultura em termos de uma aceitação puramente passiva, por parte do público, de um material que lhe é impingido de fora”.

⁶¹ Nos últimos 50 anos, a cidade passou de 1,5 milhão a 16 milhões de habitantes, dados que o livro apresenta em 1999, ano de sua publicação.

Repito a frase agora como uma afirmação, de que, na situação pesquisada, fazem parte das dinâmicas culturais tendências operando seja em direção à homogeneização, seja em direções a novas distinções.

O que, a meu ver, faz uma diferença grande no equilíbrio dessas tendências é a oferta. Como me disse a monitora Lidiane, o “cardápio oferecido”:

As crianças do Morro vivem uma experiência muito diferente. Às vezes, me sinto totalmente atada porque me pergunto como fazer com que essas crianças formem um capital cultural se elas vêm de uma estrutura familiar desestruturada, que não tem como ajudar na tarefa de casa. Não tem energia elétrica porque não tem como pagar a conta, o pai está preso, a mãe trabalha o dia inteiro e não tem como ajudar na tarefa de casa, que dirá outras orientações. Como pedir para formar essa amplitude se não tem o básico? Mas é bom porque devemos oferecer. É mostrar o cardápio. Apresentar. E escola é o lugar pra isso. Ainda mais como sabemos como é a realidade dessas crianças e do Brasil. Outro dia, eu fiquei pensando: como eu vou exigir que um aluno desses goste de música clássica se um concerto no Palácio das Artes custa quase cem reais. Pra eles, o que está ali na bandeja são os proibições, os funks. Estão ali de graça (Entrevista concedida por Lidiane Andrade, em 28/09/2015).

Perguntei-lhe, no momento dessa entrevista, se a educação patrimonial seria capaz de estimular a produção artística local frente à indústria de massa que precisa apenas de consumidores passivos. Reflito, agora, o quão excludente foi meu questionamento porque ainda pensava essas tendências como opostas e contrárias e não concomitantes, como agora admito. Sua resposta jogou com essa dualidade:

O que é ruim ou o que é bom? Eu não ouço, mas é a realidade deles. Para a educação patrimonial pensar nesse estímulo o caminho não é excluir. Não tem como proibir de escutar o proibidão, porque essa música não presta. Nossa missão, nossa função, hoje, é muito mais de apresentar novas possibilidades para que eles escolham. Porque aí a gente vai estar fazendo um trabalho de construção e não de imposição. Não vou dizer que bossa nova é a melhor música do Brasil porque nem eu acho que seja. Chegar no Morro Santana, onde as pessoas andam com seus sons do carro na maior altura, uns funks, e dizer: “A partir de hoje vocês vão ouvir João Gilberto porque ele é o cara”. Não posso fazer isso porque eu estaria repetindo todo esse processo de imposição das

culturas, do certo, do errado, do feio, do bonito, e aí eu vou sair perdendo. Claro que eu vou sair perdendo. Elas vão trocar MC Guimê por Tom Jobim? É apresentar novas possibilidades, coisas diferentes, propor novas coisas. Pensando na diversidade mesmo (Entrevista concedida por Lidiane Andrade, em 28/09/2015).

Nesse sentido, escola, instituições sociais e projetos culturais deveriam ter papel preponderante em garantir acesso às informações e instrumentalizando a população para o desenvolvimento de suas próprias criações, como observa Duhram (2004, p. 251), para quem:

A escola brasileira sequer habilita a população operária para utilizar com alguma eficiência as fontes escritas, excluindo-a assim da cultura erudita e científica, e impedindo-a de desenvolver uma literatura própria. Apenas a cultura de massa, que utiliza as formas orais ou diretamente visuais do rádio e da televisão, a atinge maciçamente de fora.

Seria injusta se não citasse, nesta seção, a produção cultural e artística de dois moradores do Morro Santana. Temistocles Rosa, o Teko, trabalha na Secretaria de Cultura de Ouro Preto e é a figura referência do movimento hip hop na cidade. Desde 1999, promove shows de hip hop, realiza oficinas nas escolas e, atualmente, possui um programa na rádio local chamado Fala Favela. Os eventos são realizados com patrocínios de empresários locais, apoios de moradores e ocasionais incentivos municipais. Entrevistei Teko em 26 de outubro de 2015 e ele descreveu sua defesa do hip hop como um movimento de resistência. Nessa ocasião, me falou a respeito de Tadeu, o Mago da Rima (MDR), compositor da letra Resistência⁶², que aborda vários aspectos tratados nesse estudo. Reproduzo partes do rap:

*Pop star não quero ser, não quero estar na TV,
 não vou tentar mano vou ser quem vai lutar por mim você
 por nós minha voz é sua voz periferia
 em Ouro Preto ouro-pretano sem apoio para arte, quem diria
 Ouro Preto patrimônio, para mim muito irônico,
 fazem muito para os turistas, pouco para seu povo, é cômico
 tenho trampo todo dia um leão tem que ser morto
 foda mesmo é o que estou vendo, quem se mata é nosso povo*

⁶² Música de 2015. Disponível em: <https://soundcloud.com/m-d-r-15>. (Acesso em: 11/02/2016.)

*cada vez mais novo isso tem que mudar
 não desviem dinheiro, desviem a atenção para o moleque de lá
 pode estudar, se formar em uma boa escola
 na faculdade do crime foi reprovado não tem volta
 enquanto isso dinheiro rola, maior nota, cantores de fora
 oitenta mil reais, cantam duas horas e vão embora
 e quem mora aqui, e quem vota aqui,
 e quem faz arte aqui, nos vetam simples assim
 vai falar que não, pelo menos não estou vendo
 o rap no Festival de Inverno ou o Festival Rap acontecendo
 os cantores que você traz, os eventos que você faz
 prefeitura e as casas de cultura com atividades culturais?
 para os moleques que eu disse ali atrás, não fiquem com a mente vazia demais, você
 me entende?
 eu peço para educar, mas acho que viajar, se armar é mais conveniente
 não quer ver mentes brilhantes não educam atualmente
 para que futuramente não tenha mais gente que não aguente seus podres e bate de
 frente
 tiraram o espaço rap lá do centro, vai lá mudar
 pode mudar até para Marte nosso rap não vai parar
 canto por cada quebrada, manos, minas, moleques
 mas querem calar a minha voz, querem calar a voz do rap...*

Nunca tinha ouvido falar do artista e perguntei a vários moradores do Morro, que também não o conheciam. Acho importante que sua letra tenha espaço nesse trabalho como uma pequena prova⁶³ de que há produção artística realizada por um morador do Morro Santana, com reflexão crítica a respeito da cidade. Mesmo que suas letras não estejam nas bocas das crianças, como os raps do MC Hungria, Tadeu, o Mago da Rima, me mostrou o quanto é possível fazer frente às “tendências homogeneizantes” da indústria cultural.

⁶³ Não é a única produção artística: o bairro possui fanfarra, escola de samba, artesanato, entre outros.

3.5 Entrevista com participantes do projeto de educação patrimonial

Participantes do “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”, entre 2009 e 2011, Maxileia Romão, Fábio Junior, Alan Augusto e Karol Flor, com idades entre 17 e 19 anos, fizeram o Ensino Fundamental na Juventina Drummond. Fomos apresentados por Cristiane, atual coordenadora do Mais Educação, na Escola Estadual Dom Pedro II, no Centro, onde, atualmente, concluem o Ensino Médio. Nessa conversa, houve um encaixe de várias falas, reforçando muito do que já havia escutado, observado e sentido nesses tempos no Morro Santana. Reproduzo abaixo a entrevista tal como aconteceu porque a descrição e a narração não conseguiriam expressar, à altura, a opinião desses alunos, e isso poderia subtrair a força que seus relatos representam. A entrevista foi editada apenas para uma melhor compreensão do texto, com a supressão de palavras repetidas, resumo de algumas partes e junção de falas de diferentes alunos, porém o conteúdo foi preservado. Utilizei o sinal * para falas que mesclavam diferentes entrevistados.

Entrevista realizada em 18 de setembro de 2015, na Escola Estadual Dom Pedro II

Ivi: *Gostaria que falassem sobre o histórico do projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”.*

[Muito tímidos ... Demoraram a falar.]

***:** *Começou com o projeto da Coca-Cola e depois veio a Simone do IPHAN e Cláudia Itaborahy com “Sentidos Urbanos”. Fazíamos uma oficina de audiovisual.*

Ivi: *Como foi o projeto? Já tinha tido contato com câmeras e edição?*

Karol: *Não. Foi a primeira vez.*

Ivi: *O que essa oficina despertou em vocês? O que viram que ainda não tinham visto?*

Fábio: *A gente conheceu o bairro da gente. A gente não sabia da história.*

Karol: *A gente tinha vergonha de dizer que era do Morro. Na minha cabeça, era um bairro muito discriminado. A discriminação vem dos próprios moradores. Era um bairro ruim porque a gente julgava ele como um bairro ruim. Mas, na verdade, não era. A gente teve que ampliar nossa visão pra descobrir isso. Por isso que a discriminação vinha por parte da gente.*

Alan: *E eu tenho pra mim que esse é um dos motivos para as pessoas não participarem dos eventos do Centro. Porque é um bairro excluído pela gente mesmo. Não dávamos valor porque achávamos que era uma coisa pra outra classe.*

Ivi: *Mas isso era uma coisa que vocês apenas sentiam ou houve exemplos concretos de preconceito?*

Karol: *Da minha parte, foi mais de eu sentir. Mas também de ouvir as pessoas perguntando: Você mora no Morro? [simula desdém] Os taxistas não querem subir em determinadas horas.*

[Só uma das entrevistadas não mora mais no Morro. Todos os outros permanecem.]

Ivi: *Então, pela lente das câmeras, vocês puderam enxergar seu bairro diferente? [Em referência à oficina de audiovisual do “Sentidos Urbanos”.]*

Maxileia: *A gente correu atrás da história. Foi entrevistar as pessoas mais velhas.*

Alan: *Porque a pegada era essa, mostrar que a gente era patrimônio.*

Ivi: *E esse título? “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”. Queria saber dessa história por vocês.*

•: *Fomos nós mesmos que escolhemos. [E repetem o episódio do projeto Turim.]*

Ivi: *Em casa, vocês conversavam com seus pais sobre as histórias do bairro?*

Maxileia: *Minha mãe falava das histórias dela. Que a vida era muito difícil e depois o bairro foi crescendo. Tinha trilhas, não tinha estrada pro ônibus, não tinha água.*

Ivi: *Como sua família foi parar no bairro?*

Maxileia: *Vieram de Lagoa Dourada, perto de São João del-Rei. Não sei por que vieram. Na terra deles mexiam com roça. Meu avô trabalhou em construções e a vó batia de porta e porta lavando roupa. A mãe começou a trabalhar com a vó em casa de Dona Cecília. Sempre trabalhou com esse pessoal, até hoje, só que agora trabalha no hotel. Minha tia formou como professora. Eles contam das dificuldades que tinham para pegar lenha, água e a pouca comida*

Ivi: *A gente não se dá conta de quanto nossa vida é mais fácil hoje, né? Abrimos uma torneira e temos água encanada!*

•: *Nós fizemos um mutirão pra limpar a Bica [do Córrego Seco] porque no bairro tinha muito problema de falta de água. As pessoas iam nesse lugar buscar água, lavar roupa e vasilha.*

Ivi: *E o que mudou na relação que seus pais tinham com a cidade da que hoje vocês têm?*

Maxileia: *A primeira mudança foi perceber que o bairro fazia parte de Ouro Preto. A gente começou a participar dos eventos no Centro e a ser convidados por eles.*

Ivi: *E qual a relação dos seus pais?*

Maxileia: *As pessoas que a gente entrevistava falavam muito em “ir para Ouro Preto”. Foi isso que chamava a atenção do pessoal aqui de baixo. E a gente percebeu que Morro é Ouro Preto. A gente teve olhar ampliado sobre isso.*

Alan: *Sem contar que a história da cidade começou por lá, no Morro.*

Ivi: *Quais os pontos positivos do bairro?*

Maxileia: *Tem a ONG Auta de Sousa que acho positivo, tem as igrejas e as capelas, a primeira missa foi rezada na capela de São João, tem o Parque das Andorinhas. Eu gosto da vista que se tem daqui de baixo, lá de cima.*

Fábio: *A escola. Os professores são muito bons. Conhecíamos e tínhamos intimidade naquele local. Íamos com prazer pra escola. Íamos à vontade de chinelo. Estudar no Centro é diferente. E lá podia ir qualquer hora do dia. Tinha o projeto e passávamos muito tempo lá e isso era prazeroso.*

Ivi: *Tem algo a acrescentar, Alan?*

Alan: *Tenho a falar da história do bairro, da importância. A história da cidade começou por lá, com a chegada dos bandeirantes.*

Ivi: *E os pontos negativos do bairro?*

Fábio: *Preconceito pelo que acontece lá. Crime e droga.*

Ivi: *E isso, de fato, acontece lá? Ou é só preconceito?*

Fábio: *Acontece lá como acontece em qualquer lugar. Só que lá tem mais preconceito.*

Ivi: *Tem locais que vocês sabem que tem venda de drogas ou que seja perigoso passar?*

***:** *Sim. Como tem em qualquer lugar.*

Ivi: *O que me dizem a respeito da infraestrutura do bairro?*

Alan: *Tem partes que falta muita água, como nos prédios. Na minha casa não falta.*

***:** *Os ônibus sobem muito lotados, podia ter mais linhas.*

Ivi: *Já escutei que as pessoas não participam dos eventos do Centro porque não tem transporte, é verdade?*

Fábio: *É verdade.*

Karol: *Tem ônibus de 40 em 40 minutos. Eu já deixei de vir por isso. Só tinha ônibus até meia-noite e não adianta vir pra aproveitar pouco. Tem táxi que não leva ou só até a metade do caminho.*

Ivi: *Vou até a escola a pé para o Morro e acho bem puxado.*

**: Para gente é normal.*

Cristiane: *Eu percebo a não importância que o bairro tem para o município. Não reformam a quadra do Morro enquanto reformam a quadra do Bairro São Cristóvão todos os anos. O que o município está garantindo para esses adolescentes de equipamento de lazer? A quadra sempre tem campeonatos. Se não fosse o Auta de Sousa, a escola, os grupos religiosos, o que seria deles? O apoio do município? Não tem.*

Ivi: *Quais as impressões sobre o restante da cidade?*

Fábio: *A política presta atenção só para outros bairros, Barra, Bauxita, para o Morro não. Você perguntou por que a gente não frequenta os eventos no Centro, mas não levam os eventos pra lá. Se a gente está afastado, que fique afastado mesmo.*

Ivi: *O que acham da cidade ser Patrimônio Cultural da Humanidade?*

Fábio e Alan: *É difundido que é só por conta desse Centro aqui que a cidade é patrimônio cultural. Só por causa da História. Então não tem muito valor pra gente. O Centro é patrimônio, mas o resto não. Agora estão criando mais pontos turísticos no entorno. Ouro Preto é para turista e não para quem mora.*

Maxileia e Karol: *No [projeto] “Fotógrafos em Ouro Preto”, que já acontece há algum tempo, eles nunca tinham ouvido a história de lá [Morro Santana]. Participamos de uma oficina em 2014 para criação de uma revista e, no início, fizeram uma reunião com várias pautas. Nós que colocamos a pauta dos bairros e fizemos um projeto. São as pessoas do bairro que fazem a cidade se movimentar porque são elas que trabalham na prestação de serviços. São essas pessoas que descem e movimentam a cidade: fazem a comida, constroem, lavam as roupas, trabalham nos hotéis etc. Muitas dessas não são vistas e reconhecidas. A gente achava que essa pauta nem ia passar, mas foi a ação que eles mais abraçaram. O título da matéria era Da laje de casa, vejo Ouro Preto. Será que Ouro Preto me vê? [Figura 12] A gente acompanhou a mãe da Karol desde o momento que ela levantava de manhã, no Morro São Sebastião, acompanhou todo o trajeto, da hora que ela levanta e até quando troca a roupa e pega no serviço.*

Ivi: *Quais seriam suas propostas para o município?*

Karol: *Projetos sociais não só para crianças e adolescentes, mas também para adultos. Porque muitos não têm essa visão, que hoje, por causa do projeto, a gente tem.*

Alan: *Eu acho que a gente aprende História na escola e Ouro Preto é história. A gente estudou muito Barroco no 1º ano, mas não saiu da sala de aula, vivendo em uma cidade onde o Barroco é tão importante.*

Ivi: *O que os projetos culturais podem mudar no bairro? O que a cultura pode agregar à cidade?*

Maxileia: *Acho que a gente é um grande exemplo disso. Se não tivesse o projeto lá na escola e se isso não tivesse ampliado nosso olhar, a gente iria continuar lá no bairro com aquela cabeça, da discriminação, da gente continuar a discriminar o bairro por não se sentir em Ouro Preto. Isso enriquece muito as pessoas e os alunos mudaram. Muita gente conheceu a gente no início e sabe como mudamos.*

Cristiane: *Precisa mudar a relação do município com o bairro, que devem propor mais ações e respeitar o local. A exemplo do IPHAN, que fez o elo com o Festival de Inverno por causa do projeto. Até então, as ações do Festival ficavam limitadas às escolas do Centro. Permitiram que os outros também tivessem um caminho. E esses alunos participaram em edições posteriores do Festival de Inverno. Antes não eram chamados e nem sabiam que poderiam participar.*

[O Festival de Inverno possui bolsas para monitores de oficinas e assistência de produção. Em geral, alunos da UFOP. Cristina criticou a organização por não darem oportunidades para os alunos das comunidades.]

Maxileia: *No primeiro momento do Festival de Inverno, todos tiveram bolsas, no ano posterior não teve, mas ainda assim participamos porque nos sentíamos valorizados e reconhecidos por isso.*

Alan: *Eu participei de uma oficina de audiovisual. Trabalhamos no Festival de Inverno com uma equipe e fizemos vídeos que contavam a história da cidade. Aprendi mais sobre gravação e roteiro, mas tinha mais visão técnica do que alguns que participaram porque já tinha participado da oficina na escola.*

Cristiane: *Falta colocar mais as pessoas daqui, à frente, ao lado, não importa, das ações culturais. Porque, às vezes, tem mais conhecimento do que se trouxesse de fora. A sutileza que o “Sentidos Urbanos” teve ao trabalhar com os alunos desde o começo, o que eles fizeram com nossos professores, foi mostrar um olhar diferente. A imagem, o slogan, as atividades que fizeram foram tão delicadas, que tocaram e foram importantes para mudar como eles viam o outro, como eles se viam, para eles começarem a se valorizar e ver até a cidade de outra maneira. Primeiro, mostrou a eles onde estavam, o que estavam vendo e de que forma estavam vendo.*

Ivi: *Não foi imposto, foi construído.*

Cristiane: *Foi muito delicado, organizado.*

Karol: *Quando fazíamos as entrevistas, as pessoas se emocionavam, choravam contando as histórias.*

Ivi: *Quais eventos da cidade vocês participam?*

Maxileia: *Antes não ligava muito pra essas coisas. Mas agora gosto de ir a exposições de fotografias. Meus amigos acham muito chato. Hoje a gente quer estudar Artes Visuais.*

Fábio: *Estamos meio parados ultimamente. Gosto de assistir ao 7 de Setembro.*

Ivi: *E sobre a produção cultural e artística do bairro?*

Maxileia: *A única é a religiosa. São as festas de São Sebastião, João e Santana. O projeto da Fanfarra está acabando, falta instrumentos, patrocínio para viagens, os uniformes acabaram. Eu não sabia que estava desse jeito. Vi em uma matéria da TV local.*

Ivi: *E a escola de samba?*

Fábio: *No Morro tem escola de samba?*

***:** *A Império de Morro Santana⁶⁴ sempre ganhava, só quando tinha apoio de um vereador. Sem esse apoio, ficou parada durante um tempo.*

Ivi: *Gostaria que vocês contribuíssem com algumas reflexões sobre instituições da cidade. Sobre a Escola Juventina Drummond.*

***:** *Tenho um amor muito grande pela escola porque a gente cresceu lá dentro. Por meio dela chegamos aqui, abriu caminhos, nos apresentou novas pessoas com esse trabalho. Tenho carinho muito grande pelo Celmar [FAOP], Simone [IPHAN], Cláudia [PMOP], porque, quando o projeto acabou, eles buscaram novos projetos pra gente participar e não perder esse olhar. No Projeto Aro [FAOP], nós aprendemos a crescer, criamos um vínculo de amizade grande, antes de mexer com arte. E valorizar a amizade é uma forma de valorizar o patrimônio imaterial.*

Ivi: *IPHAN.*

***:** *Foi o padrinho que apoiou a gente em tudo. Tudo que a gente queria, a gente procurava o IPHAN. Foi nosso primeiro contato com “Sentidos Urbanos” e, por meio dele, todos os outros projetos.*

Ivi: *Prefeitura Municipal de Ouro Preto.*

⁶⁴ Primeira escola de samba criada na cidade, em 1957. Nas décadas de 1970 e 1980, os desfiles alcançaram o auge com os sambas de Edmundo Guedes, Vicente Gomes e Vandico. Fonte: Portal Carnaval de Ouro Preto. Disponível em: http://www.carnavalouropreto.com/carnaval_ouro_preto.php (Acesso em: 26/10/2015.)

**: Se não fosse a prefeitura não tinha como IPHAN arrumar o projeto para gente. Ela também garantia o Auta de Sousa, onde tinha aula de leitura, teatro etc. Passei lá pra tomar uma água e Ellen [responsável pelo local] disse que várias oficinas acabaram por falta de verba e apoio. Nós frequentávamos o espaço na parte da manhã, davam almoço, o que atraía muita gente que não tinha comida em casa. Era um espaço de acolhimento. Os alunos recebiam carinho dos professores. Crianças que sofriam maus tratos em casa recorriam aos professores do Auta de Sousa.*

Fábio: *Aí a gente vê a importância dessas instituições. Ellen abria a porta do local a qualquer hora para gente usar a quadra.*

Maxileia: *Minha mãe fazia os penteados nas meninas para as peças de teatro. Deveriam ter mais incentivo financeiro da prefeitura.*

Encerramos a conversa falando sobre os planos desses alunos para o futuro. Maxileia quer fazer cursos relacionados às Artes Visuais. Gosta de fotografia, arte e História. Fábio morava em um distrito e agora voltou vai pensar no que quer fazer. Alan quer trabalhar na área de Computação. Seus principais prazeres são jogar bola e conversar com os amigos. Karol tem dúvidas sobre qual curso superior deseja ingressar: Publicidade, Artes Visuais ou Produção Cultural. Disse que, se não fosse o projeto, seria outra pessoa e não saberia o que fazer. Gosta de fotografar e, na última Semana Santa, “desceu só para isso”. Foi convidada a participar de uma exposição de fotógrafos amadores e diz ter descoberto gostar muito de trabalhar com arte. Gostaria também de, “pelo que ela e seus pais viveram”, trabalhar com pessoas carentes. Criar um coletivo ou um projeto para trabalhar com audiovisual. Possui um caderno com seus pensamentos, planos e projetos futuros.

A fala desses jovens reforçou alguns assuntos que já havia escutado dos moradores e abordei nesse trabalho. Temas como a falta de água, transporte ineficiente, o trabalho na rede de serviços, o histórico do projeto de educação patrimonial. Convém destacar outros aspectos evidenciados nessa entrevista/conversa. Observo que Fábio faz uma diferença entre a História formal, aprendida na escola, que se passou na cidade muito antes de viverem ali, do histórico “vivido”, que eles escutavam em casa, que eram as histórias contadas por seus pais quando chegaram ao bairro ou dos avós no tempo da roça. O Barroco, a chegada dos bandeirantes e informações sobre monumentos da cidade eram ensinados na escola ou através de visitas guiadas por ela. Os casos que seus pais contam das “dificuldades que tinham para pegar lenha, água e a pouca comida”,

essas eram as históricas contadas em casa e também serviam para referenciar o quanto a vida deles era diferente atualmente. Da mesma forma, Durham (2004, p. 253), em trabalho de forte acento marxista, aponta, em sua pesquisa, que:

A família aparece assim como núcleo (embora, obviamente, não o único) dentro do qual se constroem as dimensões do espaço social e do tempo histórico, que permitem ao trabalhador avaliar sua posição na sociedade e suas perspectivas de alteração da situação existente.

Os questionamentos sobre as impressões que tinham a respeito de algumas instituições e instâncias de poder causaram dúvidas nos entrevistados e penso que a pergunta poderia ter sido melhor elaborada. Influenciada pela tese de doutorado que Zaluar realizou na Cidade de Deus, na década de 1980, queria entender como viam as competências de cada instituição em seu dia a dia. Pude perceber que o Governo Federal é visto de forma mais distante e representando o mais alto grau da esfera executiva. Sobre o governo do Estado, não sabem ao certo o que lhe é devido, mas é mais lembrado pela associação à escola estadual que agora frequentam. A relação com a prefeitura municipal, por ser a mais próxima, talvez seja a mais intensa e a quem os moradores em geral mais se reportam. O assunto surgiu em outros momentos da conversa, como quando Fábio diz que “*a política presta atenção só para outros bairros, Barra, Bauxita, para o Morro não*”, discurso repetido por outros entrevistados sobre o papel desempenhado pelo poder público municipal. “*Eu percebo a não importância que o bairro tem para o município*”, diz Cristiane, em outro momento dessa mesma entrevista e para quem a prefeitura só faz pelo Centro e se esquece das periferias. Corroborar a observação feita por Lidiane, técnica do IPHAN e monitora na escola, a respeito da falta políticas públicas municipais pensadas para o bairro.

Como falar de políticas públicas se o pensamento aqui é muito centralizador. Pega a Praça Tiradentes, pra baixo nos dois lados e acabou aí. Não pensam no entorno. No Morro Santana, por onde começou a cidade, como se aquele espaço fosse outro. Como se as pessoas que moram lá não fizessem parte dessa dinâmica do Centro. Ali não tem transporte de qualidade, não tem serviços básicos, não tem médico direito, não tem supermercado. Tem uma rua principal que fica metade do ano fechada porque tem um buraco que consome tudo e as pessoas tem que fazer o trajeto a pé (Entrevista concedida por Lidiane Andrade, em 28/09/2015).

Associa as políticas municipais vigentes a uma forma de pensar a cidade de maneira fragmentada e restrita e não como um organismo total. Ela complementa e diz acreditar não haver interesse da prefeitura em fomentar a relação dos moradores com o patrimônio porque não é garantido nem ao menos os serviços básicos⁶⁵ a que têm direito como cidadãos ouro-pretanos e tributados pelo município, como outros moradores de outros bairros da cidade.

Como se quer que as pessoas participem de uma dinâmica cultural se elas sequer participam de uma dinâmica humana da vida cotidiana, que é trabalhar com dignidade e ter acesso às coisas? É um desafio muito grande inserir essas pessoas em uma dinâmica totalmente centralizadora. Só pensa isso. Pensa no Centro e quem consegue acessar esse Centro que são os moradores daqui⁶⁶ e os turistas que vêm de fora para gerar dinheiro para a cidade. Os periféricos servem única e exclusivamente para manter acesa essa dinâmica econômica. Trabalhar nos hotéis de camareira, de porteiro, de recepcionistas e segurança. São só coadjuvantes desse processo. Não são atores. Olha, eu dou e eu recebo. Eu cumpro meus deveres de cidadão, mas eu tenho meus direitos reconhecidos (Entrevista concedida por Lidiane Andrade, em 28/09/2015).

É preciso ressaltar que os jovens entrevistados lembraram positivamente da prefeitura devido ao período em que ela atuou como mantenedora do projeto de educação patrimonial na escola e do Auta de Souza. Cabe ainda destacar que a visão que tinham do IPHAN era antagônica ao que eu ouvia de muitas pessoas da cidade, de modo geral como órgão fiscalizador, cerceador dos direitos e individualidades. A associação com o projeto “Sou do Morro, eu também sou patrimônio” os faz perceber a instituição positivamente, como um “padrinho” que lhes abriu possibilidades.

⁶⁵ Não esquecendo que o direito à cultura é garantido pela Constituição.

⁶⁶ Conversávamos no escritório da Sub-Regional do IPHAN, com vista para a Praça Tiradentes.

3.6 Equipamentos de lazer

A prefeitura municipal também é evocada pela falta de manutenção dos equipamentos de lazer, culturais e esportivos do bairro. Como quando citaram o momento atual de falta de apoio financeiro ao Congado, fanfarra e ao Auta de Sousa, instituição que já foi Ponto de Cultura⁶⁷, um programa do Ministério da Cultura. Cristiane também cobra a falta de manutenção da quadra de futebol no bairro. Aliás, o jogo de futebol do sábado foi repetidamente citado pelos moradores quando os inquiria sobre “o que tem para fazer no Morro no fim de semana”. Não poderia desprezar tal dado e fui a um dia de jogo para observação de campo. A quadra de futebol de terra batida ocupa um lugar de grande importância no bairro e é situada em área central. Ao redor, existem vários botecos com movimentação incrementada nos fins de semana pelo público dos jogos e pelos jogadores após as partidas. Minha incursão foi bastante desastrosa. Como só lá me dei conta, o local era majoritariamente frequentado por homens, com algumas poucas meninas/adolescentes que observavam a partida, atrás de um muro. Senti-me muito observada e estranha àquele ambiente, por ser uma das únicas mulheres e ter descumprido o código local e estar sentada na arquibancada. Também era visivelmente vinda “de fora”. Mas não me intimidei com o ambiente e dei continuidade a minha investigação antropológica. Encontrei Igor, filho de Tânia, que trabalha comigo há 10 anos, e que conheço desde pequeno e agora tem 19 anos. Estava com vários amigos da mesma idade e o cumprimentei com a intimidade que costumo tratá-lo quando frequenta minha casa. Dei-lhe dois beijinhos e comecei a sabatiná-lo com perguntas. Foi escancarado o desconforto que lhe causei. Igor, que é um rapaz tímido e reservado, ficou em situação de embaraço pela minha presença. Persisti em minhas perguntas, mas ele não tirava os olhos da partida de futebol e respondia monossilabicamente. Quando me despedi parecia aliviado que o deixasse em paz e na posição de exposição que o submetia por ser a estranha ali.

Inquiri muito as crianças a respeito de suas preferências de lazer, no sentido do tempo do não-trabalho, da não-escola e as respostas não raro estiveram ligadas às práticas de consumo. Mas uma vez reflito que essa seja uma constatação que não diz respeito somente às crianças desse bairro, nem tampouco a essa faixa etária. Em artigo

⁶⁷ Para saber mais sobre Pontos de Cultura, “o do-in antropológico”, ver: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura>

sobre o lazer no espaço urbano, Rolnik (2000, p. 2), afirma que “não é possível, hoje, imaginar o lazer como uma vivência simples, algo oposto ao trabalho, quando o lazer é reduzido ao consumo de mercadorias de prazer, mercadorias culturais, mercadorias turísticas”. Muitos alunos disseram-me que não gostavam de Ouro Preto por “não ter nada para fazer”. Para Lara, 9 anos: “*Não tem McDonald’s, não tem shopping, nem Habib’s*”. Bruna, da mesma idade, completou: “*Pode ter shopping dentro dos casarões antigos, não tem loja neles?*” Nessa mesma roda de discussão, Vitória disse que “*Ouro Preto é bom só para turistas e não para quem mora aqui*”, reforçando uma fala frequente dos moradores, para quem a cidade não acompanha as demandas contemporâneas da população local e está presa à História apenas para apreciação dos visitantes. Soube, também pelas crianças, que a outra quadra de futebol, que já teve um parquinho, está completamente deteriorada, com mato alto, brinquedos quebrados e que o abandono tem contribuído para a ocupação do espaço para práticas ilícitas. De mesmo teor eram os relatos a respeito da Bica do Córrego Seco, espaço com previsão de projeto de revitalização, ainda não executado. Como conta Simone, técnica do IPHAN:

A Marisa [Xavier]⁶⁸ põe uma baia para colocar uma estante, parecendo um curral, virou um fumódromo, trepódromo, não funcionou de forma efetiva. Aí quando os meninos vão fotografar tem um fogão no local e já tinha problemas com lixo, animais mortos jogados ali. E essa água é utilizada pela comunidade, era ela usada pra abastecimento quando não tinha encanamento direito (Entrevista concedida por Simone Fernandes, em 03/08/2015).

Chamou minha atenção a forma que Fábio e Maxiléia relacionaram os espaços de sua convivência, como Auta de Sousa e a escola, às suas formações pessoais. Alguns entrevistados apontaram o não “ter nada para fazer” como causa do início em atividades criminosas por crianças e jovens. Tadeu, o rapper, também fala dos eventos e espaços culturais para os “moleques não ficarem de cabeça vazia demais”. Apesar dos equipamentos culturais e de lazer ou que proporcionam essas práticas serem reconhecidos por uma ampla repercussão social na comunidade, há uma deficiência de espaços que atuem na área.

⁶⁸ Prefeita de Ouro Preto entre 2001 e 2004.

3.7 O momento atual da educação patrimonial na escola

Como esta é uma etnografia sobre processos e dinâmicas, abro uma pequena janela no tempo para análise do presente momento. O projeto de educação patrimonial do Mais Educação enfrenta dificuldades e teve ações finalizadas em outubro de 2015. A justificativa é que houve má gestão dos recursos, o que impossibilitou que fosse realizado até o final do ano letivo. Ouvei também relatos de que equipamentos caros haviam sido comprados para a oficina de rádio, mas que não funcionavam pela falta de pilha para os controles.

Pelo que acompanhei e conheci do trabalho de educação patrimonial realizado na escola desde 2009, percebi uma conduta que tem por base pensar patrimônio a partir do indivíduo: “*Patrimônio é cada um de nós*”, me diz Bruna do 4º ano. Em seguida, do indivíduo e sua relação com o outro, em casa, na escola ou em seu bairro: “*As lavadeiras construíram o bairro e famílias, e agora queremos a revitalização dessa bica para se tornar espaço de lazer*”, demandam os jovens. E sucessivamente aumentando a escala, e passando a trabalhar a relação dos indivíduos com a cidade: “*Nós também somos patrimônio, temos história, temos valor*”. Para Ortiz (1987, p. 147), a cultura empodera e “a análise da problemática cultural deve levar em conta o movimento mais amplo da sociedade, e, ao mesmo tempo, perceber a cultura como um espaço de luta e de distinção social”. A educação patrimonial não precisa assumir a posição de reprodutora da hierarquia imposta pela atividade seletiva do patrimônio. Pode ser pensada através de ações que busquem estimular a valorização da cultura local, da formação de agentes de cultura e não apenas consumidores, permitir e contribuir para alimentar o tecido social onde se localiza e isso pressupõe que os moradores devem estar diretamente ligados ao processo. Dessa forma, também contribuem para fomentar práticas que promovam o reposicionamento dos grupos sociais na dinâmica das relações de poder.

CONCLUSÃO

Iniciei a trajetória da pesquisa com um estudo teórico sobre o patrimônio para entender as motivações que levavam as pessoas a preservarem saberes, fazeres e objetos. Em comum, observei que contam histórias, sejam elas vividas por nossos antepassados diretos ou pelas histórias que aprendemos nos livros da escola.

Outra pertinência entre as motivações é a constituição de identidade. O que pesquisei na teoria sobre “códigos de identificação fundamentais para coesão interna” comprova-se pela construção da ideia de nação ao título do projeto desenvolvido pelos alunos da escola Juventina Drummond que reivindica “eu também sou patrimônio”.

Empreguei, no estudo, o conceito de patrimônio como um discurso construído e influenciado por conjunturas múltiplas. Como exemplo, optei por recorte histórico de contextos que influenciaram essa seleção de bens culturais no Brasil. Demarquei o período onde as políticas públicas de preservação de patrimônio passaram a ser institucionalizadas para comentar aspectos que influenciaram sua construção em âmbito federal até suas aplicações em Ouro Preto. Em esfera municipal, ainda quis entender as apropriações que moradores do Morro Santana estabelecem em relação ao patrimônio. A constituição do bairro, que compõe a periferia da cidade, é peculiar por ser área das construções mais antigas, anteriores às que constituem a chamada cidade patrimônio ou o centro histórico tombado, e também por ser área de recentes ocupações motivadas pelo início da fase industrial no município. Lugar comum entre muitas cidades brasileiras.

A partir do micro, procurei refletir sobre políticas culturais e de preservação. Percebia que tanto quanto falava de um lugar muito particular, ao mesmo tempo refletia sobre questões macro aplicáveis a outras realidades.

Pude perceber, através do acompanhamento das oficinas de educação patrimonial, que a transmissão de informações possui papel fundamental na preservação do patrimônio. A família, a escola, os meios de comunicação, os órgãos de preservação e os projetos socioculturais tiveram importante papel e estão presentes nas falas dos meus interlocutores citados como divulgadores dessas histórias. Durham (1986, p. 235) constata a influência que a transmissão de informações representa, através da observação de outro contexto de população urbana:

O acesso desigual às informações, assim como às instituições que asseguram a distribuição de recursos materiais, culturais e políticos, promove uma utilização diferencial do material simbólico no sentido não só de expressar peculiaridades das condições de existência, mas de formular interesses divergentes.

Quando me inteirei sobre a criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, uma das imagens evocadas como exemplo para justificar sua criação pelo “descaso” com o patrimônio era a de uma casa que utilizava, como alicerces, ruínas seculares. A mim, também pareceu absurdo quando soube. Fui ao local dessa casa e voltei com uma opinião diferente da inicial. Acredito que, no decorrer do trabalho, sob o entendimento de que “os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los” (BOURDIEU, 1982, p. 297), compreendi que sua destinação cumpria seu papel. O construtor operava sob a perspectiva de que as pedras eram pedras, o que justificava seu uso enquanto alicerce. Não desqualifica a necessidade de criação de parques de preservação, de regras para a construção, mas essas ações devem ser tomadas em conjunto com a divulgação da informação.

Fui alertada por colegas da Antropologia para que me atentasse para as formas de “educar” o povo, reproduzindo uma espécie de esquema colonialista nas oficinas de educação patrimonial, que passaria a acompanhar. Precisei me despir de alguns desses preconceitos ao mesmo tempo em que procurei questioná-los. O IPHAN possui uma cartilha de educação patrimonial que, nas ações das oficinas que acompanhei, foi utilizada como referência apenas. O cerne da proposta é o estímulo para que as construções a respeito do patrimônio sejam feitas em conjunto. As crianças entrevistavam seus pais sobre histórias de infância e do bairro, o que identifiquei com o objetivo de trabalhar questões identitárias e, a partir do indivíduo, outras esferas como família, escola, bairro e cidade. Não era meu objetivo, aqui, aferir sociologicamente os resultados práticos que essas oficinas trouxeram para a comunidade, mas identificar algumas mudanças que operaram sobre as relações de moradores com o patrimônio. O cumprimento dos objetivos do programa também encontra entraves na má gestão dos recursos, com profissionais não capacitados e alunos desinteressados, conforme poucos relatos que incluí, já que não cabia, a esse estudo, enveredar por caminhos pedagógicos.

Inspirei-me nos conceitos de patrimônio compartilhados por Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, que os aplicaram em práticas de preservação que incluíam a

participação da população. Também compreendi que patrimônio não é somente composto por um conjunto dado e restrito e ditado por um pequeno grupo, mas opera na diversidade e agrega novos bens culturais. A seleção que constitui o patrimônio deve emanar das pessoas, agentes fundamentais na preservação, como no caso da Bica do Córrego Seco, considerada patrimônio por sua importância para o bairro e pela história das lavadeiras, e pela possibilidade de ter o uso desse espaço requalificado.

Através do acompanhamento diário das oficinas e da convivência com as crianças, os episódios sobre a difusão da indústria cultural através da mídia chamaram minha atenção, pois me levaram a refletir sobre as formas de transmissão de práticas culturais. Assim, pude contrapor-las às ações estimuladas pela educação patrimonial para a difusão do patrimônio cultural local, considerando que o acesso mais direto e abrangente do *mass media* aproximando o global enquanto o local se distancia. Isso foi outro lugar comum da contemporaneidade, mas que me permitiu explicar a baixa participação dos moradores do Morro Santana nas atividades culturais da cidade. Há outras questões envolvidas, como o gosto pessoal, a precariedade de transporte e divulgação, conforme relatos.

As atividades culturais realizadas na cidade são consideradas para turistas porque ainda permanecem bastante concentradas na área central sem envolver a cidade de forma mais homogênea. Falta incentivo para práticas que estimulem a criação artística e a formação técnica dos moradores para trabalhos no setor cultural, apesar de iniciativas como a oficina do Projeto Circo Arte Educação & Cidadania e o Projeto ARO – Formação em Arte, Restauro e Ofícios. A primeira com ocasionais financiamentos públicos e privados e o segundo da FAOP, fundação estadual.

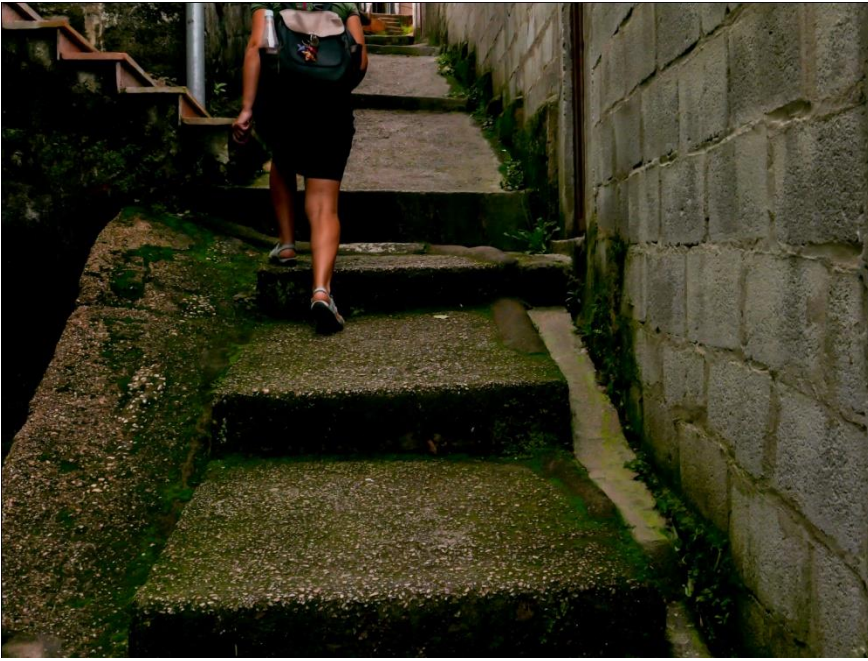
As políticas públicas culturais vigentes no município não conseguem articular diferentes formas de financiamento. Passamos, de maneira geral, por um questionamento sobre formas de investimentos na área cultural, marcado por mudança na legislação de incentivo à cultura e diminuição dos patrocínios de empresas privadas. No momento, o Horto Botânico⁶⁹ está fechado. Havia parceria para manutenção entre a prefeitura municipal e a mineradora Vale. Além de conservação do espaço público para visitação, o Horto mantinha ações educativas, culturais e de lazer. A mesma empresa patrocinadora cortou a verba destinada ao Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, equipamento cultural no qual eram realizadas oficinas de circo, palestras,

⁶⁹ A inauguração do Horto Botânico de Vila Rica aconteceu em 1799.

apresentações artísticas e etc. O MIMO, evento que atrai muitos turistas, realizado por produtores de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, teve sua programação drasticamente reduzida no ano de 2015 pela dificuldade de captação de recursos. Somados a isso, vivemos uma fase de exploração de novos mecanismos de investimentos, como os colaborativos ou diretos. A indústria cultural se regula por si só e não se justifica o uso de recursos públicos para investimentos em cachês milionários de dupla sertaneja consagrada pela mídia, enquanto as Guardas de Congado que se apresentaram na festa do Reisado receberam cachês com nove meses de atraso, no mesmo ano. O Tribunal de Contas da União, no dia 3 de fevereiro de 2016, proibiu a aplicação da Lei Rouanet em projetos com fins lucrativos ou auto-sustentáveis, casos em que o espetáculo se pagaria pelo público capaz de atrair.

Como quis demonstrar nesse trabalho, patrimônio, turismo, história, eventos culturais e economia se relacionam em uma trama que se alimenta mutuamente, e que é particularmente vital para essa cidade. Existe uma vocação para o desenvolvimento de uma cidade das artes que poderia se desenvolver e alimentar uma cadeia de economia criativa. Ainda mais no presente momento, com o declínio das atividades mineradoras e industriais na região. Como foi citado no trabalho, a Novelis encerrou suas atividades e passamos por um momento em que repensamos as atividades da mineração, visto a catástrofe ambiental ocorrida na vizinha Mariana. Apesar da alardeada crise econômica vivida pelo país, a atividade turística rendeu bons frutos, me dizem empresários do ramo da hotelaria. Passamos por uma mudança de paradigmas e a prefeitura municipal, que criou uma dependência clientelista dos impostos das mineradoras, seja por meio de taxação direta ou incentivo a projetos, agora precisa repensar as ações que estimulem outras frentes econômicas. As políticas culturais despertam meu interesse e acredito que possam ser um possível caminho a ser trilhado seja por meio da continuidade da pesquisa acadêmica ou no desenvolvimento de ações para instâncias públicas ou privadas.

Coincidentemente, encerro esse trabalho sobre Ouro Preto ao mesmo tempo em que encerro um capítulo de vida construído durante 11 anos e 11 meses na cidade. Já não falo a partir desse lugar, apesar de levar comigo suas lições para onde quer que eu vá.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antônio Luis Dias. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo: IPHAN, 1997.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de lançamentos dos Impostos Territorial e Predial (1942-1965).

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Las culturas populares em el capitalismo**. Mexico: Ed. Nueva Imagen, 1989.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. Turismo, território e o mito do desenvolvimento. **Espaço e Geografia**, v.3, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2000.

DE VARINE, Hughes. **O tempo social**. Tradução de Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 17-37.

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 1988.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21-29.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960, p. 259-310.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LEITE, Terezinha Lobo. **Educação patrimonial na escola**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

LOPEZ, Luiz Roberto. **República**. São Paulo: Contexto, 1997.

MASSUCATE, Yvonne Archanjo. **O papel do IPHAN na construção da brasilidade**. 2007. Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a9.pdf>

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENESES, Ulpiano T. B. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 89-99.

MOURÃO, Isaura (coord.). **Memória viva**. Ouro Preto: Alcan Alumínio do Brasil Ltda. 2000.

MURTA, Stela Maris. **A construção de atrativos turísticos com a comunidade**. Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu; LOPES, M. B. **Projeto do Parque Arqueológico do Morro da Queimada**. Ouro Preto, 2004.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil. 2012. 181 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Arte e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RIBEIRO, Camila de Souza Campos. Relatório da Unidade Executora do Projeto/Ouro Preto do Programa Monumenta / BID, 2003.

ROLNIK, Raquel. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 53-61, v. 72.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP (org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p. 179-184.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental I e II. **Revista Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SANT’ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 46-55.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: formação e desenvolvimento – Residências.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: formação e desenvolvimento de residências.** Rio de Janeiro: INL, 1956.

VILLASCHI, João Nazário Simões. **Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto-MG.** 2014. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SÍTIOS VISITADOS

FACEBOOK. **Fotógrafos em Ouro Preto.** Disponível em: <https://www.facebook.com/FotografosemOuroPreto/?fref=ts> (Acesso em: 26/01/2016.)

G1/GLOBO. **Ameaça de desabamento de teto fecha igreja em Ouro Preto,** 19/04/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/ameaca-de-desabamento-de-teto-fecha-igreja-em-ouro-preto/2525734/> (Acesso em: 26/01/2016.)

G1/GLOBO. **Em vídeos, relembre outras tragédias causadas pela chuva no Brasil,** 14/01/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/01/relembre-outras-tragedias-causadas-pela-chuva-no-brasil.html> (Acesso em: 25/01/2016.)

IDB, Inter-American Development Bank. **Catálogo Monumenta.** Disponível em: <http://www.iadb.org/developmentimpachthonors/Monumenta/Documents/CatalogoMonumenta.pdf> (Acesso em: 26/01/2016.)

IPHAN. **Portaria nº. 312,** de 20 de outubro de 2010, Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf (Acesso em: 26/01/2016.)

IPHAN. **Vida e Obra:** Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), 12/08/2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481/vida-e-obra-rodrigo-melo-franco-de-andrade-1898-%E2%80%93-1969> (Acesso em: 14/01/2016.)

JORNAL VOZ ATIVA; Manifestação na rua XV de Agosto. **População se revolta contra falta de água e má situação política em Ouro Preto – MG,** 14/10/2015, Disponível em: <http://www.jornalvozativa.com/manifestacao-na-rua-xv-de-agosto-populacao-se-revolta-contrafalta-de-agua-e-ma-situacao-politica-em-ouro-preto-mg/> (Acesso em: 10/11/2015.)

MINISTÉRIO DA CULTURA. Site. Disponível em: www.cultura.gov.br (Acesso em: 10/02/2016.)

MINISTÉRIO DA CULTURA. Pontos de Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultural1> (Acesso em: 23/01/2016.)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Site. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1113
(Acesso em: 01/09/2015.)

PORTAL CARNAVAL. Site. Disponível
em: http://www.carnavalouropreto.com/carnaval_ouro_preto.php (Acesso em:
26/10/2015.)

REUTERS BRASIL. **Novelis fecha fábrica de alumínio primário em Ouro Preto**
(MG) até fim do ano, 16/10/2014. Disponível em:
<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0I522C20141016> (Acesso em:
26/01/2016.)

SOUNDCLOUD. **MDR** Disponível em: <https://soundcloud.com/m-d-r-15> (Acesso em:
11/02/2016.)

UNESCO. **Patrimônio Mundial em Perigo** Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/world-heritage-in-danger/>
(Acesso em: 25/01/2016.)

APÊNDICE

Apêndice 1 – Levantamento fotográfico

Figura 1 – Vista do Bairro Pilar



Fonte: Luiz Fontana, 18/07/1936 (Acervo IFAC/UFOP)

Figura 2 – Escola de Minas, Praça Tiradentes



Fonte: Tino Ansaloni, 27/01/2011. Disponível no *site* do Jornal Voz Ativa. (Acesso em: 17/02/2016)

Figura 3 – Vista aérea da encosta que deslizou sobre a rodoviária de Ouro Preto



Fonte: Amadeu Barbosa, 04/01/2012. Disponível no *site* do Jornal Hoje em Dia. (Acesso em: 17/02/2016)

Figura 4 – Foto do local do finado Hotel do Pilão, Praça Tiradentes



Fonte: Autora (03/04/2004)

Figura 5 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo ambientada para concerto



Fonte: Tom Cabral (31/08/2014)

Figura 6 – Detalhe da casa no caminho para a Rua XV de Agosto, Morro Santana



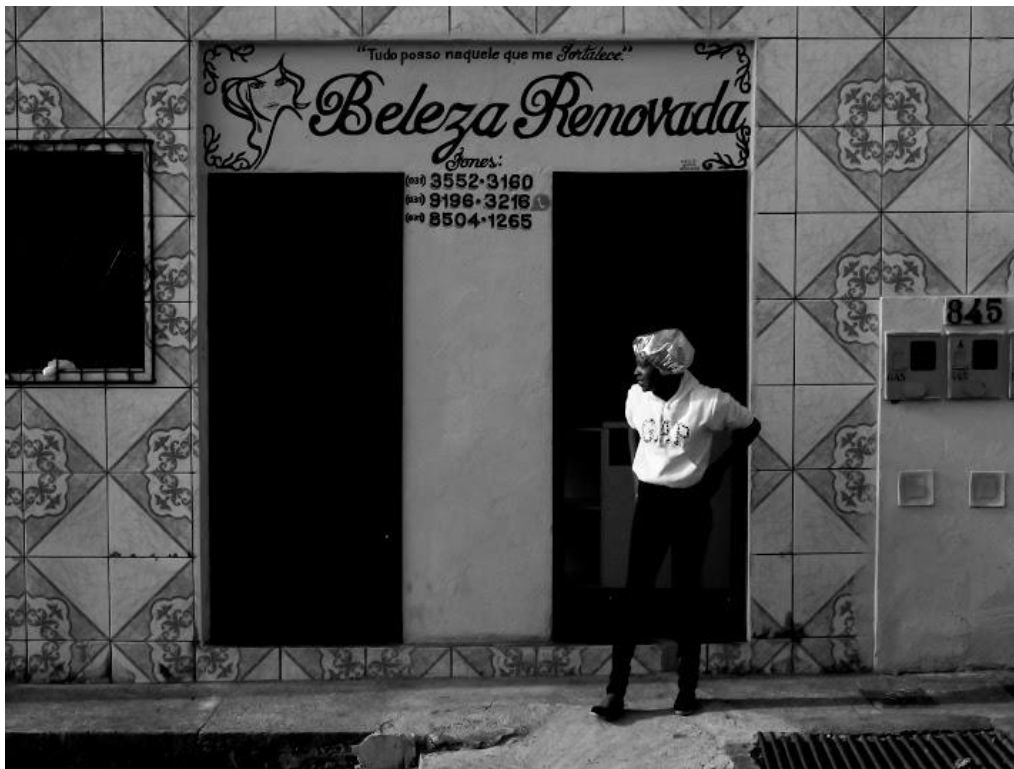
Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 7 – Detalhe do caminho para a subida do Morro Santana, no Bairro Piedade



Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 8 – Salão de beleza, Rua XV de Agosto, no Morro Santana



Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 9 – Detalhe para movimento dos veículos na Rua XV de Agosto, no Morro Santana



Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 10 – Rua XV de Agosto, no Morro Santana



Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 11 – Vista do Morro Santana. Capela de Santa Efigênia ao fundo.



Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 12 – Mesma vista. É possível ver a Igreja das Mercês mais ao fundo.



Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 13 – Detalhe para autoconstruções no Morro Santana



Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 14 – Detalhe para a falta de acabamento das casas no Morro Santana



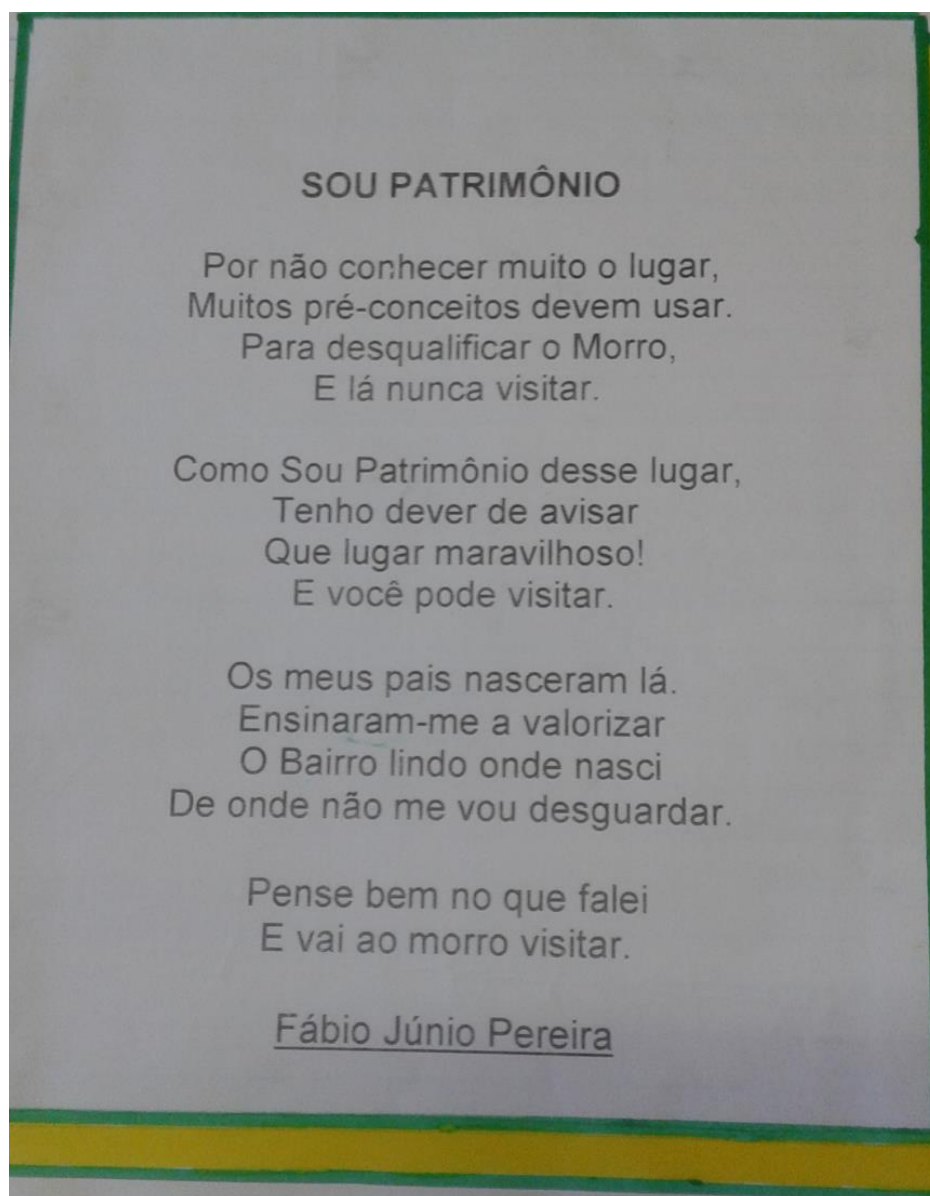
Fonte: Lucas Godoy (12/02/2016)

Figura 15 – Aula de educação patrimonial Mais Educação.
Capela de Santana, no Morro Santana.





Fonte: Autora (03/09/2015)

Figura 16 – Produção do aluno da oficina “Sou do Morro, eu também sou patrimônio”




Fonte: Acervo da Escola Municipal Juventina Drummond

Figura 17 – Matéria sobre a falta de água na Rua XV de Agosto, no Morro Santana

O MUNDO DOS INCONFIDENTES  Edição 205 - 23 a 29 de julho de 2014  5

Rua XV de Agosto estará fechada



A Secretaria de Obras e Urbanismo de Ouro Preto interditará a Rua XV de Agosto, no Morro Santana, hoje (23) e amanhã (24), para obras de manutenção da rede pluvial no local. A interdição da rua se dará em toda a pista e os términos dos trabalhos estão previstos para a tarde de amanhã, quando haverá liberação do tráfego de veículos.

O acesso de veículos pequenos, aos bairros Morro São João e Morro São Sebastião, se dará pela Ladeira João de Paiva; e o transporte coletivo funcionará por baldeação.

Fornecimento de água no São João e São Sebastião



A previsão de retorno para o abastecimento de água é na quinta-feira. O Semaes alerta que o período de seca está prolongado, sem previsão de chuvas para o mês de agosto e portanto, a economia de água é fundamental, principalmente neste momento.

Em função da estiagem e baixo nível na rede de captação, a autarquia estuda novas ações para garantir o abastecimento na cidade. Um sistema de rodízio no fornecimento está em estudos e deverá ser implantado em breve, face a situação de emergência em todo o complexo de captação e distribuição da água.

Fonte: Jornal O Mundo dos Inconfidentes, edição de 23 a 29 de julho de 2014

Figura 18 – Matéria sobre a manifestação pela falta de água na Rua XV de Agosto, no Morro Santana

Manifestação na Rua XV de agosto! População se revolta contra falta de água e má situação política em Ouro Preto-MG

Suspeita de desvios, operação da Promotoria, falta de água, falta de obras...

14/10/2015 às 08:41 por **Tino Ansaloni**

Atualizado dia 14/10/2015 às 17:36



Fonte: Jornal Voz Ativa (14 /09/ 2015)

Figura 19 – Página do Facebook contendo informações sobre a organização dos moradores para manifestação em virtude da falta de água

Morro Santana da Depressão 29 de janeiro de 2014 ·

GALERA 490°°°°°! AMANHÃ TERA UM PROTESTO PELA FALTA D'AGUA NO MORRO. ISTO MESMO UM PROTESTO. TERA O FEXAMENTO DA PROTASIO E O ENCONTRO É ALI NA FRENTE DA IGREJA!!
#OMORROACORDOU (acho q é as 17h)

Curtir Comentar Compartilhar

43 pessoas curtiram isso. Principais comentários ▾

22 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Morro Santana da Depressão isso n é brinks 😊
Curtir · Responder · 2 · 29 de janeiro de 2014 às 21:11

Lilah R. Pedroso tava na hora né , vamo que vamo!
Curtir · Responder · 2 · 29 de janeiro de 2014 às 21:34

Mirian Bispo é hj ou amanhã? convidei um pessoal aqui para hj às 17:30 na
Curtir · Responder · 30 de janeiro de 2014 às 13:13

Luis Leandro Arruda demorou
Ver tradução
Curtir · Responder · 30 de janeiro de 2014 às 12:38

Patricia Welter De Oliveira pessoal tenho um grupo de pessoas que fecharam já amanha as 17 hs na frente da igreja do morro
Curtir · Responder · 30 de janeiro de 2014 às 13:10

Elisangela Farias Boa tarde ! A pessoa que organizou não pode esquecer

Fonte: Facebook (Acesso em: 23/09/2015)